



ANGÉLICA DA SILVA AZEVEDO

**AS CAFEICULTURAS DO CERRADO MINEIRO E
DO SUL DE MINAS NO ESCOPO DAS SINGULARIDADES
INSTITUCIONAIS**

**LAVRAS – MG
2018**

ANGÉLICA DA SILVA AZEVEDO

**AS CAFEICULTURAS DO CERRADO MINEIRO E DO SUL DE MINAS NO
ESCOPO DAS SINGULARIDADES INSTITUCIONAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão de Negócios, Economia e Mercado, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Castro Júnior
Orientador

**LAVRAS – MG
2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Azevedo, Angélica da Silva.

As cafeiculturas do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas no
escopo das singularidades institucionais / Angélica da Silva

Azevedo. - 2018.

139 p.

Orientador(a): Luiz Gonzaga de Castro Junior.

.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2018.

Bibliografia.

1. Cafeicultura. 2. Nova Economia Institucional. 3. Regressão
logística. I. de Castro Junior, Luiz Gonzaga. . II. Título.

ANGÉLICA DA SILVA AZEVEDO

**AS CAFEICULTURAS DO CERRADO MINEIRO E DO SUL DE MINAS NO
ESCOPO DAS SINGULARIDADES INSTITUCIONAIS**

**COFFEE PRODUCTION IN THE CERRADO AND SUL DE MINAS, BRAZIL,
UNDER THE SCOPE OF INSTITUTIONAL SINGULARITIES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão de Negócios, Economia e Mercado, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 20 de fevereiro de 2018.

Dr. Antônio Carlos dos Santos UFLA

Dr. José Márcio Carvalho UNB

Dr. Sérgio Parreiras Pereira IAC

Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Castro Júnior
Orientador

LAVRAS – MG
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas oportunidades que tive em minha vida e por toda força a mim concedida para que eu pudesse aproveitá-las.

Aos meus pais, Adilson e Eva, por todo o esforço dedicado para que eu pudesse chegar onde eles não puderam.

Aos meus irmãos Antônio Carlos, Rosângela, Paulo Afonso, Lúcia Helena e Carlos Alberto pelo incentivo e pela amizade.

Ao meu querido Eduardo pelo companheirismo, ajuda e apoio em todos momentos. Também agradeço pelas inúmeras discussões sobre meu trabalho e pelas valiosas contribuições feitas que, com certeza, ajudaram a aprimorar esse estudo.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) que me proporcionaram a oportunidade de realizar meu mestrado e desenvolver minha formação acadêmica.

A todos os professores do PPGA que contribuíram para o meu desenvolvimento como pessoa, pesquisadora e profissional da área acadêmica.

A todos os funcionários do PPGA e da UFLA que sempre me trataram com respeito e carinho ao longo desses dois anos.

Ao meu orientador prof. Luiz Gonzaga por toda ajuda na consecução dessa pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela concessão da bolsa de estudos.

À banca de defesa, Dr. Antônio Carlos dos Santos (UFLA), Dr. José Márcio Carvalho (UNB) e Dr. Sérgio Parreiras Pereira (IAC) pelas contribuições para o aprimoramento do trabalho.

A todos os cafeicultores que gentilmente responderam os questionários aplicados.

A todos os entrevistados que me cederam parte de seu tempo para a troca de informações de grande importância para os resultados dessa pesquisa.

Ao Diego Humberto de Oliveira pela ajuda na elaboração do questionário.

A todos que me ajudaram na aplicação dos questionários e na realização das entrevistas: Prof. José Marcos Angélico de Mendonça (Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Muzambinho), aos alunos do GECAF (Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Muzambinho) e ao João Paulo Felicori Carvalho (Fundação de desenvolvimento do Cerrado Mineiro - FUNDACCER).

A todos que compartilharam o questionário com seus contatos.

A todos os meus colegas de mestrado, em especial a Giulia, Thaís e Luiz Guilherme, que contribuíram para deixar essa jornada muito mais leve e divertida.

RESUMO

Nos últimos anos, a Nova Economia Institucional (NEI) tem se mostrado como uma importante abordagem teórica para o entendimento das diferenças no desenvolvimento econômico de países e regiões. O principal foco dessa teoria é que as instituições importam e que são passíveis de análise. Nesse sentido, o papel das instituições é colocado em foco para determinar as causas do crescimento, ou não, de uma determinada localidade. As instituições consistem nas regras gerais que orientam as interações humanas. Elas podem ser formais, como leis, regulamentos e a constituição, ou informais, como a cultura, os hábitos e os valores. Diante da possibilidade de aplicação da NEI para compreender as diferenças existentes entre duas localidades, empregou-se esse arcabouço teórico para determinar os aspectos que diferenciam o Cerrado Mineiro e o Sul de Minas na cafeicultura. As duas regiões são importantes para a cafeicultura mineira, sendo o Cerrado caracterizado como uma região inovadora, enquanto o Sul de Minas é visto como tradicionalista. Desse modo, o objetivo geral do trabalho é analisar o ambiente institucional vigente no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas para identificar as singularidades institucionais de cada região. Para verificar essas singularidades, primeiramente foi realizado um resgate histórico da trajetória da inserção e desenvolvimento da cafeicultura em cada localidade. Em seguida, foi empregada a regressão logística para analisar 169 questionários aplicados aos cafeicultores das duas regiões. Por fim, foram realizadas 14 entrevistas com atores da cadeia do café, como produtores, membros de organizações de pesquisa e extensão e de cooperativas. As informações coletadas foram examinadas por meio da análise de conteúdo. Foram determinadas cinco categorias para a apresentação dos resultados, sendo elas educação, inovações e tecnologias, confiança e cooperação, modelo cooperativista e perfil dos cafeicultores. Os resultados permitem observar que há diferenças e semelhanças entre os produtores, além de apresentar de forma mais detalhada como a cafeicultura tem sido coordenada. As informações obtidas permitem concluir que as duas regiões possuem ambientes institucionais diferentes. Em cada região a cafeicultura iniciou e evoluiu de maneira própria. As análises quantitativas mostraram que existem diferenças significativas no que tange aspectos como relacionamento, gestão, educação, manejo, entre outros pontos levantados. Os resultados das entrevistas corroboram aqueles da regressão e ampliam a compreensão de como as instituições informais influenciam a ação dos atores da cafeicultura.

Palavras-chave: Nova Economia Institucional. Ambiente Institucional. Regressão Logística. Café. Cafeicultor.

ABSTRACT

In recent years, the New Institutional Economics (NIE) has been shown as an important theoretical approach to understanding the differences in the economic development of countries and regions. The main focus of this theory is that institutions matter and are amenable to analysis. In this sense, the role of institutions is put in focus to determine the causes for the growth or not of a given locality. Institutions consist of the general rules that guide human interactions. They can be formal, like laws, regulations, and constitution, or informal, such as culture, habits, and values. Given the possibility of the NIE to understand the differences between two localities, this theoretical framework was used to determine the aspects that differ the Cerrado Mineiro and the Sul de Minas in coffee cultivation. The two regions are recognized as important for coffee growing in Minas Gerais and have divergent profiles in relation to the conduction of the activity. Thus, the general objective of the study is to verify the differences in the institutional environment of coffee cultivation in the Cerrado Mineiro and Sul de Minas regions. To reach the proposed goal, the research was carried out in three stages, each with its own objectives and methodologies. In the first stage a historical rescue of the coffee industry trajectory was carried out in each region studied. The collected information allowed to observe particularities in the way the activity was implemented and developed in each place. In the second stage, a quantitative analysis was carried out, through logistic regression, to determine the institutional factors that determine differences in activity. A total of 169 questionnaires were used, which served as the basis for proposing two equations that demonstrate differences in aspects such as trust and cooperation, education, adoption of innovations and technologies and management. Finally, the third stage aimed to characterize the institutional environment present in each region and its influence on the current coffee production. For this purpose, 14 interviews were carried out with actors from the coffee chain, such as producers, members of research and extension organizations and cooperatives. The information collected was examined through content analysis. Five categories were defined for the presentation of results: education, innovations and technologies, trust and cooperation, cooperative model and profile of coffee growers. The results allow us to observe that there are differences and similarities between the producers, in addition to presenting in a more detailed way how the coffee cultivation has been coordinated. The data obtained from the three steps employed allow us to infer that the two regions have different institutional environments. In each region, coffee cultivation started and evolved differently. These distinctions have been confirmed through the research strategies used and demonstrate that the producers behave differently on important issues such as relationship, management, education, management, among other points raised. It is believed that such a posture is a result of culture, habits and established values, which indicate the paths to be followed by coffee growers in each locality.

Keywords: New Institutional Economics. Logistic regression. Coffee growing. Brazilian coffee.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Considerações iniciais	10
1.2 Problema de pesquisa.....	12
1.3 Objetivos.....	17
1.4 Justificativa	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 Economia Institucional.....	19
2.2 Nova Economia Institucional.....	20
2.3 Ambiente Institucional e Instituições.....	24
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	29
3.1 A trajetória histórica da cafeicultura no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas.....	29
3.2 Fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões	30
3.2.1 Regressão logística.....	32
3.2.2 Operacionalização das equações	34
3.2.2.1 Equação 1 – produtores participantes de cooperativas e com funcionários	34
3.2.2.2 Equação 2 – todos os participantes da amostra	36
3.3 Influência do ambiente institucional na cafeicultura	38
3.3.1 Natureza da pesquisa, população e amostra	38
3.3.2 Coleta dos dados	39
3.3.3 Análise dos dados.....	42
3.4 Resumo das metodologias empregadas	43
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
4.1 A trajetória histórica da cafeicultura no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas.....	44
4.1.1 A chegada do café em Minas Gerais	44
4.1.2 O desenvolvimento da cafeicultura no Cerrado Mineiro	49
4.1.3 O desenvolvimento da cafeicultura no Sul de Minas	57
4.1.4 A inserção e o desenvolvimento da cafeicultura nas duas regiões	62
4.2 Fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões	68
4.2.1 Equação 1 – produtores participantes de cooperativas e com funcionários	68
4.2.2 Equação 2 – todos os participantes da amostra	74
4.2.3 Diferenças nos fatores institucionais entre as regiões	78
4.3 Influência do ambiente institucional na cafeicultura	80
4.3.1 Educação	80

4.3.2 Inovações e Tecnologia.....	87
4.3.3 Confiança e Cooperação	95
4.3.4 Modelo Cooperativista	101
4.3.5 Perfil dos Cafeicultores	109
5 CONCLUSÕES.....	115
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	133

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

O papel das instituições no desenvolvimento regional foi negligenciado pela Teoria Econômica Neoclássica, que fornecia bases razoáveis para se entender como ele ocorria. No entanto, nas últimas duas décadas tem-se observado o aumento do interesse dos pesquisadores sobre as influências institucionais no desempenho das regiões (RODRÍGUEZ-POSE, 2013).

De acordo com North (1994), a Teoria Neoclássica preocupa-se com as operações do mercado e não com o seu desenvolvimento. Nesse sentido, o autor defende que esse arcabouço teórico não seria suficiente para analisar os fatores do desenvolvimento. Diante disso, a Nova Economia Institucional (NEI), com suas ideias de instituições, mudança institucional e *path dependence*, surge como uma alternativa para verificar as diferenças no desempenho de diferentes regiões.

O crescimento do interesse pelo papel das instituições no desenvolvimento tem influenciado diversos estudos que abordam diferenças institucionais entre países e regiões (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001, 2005; WILLIAMSON, 2009; TABELLINI, 2010; WIRTH et al., 2013; LI et al., 2013; MAROŠEVIĆ; JURKOVIĆ, 2013; TALMACIU, 2014; DI LIBERTO; SIDERI, 2015; PIERCE; LOVRICH; BUDD, 2016; BENNETT et al., 2017; RANTA et al., 2017).

Acemoglu (2008) argumenta que as causas fundamentais para as diferenças de renda entre países são as instituições. Elas são importantes por causa da influência na estrutura de incentivos de uma sociedade. Desse modo, sociedades com instituições que facilitam a acumulação de fatores, a inovação e a alocação eficiente de recursos possuem um desempenho melhor em relação a outras que não dispõem de tais instituições.

Segundo North (1994), as instituições são as restrições humanamente concebidas que orientam e restringem as interações entre os indivíduos. Para Acemoglu (2008), são as formas como os próprios seres humanos organizam suas sociedades e que determinam melhores condições para o desenvolvimento. Conforme o autor, a partir da definição dessas instituições em uma sociedade, os indivíduos podem ser encorajados a buscar por inovações, desenvolver melhores meios para realizar tarefas, ir atrás de educação e decidir arriscar mais em algo novo.

As instituições podem ser formais, como regras, leis e constituições; ou informais, como as normas de comportamento e códigos de conduta. Tais restrições são responsáveis por definir a estrutura de incentivos das sociedades, mais especificamente, das economias (NORTH, 1994).

De acordo com Shirley (2005), para que os países alcancem o desenvolvimento é necessária a presença de um quadro institucional favorável, que inclui dois conjuntos distintos de instituições, não necessariamente complementares: (1) instituições que promovam as trocas a partir da redução dos custos de transação e incentivo da confiança e (2) instituições que influenciem o Estado e demais atores para proteger os direitos de propriedade e as pessoas.

Diante das possibilidades da NEI para o estudo das diferenças entre as regiões, o papel das instituições no desenvolvimento econômico é abordado por diversos estudos teóricos e empíricos. Alguns trabalhos possuem como foco a história institucional dos países (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001, 2005); há estudos que focalizam o papel das instituições informais (WILLIAMSON, 2009; MAROŠEVIĆ; JURKOVIĆ, 2013); existem pesquisas voltadas para o papel da cultura, em específico, no desenvolvimento (TABELLINI, 2010; GREIF; TABELLINI, 2013; GORODNICHENKO; ROLAND, 2017) e discussões sobre como as instituições locais interferem no desenvolvimento local (RODRÍGUEZ-POSE, 2013; PIKE et al., 2015).

Em seu trabalho, Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) analisaram as diferenças institucionais existentes entre os países colonizados pelos europeus. Os achados demonstram que as diferentes estratégias de colonização dos europeus promoveram a criação de instituições distintas, conforme o modelo colonizador empregado.

O ambiente institucional existente nas colônias contribuiu para, posteriormente, o surgimento de países mais ou menos desenvolvidos. No caso dos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, foram criadas instituições que fomentaram o Estado de Direito e incentivaram a realização de investimentos. Já no caso do Congo e da Costa do Ouro (atual Gana), as instituições criadas impulsionavam somente a transferência de recursos das colônias para a metrópole, prejudicando o investimento e o progresso econômico. Os autores também argumentam que as instituições presentes nas colônias permaneceram mesmo após sua independência.

O artigo de Marošević e Jurković (2013) discute a importância e a influência das instituições formais e informais para o desenvolvimento no longo prazo. Conforme os pesquisadores, as instituições informais se mostram importantes na vida cotidiana e nas atividades, promovendo impactos significativos no progresso regional.

Os resultados do trabalho apontam que o desenvolvimento é mais propício em países com fortes instituições formais, independente da força das instituições informais. Segundo os autores, os melhores resultados foram apresentados por países detentores de instituições formais predominantemente fracas e instituições informais fortes.

Williamson (2009) analisou a interação entre as instituições formais e informais e como ela afeta o desenvolvimento. De acordo com os resultados, as instituições informais podem ser consideradas como um forte determinante para o desenvolvimento. O surgimento de instituições formais benéficas está relacionado a restrições informais estabelecidas, ou seja, são influenciadas pelas instituições informais. Também conforme os resultados, as instituições que promovem o desenvolvimento não são, necessariamente, baseadas em regras formais. Desse modo, o “mix” institucional capaz de promover o desenvolvimento não pode ser transportado de país para país.

Em seu trabalho, Tabellini (2010) analisou se o efeito dos traços culturais específicos de determinadas regiões pode afetar diretamente ou indiretamente no desenvolvimento. Conforme os achados da pesquisa, o componente da cultura, explicado por variáveis históricas, constitui um importante determinante para o desempenho econômico regional.

O autor aponta dois conjuntos de traços culturais favoráveis ao desenvolvimento. O primeiro diz respeito ao capital social, relacionado a variáveis que remetem à confiança e ao respeito em relação aos outros indivíduos. A segunda está relacionada à confiança que o indivíduo possui em si próprio. Apesar dos resultados obtidos, o autor afirma que são necessárias mais pesquisas para entender como as crenças e normas sociais são economicamente relevantes, além de compreender como elas são formadas, transmitidas ao longo do tempo e como interagem com o ambiente institucional existente.

A pesquisa de Pike et al. (2015) teve como objetivo examinar o papel das instituições locais no desenvolvimento econômico regional em nível local. Os resultados apontam que a extensão, a natureza e a forma evolutiva do espaço institucional regional influenciam e moldam o desenvolvimento econômico. Outro ponto discutido no artigo é em relação à genealogia institucional que, segundo os autores, auxilia na compreensão da evolução histórica das instituições e suas contribuições para as instituições atuais.

1.2 Problema de pesquisa

A história do Brasil com o café teve seu início no século XVIII, quando o grão foi introduzido na, então, colônia portuguesa. Em meados do século XIX, o café tornou-se o principal produto de exportação do país, condição que durou mais de um século. A riqueza gerada pela cafeicultura contribuiu para o desenvolvimento de diversas regiões brasileiras. Hoje, o café ainda é um dos principais produtos agrícolas do Brasil, sendo cultivado por cerca de 300 mil famílias e gerando milhares de empregos diretos e indiretos. Em 2017, conforme o

relatório Sumário Executivo do Café (BRASIL, 2018a), os valores das exportações do produto atingiram US\$ 5,2 bilhões.

Minas Gerais é o estado que possui a maior área destinada à cafeicultura no país. Dados de 2017 apontam que sua área em produção é de 980 mil hectares, o que corresponde a 52% da área total em produção no Brasil. Minas também detém o posto de maior produtor brasileiro sendo verificado, nesse mesmo ano, a participação de 54% da produção nacional (BRASIL, 2018a).

Para Minas Gerais, o café também representa uma importante atividade econômica, sendo o principal produto agrícola de exportação e o segundo nas exportações gerais do estado, depois do minério de ferro (MINAS GERAIS, 2017a). As exportações mineiras de café verde movimentaram, em 2017, US\$ 3,4 bilhões, o que correspondeu a 14% das exportações estaduais, ficando atrás apenas das exportações de minério de ferro (BRASIL, 2018b).

O estágio atual da cafeicultura mineira, pautado por uma expressiva participação no cenário nacional, é atribuído a fatores como o contínuo processo de modernização observado a partir da década de 1960, mudanças na política agrícola, desenvolvimento de programas econômicos voltados para o setor (OLIVEIRA et al., 2008), além dos avanços promovidos pela pesquisa agrônômica (SIMÕES; PELEGRINI, 2010).

Tais mudanças proporcionaram ao estado uma agricultura moderna, que engloba novas formas de produção, distribuição da terra, produtividade e competitividade. Essa nova realidade denota diferentes dinâmicas de crescimento, fatores de produção, trabalho e gestão nas diferentes regiões do estado (OLIVEIRA et al., 2008).

Entre as regiões produtoras de Minas Gerais, destacam-se o Cerrado Mineiro e o Sul de Minas, que possuem histórias únicas no desenvolvimento da cafeicultura e, também, diferenças na condução da atividade. No Cerrado, a cafeicultura foi introduzida na década de 1970 (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997) e viabilizada a partir de inovações biológicas, agrônômicas, mecânicas, físico-químicas (ORTEGA; JESUS, 2011a) e técnicas de manejo de solo (MAFRA, 2008) que permitiram a adaptabilidade do solo da região para a cafeicultura (ORTEGA; JESUS, 2008).

Já no Sul de Minas a atividade cafeeira está presente desde o início do século XIX (FILETTO; ALENCAR, 2001) e conta com clima e relevo propícios para a produção de café (BRAZIL SPECIALTY COFFEE ASSOCIATION - BSCA, 2017). A região também passou por um processo de modernização e expansão na década de 1970, proporcionado por órgãos governamentais que ajudaram a disseminar novas técnicas de cultivo e beneficiamento que

contribuíram para a consolidação do complexo agroindustrial sul mineiro (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007).

Ao analisar as duas regiões, percebe-se a existência de diferenças entre elas em relação à condução da cafeicultura. A primeira diferença que pode ser apontada diz respeito a produção, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Produção de café total no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas no período entre 2014 e 2017 (em mil sacas)

Região	2014	2015	2016	2017	Média
Cerrado	5765,5	4232,9	7401,6	3658,3	5264,6
Sul de Minas	10803,7	10808,3	16627,7	13684,2	12981,0

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da Companhia Nacional de Abastecimento (BRASIL, 2017a, 2018c)

De acordo com as estimativas oficiais da Conab, a produção média do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas no período entre 2009 e 2017 foi de 5,2 milhões e 12,9 milhões de sacas de 60kg, respectivamente. A superioridade na produção sul mineira é reflexo de uma maior concentração de produtores na região, além de uma maior área destinada à cafeicultura. Além dos dados estatísticos, pesquisas empíricas evidenciaram as diferenças existentes entre as regiões do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas.

O estudo de Broggio, Droulers e Grandjean (1999) teve como intuito analisar as transformações ocorridas na cafeicultura do Cerrado e Sul de Minas. Em relação à organização dos produtores, os autores apontam que no Sul de Minas há muitas cooperativas que trabalham de forma individualizada e com filosofias diferentes. Algumas trabalham como empresas de grande porte, enquanto as cooperativas menores trabalham, geralmente, de acordo com o cooperativismo tradicional. Para os autores, a presença de várias cooperativas no Sul eleva a concorrência e prejudica a implementação de estratégias de valorização por cada órgão. Já no Cerrado, existe uma federação que congrega as associações e cooperativas da região, além de implementar regras comuns que orientam a produção e estão de acordo com uma estratégia global. Isso permite uma maior flexibilidade e dinamismo para as associações.

De acordo com Broggio, Droulers e Grandjean (1999), no Sul as cooperativas são consideradas como um elemento-chave do sistema de produção, enquanto no Cerrado os cafeicultores estão organizados em associações. Para os autores, essa diferença reflete a história de cada sistema produtivo.

No que tange à qualidade, os produtores do Cerrado buscaram meios para valorizar a origem geográfica do café local, a partir da criação da marca Café do Cerrado. No Sul de Minas, como a produção não possui uma homogeneidade, por conta das condições relacionadas ao meio físico e estruturas de produção, faz com que as cooperativas não se limitem a apenas uma região de produção e, com isso, não são desenvolvidas estratégias comerciais baseadas na origem do café (BROGGIO; DROULERS; GRANDJEAN, 1999).

Ainda segundo os autores, mesmo com diferenças, sendo o Cerrado caracterizado como uma região dinâmica e o Sul como tradicionalista, elas possuem a mesma capacidade para implantarem uma estratégia competitiva no mercado de cafés (BROGGIO; DROULERS; GRANDJEAN, 1999).

O artigo de Bliska et al. (2009) apresenta informações socioeconômicas e fitotécnicas, com o objetivo de construir um diagnóstico sobre as principais áreas produtoras de café do Brasil. Conforme os resultados, no Cerrado Mineiro há uma maior utilização de maquinário, sendo o sistema de manejo e o tipo de colheita mecanizado. No Sul de Minas, essas atividades são realizadas de forma semimecanizada e manual, respectivamente.

Outra diferença apontada pelo estudo diz respeito ao tamanho médio das lavouras. No Cerrado é de 35 ha, enquanto no Sul de Minas é de 15 ha. Em ambas as regiões é apontado um nível tecnológico alto. E a mão de obra empregada nas lavouras costuma possuir um nível de escolaridade médio na região do Cerrado e baixo na região sul mineira.

O trabalho de Almeida et al. (2016) teve como objetivo identificar e descrever os principais fatores que contribuíram para as mudanças na cafeicultura brasileira. Os autores realizaram entrevistas com membros da cadeia produtiva do café e, com base nelas, apresentaram o panorama atual da atividade no país.

Conforme os autores, no Cerrado há um uso intensivo de implementos agrícolas e de técnicas modernas de manejo; em relação à gestão, foi verificado um número cada vez maior de produtores que adotam ferramentas de gestão de custos e produtividade em suas propriedades. Na região, os produtores utilizam diversos canais de vendas para comercializar o café, como cooperativa, *direct trade*, exportadora, além do uso de ferramentas de proteção com contratos a termo e derivativos (ALMEIDA et al., 2016).

No Sul de Minas, em relação à tecnologia e ao manejo, foi verificado o uso de mecanização em áreas planas e a baixa utilização de máquinas nas áreas de montanhas. A gestão de custos e produtividade é adotada, principalmente, pelos médios e grandes produtores, mas de forma simplificada. Quanto à comercialização, os cafeicultores sul mineiros vendem

principalmente para cooperativas locais. Os cafés especiais são direcionados para exportadores ou vendidos via *direct trade* (ALMEIDA et al., 2016).

Ainda segundo o estudo, a região do Cerrado “apresenta uma cafeicultura mais moderna com unidades de produção de portes médio e grande com busca constante pela produtividade e qualidade dos grãos” (ALMEIDA et al., 2016, p. 53).

Também é perceptível na região uma maior organização dos cafeicultores para o alcance de propósitos comuns. Os produtores buscam maximizar o selo de denominação de origem da região e, para isso, participam de feiras internacionais para a divulgação do café e trabalham em conjunto com as torrefadoras para a divulgação de seu *blend* nas embalagens do produto (ALMEIDA et al., 2016).

Já a região do Sul de Minas é caracterizada pela cafeicultura tradicional combinada com propriedades de maior nível profissional. A atividade gira em torno das principais cooperativas da região, que influenciam o manejo da lavoura e determinam a qualidade do café. Verifica-se um custo de produção elevado para a maioria dos cafeicultores, dada a expressiva participação de mão de obra nas lavouras, e a renda está diretamente relacionada ao preço padronizado pelos compradores (ALMEIDA et al., 2016).

A partir das informações apresentadas fica evidente a diferença entre as duas regiões em vários aspectos, como uso de tecnologia, estratégias de comercialização, organização dos produtores. As regiões também são marcadas por diferenças climáticas, que influenciam diretamente nas características dos grãos. Entende-se que fatores climáticos podem ser considerados como um dos responsáveis para as peculiaridades de cada região, no entanto, somente eles não são suficientes para explicar as diferenças existentes na cafeicultura.

Conforme Acemoglu e Robinson (2012), as desigualdades existentes entre várias regiões não podem ser explicadas apenas pela geografia e condições climáticas. “A história demonstra a inexistência de ligações simples ou duradouras entre clima ou geografia e êxito econômico” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 39).

Os autores sustentam em sua obra que as instituições presentes em cada região e o modo como elas evoluem são responsáveis pelo sucesso ou fracasso quanto ao desenvolvimento. Para eles, as desigualdades existem pelo fato das sociedades se organizarem de maneiras distintas, sendo que, algumas se estruturam de maneiras ineficazes e outras conseguem adotar instituições eficientes, que promovem o alcance da prosperidade (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Assim, a análise do ambiente institucional pode fornecer informações que permitam entender as singularidades de cada região.

Nesse sentido, com base nos pressupostos teóricos da NEI sobre ambiente institucional e desenvolvimento regional, questiona-se: as particularidades de cada região em relação à cafeicultura são frutos do ambiente institucional vigente em cada localidade?

Busca-se compreender se as diferenças verificadas entre as duas regiões são resultantes de instituições únicas, desenvolvidas em cada localidade. Para tanto, o foco é direcionado para as instituições informais, que compreendem a cultura, os valores, os hábitos, ou seja, as restrições tácitas presentes em uma sociedade. Por ambas as regiões se localizarem no mesmo estado e compartilharem das mesmas instituições formais (leis e regulações), acredita-se que neste aspecto não exista muitas divergências.

1.3 Objetivos

Para responder à pergunta de pesquisa estabelecida, foi definido o seguinte objetivo geral: analisar o ambiente institucional vigente no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas para identificar as singularidades institucionais de cada região. Especificamente, pretende-se:

- a) Descrever a trajetória histórica da cafeicultura no Cerrado Mineiro e Sul de Minas;
- b) verificar se existem fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões;
- c) investigar como o ambiente institucional influencia os atores da cafeicultura em cada região.

1.4 Justificativa

São apresentadas duas justificativas para a realização desta pesquisa, sendo uma de ordem prática e outra de ordem teórica.

A justificativa prática é decorrente da importância econômica da cafeicultura para o estado de Minas Gerais, evidenciada pelos dados apresentados na seção 1.2. Dados analisados por Castro Júnior et al. (2017) mostram que os cafeicultores de algumas localidades no Sul de Minas estão em uma situação de margem líquida apertada com a atividade. A sustentação de competitividade da cafeicultura na região passa pela adoção de novas tecnologias e processos de gestão, muitos dos quais já empregados pelos cafeicultores do Cerrado Mineiro. Nesse cenário, o presente estudo contribui com a identificação de gargalos institucionais presentes no Sul de Minas, o que pode subsidiar ações futuras em prol da região.

No campo teórico, nota-se que os estudos sobre o papel do ambiente institucional no desenvolvimento econômico costumam utilizar os países como unidade de análise. O estudo das diferenças institucionais dentro de uma mesma unidade política (Brasil) e, ainda, dentro da mesma subdivisão política (Minas Gerais), podem contribuir para o avanço da NEI.

Particularmente no Brasil, a NEI é utilizada principalmente na perspectiva dos custos de transação. Nos últimos anos, alguns estudos começaram a explorar a aplicação da vertente do ambiente institucional ao contexto nacional (PEREIRA JUNIOR, 2011; JANUÁRIO, 2014; PUPERI, 2014; SINGULANO, 2015; BATISTA, 2016; CAVALCANTE, 2016; FEUSER, 2016; TARIFA; SCHALLENBERGER, 2016). Porém, grande parte dessas análises ainda está voltada para as instituições formais. Dessa forma, o presente estudo contribui para a construção de uma linha de estudos sobre a NEI no Brasil, mais especificamente sobre o papel das instituições informais no agronegócio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Economia Institucional

O surgimento do termo “Economia Institucional” é atribuído a Walton Hamilton, que o anunciou durante uma reunião da *American Economic Association*, em 1918 (HODGSON, 2000). Conforme Hamilton (1919), a Economia Institucional é uma teoria econômica voltada para explicar a natureza e a extensão dos fenômenos econômicos. O autor denota a importância das instituições para a análise econômica. Para ele, para que haja o entendimento do comportamento econômico é necessário que as convenções, costumes e hábitos sejam considerados, visto que, as atividades são controladas por convenções sutis e hábitos de pensamento.

Apesar de Hamilton ter cunhado o termo Economia Institucional, foi Thorstein Veblen que lançou as bases para o Institucionalismo, além de ter fornecido grande parte da inspiração intelectual para a teoria (RUTHERFORD, 2000). O quadro geral proposto por Veblen enfatizava a natureza *path-dependent* da mudança institucional e o papel que as novas tecnologias exerciam nas mudanças institucionais, relacionadas a modificações nos modos de vida e pensamento (RUTHERFORD, 2001).

A Teoria Institucional possui como ideias centrais as instituições, os hábitos, as regras e suas evoluções. Essa abordagem transita das ideias gerais sobre agência humana, instituições e natureza evolutiva dos processos econômicos para ideias e teorias específicas. Ao invés de se basear em um quadro teórico universal sobre escolha e comportamento racional, como é feito na Economia Neoclássica, a Economia Institucional busca elementos adicionais, como os hábitos e as instituições sociais específicas de um determinado grupo para avançar em direção a uma teoria ou análise operacional (HODGSON, 1998).

Para Groenewegen, Kerstholt e Nagelkerke (1995), em Economia é importante verificar a influência das instituições sobre o comportamento, como forma de entender o desempenho das firmas, mercados e economias em diferentes contextos (diferentes localidades). Nesse sentido, as questões centrais da Economia Institucional estão relacionadas às instituições: quais as motivações para o seu surgimento, como se dá seu desenvolvimento e o seu desempenho. Tais questões podem ser estudadas a partir de duas perspectivas diferentes: o Velho Institucionalismo e o Novo Institucionalismo.

A Economia Institucional possui várias vertentes que permitem subdividir esse campo teórico. No entanto, a subdivisão mais comum é a que separa as discussões teóricas em duas

linhas distintas, que são a Velha Economia Institucional (VEI) e a Nova Economia Institucional (NEI) (CAVALCANTE, 2010). A divisão foi realizada por Oliver Williamson, que cunhou o termo “Nova Economia Institucional” com o objetivo de demarcar os dois campos de estudos (COASE, 1998).

Segundo Rutherford (1996), a VEI é associada aos estudos de Thorstein Veblen, Wesley Mitchell, John R. Commons e Clarence Ayres. Nesta perspectiva teórica, há dois programas de pesquisa importantes, um associado aos estudos de Veblen e Ayres e o outro com base nos trabalhos desenvolvidos por Commons.

O primeiro programa possui como objetivo investigar os efeitos das novas tecnologias nos esquemas institucionais, além de verificar as formas em que as convenções sociais e os interesses criados resistem a essa mudança. O segundo programa está voltado para o Direito, direitos de propriedade e organizações, sua evolução e impacto nos poderes econômico e legal, transações econômicas e distribuição de renda (RUTHERFORD, 1996).

A VEI é apontada como precursora da NEI. As duas linhas possuem alguns pressupostos teóricos semelhantes. Ambas compartilham uma forte crítica à teoria econômica neoclássica no que se refere à falta de uma devida atenção às instituições, à ênfase na racionalidade no processo de tomada de decisão, à concentração excessiva no equilíbrio e à negação de que as preferências são capazes de mudar ou que o comportamento é repetitivo ou habitual. O que afasta a NEI da VEI é a sua tentativa de modificar ou ampliar o conjunto de ferramentas propostos pela economia clássica para, posteriormente, utilizá-los na explicação de fenômenos que anteriormente pareciam difíceis de entender (NABLI; NUGENT, 1989).

De acordo com Williamson (1998), o antigo e o novo institucionalismo compartilham a mesma ideia de que as instituições importam; no entanto, para a NEI, elas também podem ser analisadas.

2.2 Nova Economia Institucional

Conforme discutido anteriormente, a teoria econômica neoclássica não aborda de forma devida o papel das instituições. Conforme North (1994), essa teoria fornece uma compreensão sobre o funcionamento do mercado em economias desenvolvidas, mas não tem como foco entender como eles se desenvolvem. Trata-se de uma teoria que não possui como base os pressupostos capazes de explicar os processos de mudança econômica, política e social (NORTH, 2005).

Diante disso, a NEI surge como uma proposta para estender a aplicabilidade da teoria neoclássica (FURUBOTN; RICHTER, 2005). Ela se baseia, modifica e amplia a teoria neoclássica, de forma a lidar como uma série de questões que estavam fora de seu alcance devido às suas limitações teóricas. Nessa nova abordagem, mantém-se o pressuposto fundamental de escassez e concorrência e abandona-se as ideias de racionalidade instrumental, oriundas dos pensamentos neoclássicos (NORTH, 1995).

Ao abandonar o pressuposto de racionalidade instrumental, a NEI assume que os indivíduos possuem informações incompletas e capacidade mental limitada para processá-las. Essas características geram incertezas no processo de transação (NORTH, 1995).

Para reduzir os riscos e as incertezas e criar ordem no processo de troca, as instituições foram criadas (NORTH, 1991). Como são as instituições que “guiam” o processo de troca, acredita-se que o desempenho de uma economia depende das instituições existentes e como elas facilitam as transações e o comportamento cooperativo (MÉNARD; SHIRLEY, 2005).

As instituições são “as regras do jogo de uma sociedade” (NORTH, 1995, p. 5). São as restrições humanamente concebidas que orientam as interações humanas. Podem ser formais, como regras, leis e constituições, ou informais, como as normas de comportamento e códigos de conduta. Tais restrições são responsáveis por definir a estrutura de incentivos das sociedades, mais especificamente, das economias (NORTH, 1994).

Ainda conforme North (1994), se as instituições são definidas como as regras do jogo, as organizações podem ser consideradas como os jogadores. As organizações consistem em grupos de indivíduos que compartilham os mesmos objetivos. Elas podem ser de cunho político, como partidos, conselhos municipais, órgãos reguladores; podem possuir natureza econômica, como empresas, sindicatos, agricultores familiares, cooperativas; podem ser órgãos sociais, como igrejas e clubes; e educacionais, como escolas, universidades e centros de formação profissional.

Para Acemoglu (2008), essa definição clássica de North apresenta três elementos importantes que caracterizam as instituições. Primeiro, elas são humanamente criadas, ou seja, não estão fora do controle humano. Segundo, as instituições restringem os indivíduos. Desse modo, as políticas, regulamentos e leis que punem certos comportamentos e recompensam outros, irão interferir no modo de agir. E, por último, as restrições definidas pelas instituições moldarão a interação humana e afetarão os incentivos.

O primeiro a fazer a ligação crucial entre instituições, custos de transação e teoria neoclássica foi Ronald Coase, com os trabalhos publicados em 1937, *The Nature of Firm*, e em 1960, *The Problem of Social Cost*. Os trabalhos de Coase colocaram os custos de transação em

evidência, confrontando as ideias neoclássicas de que as transações ocorriam a custo zero. A visão de Coase foi o ponto crucial para entender a performance das economias ao longo do tempo (NORTH, 1992).

Coase (1998) afirma que a produtividade do sistema econômico, de acordo com Adam Smith, depende da especialização (divisão do trabalho). Porém, a especialização só é possível se houver condições para trocas comerciais e, quanto menor o custo dessas trocas (custos de transação), haverá maior especialização e produtividade. Os custos de transação dependem das instituições presentes em um país, como sistema jurídico, político, social, educacional, cultura, entre outros. Perante isso, o autor conclui que são as instituições que governam o desempenho da economia.

As instituições afetam o desenvolvimento econômico por meio dos seus efeitos sobre os custos de transação e transformação, ou seja, além de ajudarem a reduzir os custos de transações, as instituições também contribuem para o desempenho das economias dos países (NORTH, 1990).

A visão apresentada por Coase sobre o papel das instituições constitui uma das três correntes da NEI. Denominada como Teoria dos Custos de Transação, essa primeira corrente é focada na firma e, além de Coase, possui Williamson como um dos principais expoentes. A segunda corrente é centrada na história econômica e na mudança institucional e possui North e Matthews como principais autores. E, por último, tem-se a corrente voltada para o equilíbrio no cenário de interações estratégicas, denominada Teoria dos Jogos, com Schelling, Schotter, Shubik como alguns autores (VILLEVAL, 1995 apud THÉRET, 2003).

North foi pioneiro ao tentar explicar como as economias evoluem e desenvolvem-se ao longo do tempo (KHERALLAH; KIRSTEN, 2002). North (1990) argumenta que a história possui um papel importante na economia das instituições. Para o autor, o presente e o futuro estão ligados ao passado por meio da continuidade das instituições presentes em uma sociedade. Nelson (1995) complementa o argumento de North com a afirmativa de que as instituições atuais quase sempre mostram fortes conexões com as instituições passadas, muitas vezes datadas de séculos atrás.

A influência do passado no presente e no futuro é denominada como *path dependence* e faz parte dos estudos sobre evolução institucional (NORTH, 1990). A evolução institucional de uma economia é modelada a partir das interações entre as instituições e as organizações. As organizações existentes refletem as oportunidades proporcionadas pelas instituições vigentes (NORTH, 1994). Nesse sentido, se o quadro institucional recompensar a produtividade, as

organizações direcionarão seus investimentos em conhecimentos e mecanismos que permitam o alcance desse objetivo (NORTH, 1998).

Segundo North (1998), os agentes de mudanças são os indivíduos responsáveis pelas decisões nas organizações, os empresários, enquanto as fontes de mudanças são as oportunidades vislumbradas por esses atores. Para North (1994), a mudança econômica é um processo contínuo, resultante das escolhas realizadas diariamente pelos indivíduos. As alterações ocorrem a partir da percepção dos indivíduos de que a reestruturação das trocas - políticas ou econômicas - pode gerar melhores resultados.

De acordo com North (1994), o tempo é a dimensão em que as instituições evoluem, moldadas pelo comportamento humano. Ele explica que as crenças que os indivíduos, os grupos e as sociedades possuem e que determinam suas ações são resultantes de um aprendizado que ocorre ao longo do tempo. Tal aprendizado se acumula através do tempo e é passado de geração em geração por meio da cultura. A aprendizagem que os indivíduos adquirem ao longo do tempo, constituída pelas experiências atuais e acumuladas de gerações passadas, é materializada na cultura, a peça-chave para o *path dependence*.

North (1998) apresenta as principais características da mudança institucional: (1) a relação contínua entre instituições e organizações, em um ambiente de competição, é o fator-chave para a mudança institucional; (2) o cenário de competição influencia as organizações a investirem em habilidades e conhecimentos que aparentam proporcionar os maiores retornos; (3) essas habilidades e conhecimentos percebidos como os de maior retorno são ditados pela estrutura institucional existente; (4) as percepções dos atores são determinadas pelos construtos mentais, influenciados pela complexidade do ambiente de atuação, as poucas informações a respeito das consequências de suas ações e pela cultura herdada; (5) as economias de abrangência, complementariedade e externalidade tornam as mudanças institucionais gradativas e dependentes da trajetória empregada.

Além das correntes teóricas apresentadas, a NEI também opera em dois níveis analíticos, sendo eles estruturas de governança e ambiente institucional (WILLIAMSON, 2000). O ambiente institucional agrega as macroinstituições, que são as instituições que estabelecem as bases para as interações entre os seres humanos, e as estruturas de governança, que envolvem as microinstituições, que são as instituições que regulam uma transação específica. (AZEVEDO, 2000).

Na primeira abordagem (ambiente institucional), o foco central é o estudo das mudanças no ambiente institucional geral das economias, de forma a entender como as macroinstituições afetam o desempenho econômico, além de identificar quais instituições são capazes de

proporcionar o desenvolvimento econômico de determinadas regiões. Já a segunda abordagem (estruturas de governança) procura analisar as interações entre as unidades econômicas. Busca-se compreender como as estruturas de governança são formadas e como elas são modificadas de acordo com determinadas transações (BUENO, 2004).

É crescente a relevância dada ao ambiente institucional e às estruturas de governança para os estudos sobre organização industrial, história econômica, desenvolvimento econômico, estratégias de negócios, entre outros. Porém, quando se trata de estudar o processo de desenvolvimento, a abordagem referente ao ambiente institucional é a mais indicada (WILLIAMSON, 1996). Ou seja, são as regras do jogo que são analisadas (WILLIAMSON, 2000). Como no presente trabalho o foco é estudar as diferentes instituições na cafeicultura do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas, a abordagem empregada será a ligada ao ambiente institucional.

2.3 Ambiente Institucional e Instituições

Para determinar as aplicações da NEI, Williamson propôs um esboço com quatro níveis de análise, contendo as ideias principais da teoria, conforme a Figura 1. As setas sólidas direcionadas para o nível inferior indicam que o nível superior impõe limitações ao nível abaixo. As setas tracejadas e direcionadas para cima, que conectam os níveis mais baixos aos superiores, indicam o *feedback* de um nível para o outro (WILLIAMSON, 2000).

O primeiro nível, *embeddedness*, é relacionado ao “enraizamento social”. Nele localizam-se as instituições informais, como as normas, costumes, tradições. As instituições deste nível surgem de forma espontânea e possuem um controle duradouro sobre o comportamento de uma sociedade (WILLIAMSON, 2000).

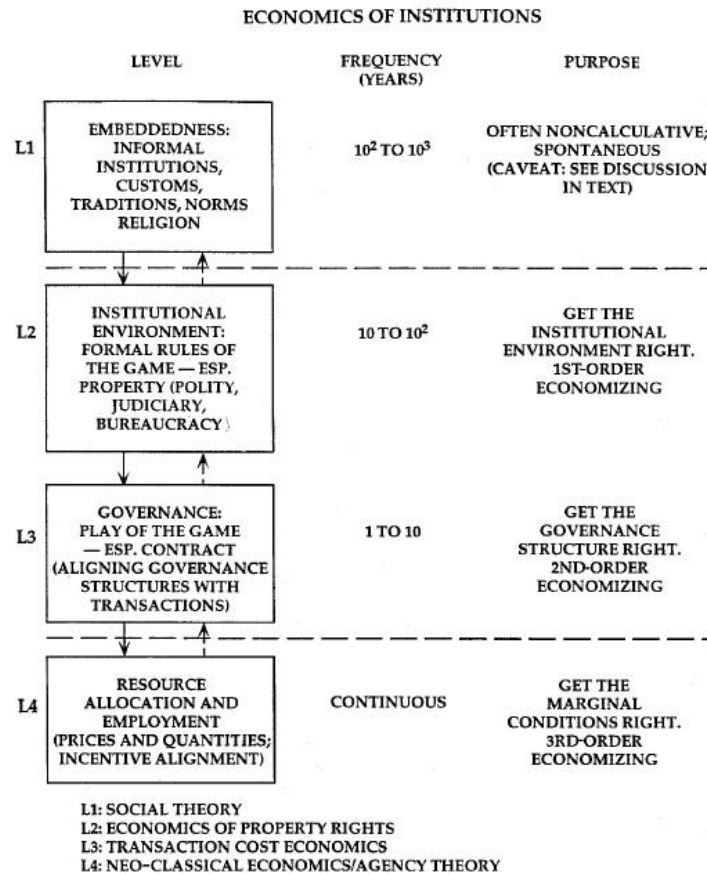
No segundo nível é apresentado o ambiente institucional. É composto pelas instituições formais, como constituições, leis e direitos de propriedade (WILLIAMSON, 2000). As estruturas presentes neste nível fornecem as regras do jogo que organizam a atividade econômica (WILLIAMSON, 1998).

No terceiro nível estão localizadas as estruturas de governança. Nesta posição são observadas as transações, sendo as estruturas de governança criadas para estabelecer a ordem, mitigar conflitos e promover ganhos mútuos entre os atores (WILLIAMSON, 2000).

No quarto nível são realizadas análises marginais. Encontra-se nessa posição a Economia Neoclássica, com as variáveis de decisão preço e produção, e a Teoria da Agência,

que lida com alinhamento de um incentivo eficiente em face da aversão ao risco diferencial (WILLIAMSON, 1998).

Figura 1 – Níveis de Análise Social



Fonte: WILLIAMSON (1998, p. 26)

Apesar das instituições informais e formais estarem separadas em dois níveis, 1 e 2, respectivamente, alguns estudiosos costumam tratá-los como um nível único. Conforme Williamson (2000), muitos pesquisadores consideram o primeiro nível como dado. Nesse sentido, infere-se que diante da sua influência na criação das instituições formais presentes no nível 2, essas duas posições da análise social possuem uma relação de grande proximidade.

A junção dos dois níveis em um só, denominado como ambiente institucional, pode ser percebido na definição proposta por Davis, North e Smorodin (1971). Conforme os autores, o ambiente institucional consiste em um conjunto de regras políticas, sociais e legais fundamentais que estabelecem as bases para a produção, a transação e a distribuição. Ou seja, o ambiente institucional agrega as instituições.

No trabalho, a visão de ambiente institucional adotada é a mesma proposta por Davis, North e Smorodin (1971), que congrega as instituições formais e informais. Ressalta-se, ainda, que o foco deste estudo está direcionado para as instituições informais presentes nas regiões estudadas.

A importância de analisar o ambiente institucional e as instituições para compreender as diferenças existentes entre duas regiões se dá pela influência delas em aspectos como desenvolvimento e desempenho. De acordo com Klein (1998), o desenvolvimento não é mais visto como uma transformação gradual, e sim como uma resposta à evolução das instituições que apoiam as relações sociais e comerciais. O desenvolvimento depende de como as instituições são capazes de incentivar a formação de capital e sua mobilidade, de como permitem que os riscos sejam determinados e compartilhados, além de facilitar a cooperação.

Segundo Conceição (2002), as instituições têm a capacidade de viabilizar ou não as inovações tecnológicas, a forma de organização das firmas, o processo de trabalho e as políticas macroeconômicas. Diante disso, o autor conclui que elas também consistem em elementos que induzem as estratégias empresariais e a tomada de decisão por parte dos agentes.

Para Fiani (2011), fatores relacionados ao tamanho da unidade produtiva, ao nível de tecnologia de um determinado equipamento, ao volume de mão de obra empregado, bem como a remuneração dos empregados, a rotatividade e a produtividade; a quantidade e qualidade dos bens produzidos ou serviços prestados e ao investimento em pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas podem ser relacionados ao ambiente institucional.

Ainda segundo Fiani (2011), o capital, a força de trabalho, os recursos naturais e os conhecimentos tecnológicos não são capazes de orientar o desenvolvimento econômico sozinhos. Tais fatores necessitam ser combinados em um ambiente de cooperação e poucos conflitos, de forma que funcionem adequadamente. Nesse sentido, há a necessidade de os indivíduos em uma determinada comunidade se relacionarem com base em normas, leis e convenções estabelecidas, que determinarão o padrão de vida alcançável por eles. Esse relacionamento, ainda segundo o autor, é mediado pelo ambiente institucional presente em cada sociedade.

Para Acemoglu e Robinson (2012), são as instituições que fomentam os incentivos para a busca por mais educação, para a realização de investimentos, para o desenvolvimento de inovações e adoção de novas tecnologias. Diante disso, entende-se que as instituições contribuem para o sucesso ou fracasso de uma determinada localidade, visto que, influenciam os comportamentos e incentivos em uma sociedade.

As instituições têm a capacidade de gerar, possibilitar e influenciar as inovações tecnológicas, o arranjo das firmas, o processo de trabalho e o padrão de competitividade. É o arranjo institucional que promove mudanças estruturais decisivas que permitem o crescimento (CONCEIÇÃO, 2002). Elas influenciam a estrutura da economia e garantem o uso mais eficiente dos recursos, gerando produtividade e lucratividade. Também organizam a sociedade de forma a promover seu crescimento ou retardá-lo (ACEMOGLU, 2008).

No quadro 1 é apresentado um resumo dos tipos de instituições existentes e exemplos de como elas interferem no desenvolvimento econômico local.

Quadro 1 - Instituições formais e informais no desenvolvimento econômico local

Tipo de instituição	Formal	Informal
Forma	Codificado, escrito	Tácito, não escrito
Exemplos genéricos	Constituições, contratos, leis, regulamentos, direitos, regras e estatutos	Atitudes, códigos, convenções, costumes, experiências, hábitos, redes, normas, rotinas, tradições e valores
Exemplos de desenvolvimento econômico local	Descentralização das forças de desenvolvimento econômico, das responsabilidades e recursos para o contexto local; direitos de propriedade	Níveis elevados de confiança entre os atores locais, o que facilita a troca de conhecimento e inovação; forte capital social vinculando os atores locais aos padrões de comportamentos existentes

Fonte: adaptado de (PIKE et al., 2015)

A partir dos conceitos apresentados, percebe-se que as instituições presentes no ambiente institucional, ou seja, as regras formais (leis e constituições) e as regras informais (normas de comportamento e códigos de conduta), constituem a estrutura de incentivos de uma sociedade e orientam as estratégias estabelecidas pelas organizações e a forma como elas se relacionam com os demais atores locais.

Segundo Scare (2003), o ambiente institucional influencia o surgimento das organizações e sua evolução. São as instituições que estabelecem as oportunidades existentes na sociedade e as organizações são criadas de forma a aproveitá-las. Zylbersztajn (1995, p. 160) complementa que “as organizações desenvolvem-se dentro do ambiente institucional, refletindo as estratégias dos atores que criam as estruturas políticas, sociais, econômicas, limitados pelas regras institucionais, buscando otimizar ou maximizar a sua função objetivo”.

Partindo-se da orientação teórica de que o ambiente institucional interfere no modelo organizacional e nas estratégias empresariais, e do reconhecimento de que cada localidade

possui suas próprias instituições, acredita-se que as diferenças encontradas na cafeicultura do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas possam ser explicadas pela matriz institucional vigente. Nesse sentido, o trabalho busca analisar as diferenças institucionais existentes entre as duas regiões. Na próxima seção são apresentadas as metodologias empregadas no trabalho, bem como as estratégias para a análise dos dados coletados.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para atender cada objetivo estabelecido, foi empregado um conjunto de técnicas de coleta e análise de dados. Primeiramente, para descrever a trajetória histórica da cafeicultura nas duas regiões, foi realizado um estudo de caráter qualitativo e as informações foram coletadas por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Em seguida, para verificar a existência de fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões, foi realizada uma pesquisa quantitativa. Os dados foram coletados a partir da aplicação de questionários e a regressão logística foi utilizada para analisá-los. Por fim, para investigar como o ambiente institucional influencia os atores da cafeicultura em cada região, foi realizada uma pesquisa qualitativa, sendo as informações obtidas a partir de entrevistas semiestruturadas e analisadas por meio da análise de conteúdo. Nas seções a seguir são descritas detalhadamente as estratégias metodológicas empregadas para cada objetivo.

3.1 A trajetória histórica da cafeicultura no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas

Para atender o objetivo de descrever a trajetória histórica da cafeicultura nas duas regiões foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. As pesquisas descritivas buscam relatar as características de uma determinada população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002). Os estudos descritivos possuem como foco a investigação de um fenômeno, com a determinação de suas características. Nesse tipo de pesquisa são considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou um indivíduo (RICHARDSON et al., 2012).

As metodologias empregadas foram as pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Vergara (1990, p. 6), consiste no “estudo sistematizado desenvolvido a partir de material publicado em livros, revistas, jornais, isto é, material acessível ao público em geral”. Segundo Marconi e Lakatos (2010), essa pesquisa possui como finalidade proporcionar ao pesquisador o contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto estudado.

Na pesquisa documental a fonte de coleta de dados são diversificadas e dispersas (GIL, 2002). Nesse método de pesquisa são considerados como documentos qualquer objeto que auxilie na investigação de determinado fenômeno e não somente aqueles escritos com a finalidade de abordar um assunto em específico (GIL, 2008). Aceita-se como documentos jornais, filmes, documentos legais (SEVERINO, 2007), assim como registros estatísticos,

documentos pessoais e organizacionais (GIL, 2008). No caso desses documentos, os conteúdos dos textos ainda não foram analiticamente tratados e, portanto, consistem em uma matéria-prima na qual o pesquisador desenvolverá a investigação e a análise (SEVERINO, 2007).

Desse modo, para que a história da cafeicultura do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas, bem como seu estágio atual fossem descritos, foram consultados artigos científicos, livros, sítios institucionais, documentos estatísticos, relatórios de desempenho e análises de órgãos públicos.

3.2 Fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões

Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa e de caráter descritivo. Segundo Richardson et al. (2012), as pesquisas quantitativas são caracterizadas pelo emprego da quantificação tanto no procedimento de coleta das informações quanto no tratamento dos dados por meio de técnicas estatísticas. Este método de pesquisa é comumente aplicado nos estudos descritivos que, segundo Gil (2002), possuem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou de um fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis.

Para atender ao segundo objetivo, que é o de verificar se existem fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões, foi empregada uma metodologia que permite associar determinadas características dos respondentes a cada região estudada, ou seja, a amostra será categorizada conforme seu padrão de resposta. Diante disso, o trabalho se caracteriza como descritivo.

A pesquisa foi realizada por meio de uma amostra não probabilística por conveniência. Neste tipo de amostragem a seleção dos entrevistados é realizada de acordo com a acessibilidade (MALHOTRA, 2006), voluntariado ou acidentalmente (MAROCO, 2007).

A justificativa para a essa escolha se dá pela inviabilidade técnica proporcionada pelo tamanho e pela localização da população estudada, visto que a estimativa é que no Cerrado tenha 4,5 mil produtores (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO, 2017a) e, no Sul de Minas, 35 mil (BLISKA et al., 2009).

Os dados foram coletados a partir de um questionário (Anexo A) construído com base no referencial teórico sobre ambiente institucional e sua relação com o desenvolvimento regional. A partir da literatura, identificou-se que o ambiente institucional promove a maior busca por educação, maior nível de confiança e cooperação, adoção de inovação e tecnologia, e melhores práticas de gestão. Nesse sentido, o questionário foi desenvolvido de forma a contemplar perguntas relacionadas a tais temáticas. Foram também inseridas perguntas sobre

instituições formais, discutidas na literatura como impulsionadoras de desenvolvimento. Antes da ida ao campo para a coleta dos dados, o questionário foi submetido à análise de pesquisadores da área de café da UFLA, que sugeriram alterações e melhorias conforme os pressupostos da teoria empregada e de acordo com os seus conhecimentos no campo da cafeicultura.

Os questionários foram aplicados de duas formas distintas, sendo elas pessoalmente e por meio de formulário *online*. As aplicações presenciais foram realizadas pela pesquisadora em eventos destinados aos cafeicultores de ambas as regiões. O detalhamento da coleta de dados feita presencialmente é exposto no quadro 2. O questionário *online* foi disponibilizado aos cafeicultores por meio de e-mail, grupos sobre café no Facebook e via WhatsApp. Primeiramente, a pesquisa foi apresentada ao público, seguida do pedido para que os produtores das regiões estudadas respondessem ao formulário encaminhado em anexo. Foram aplicados 169 questionários no total, sendo 72 presencialmente e 97 *online*.

Quadro 2 – Questionários aplicados presencialmente

Sul de Minas	Premiação do 4º Concurso de Qualidade dos Cafés de Cabo Verde. Em Cabo Verde/MG.	20/10/2017
	3ª Edição da Rodada de Negócios. Em Muzambinho/MG.	21/10/2017
Cerrado Mineiro	Circuito Mineiro de Cafeicultura – etapa Campos Altos. Em Campos Altos/MG.	21/11/2017
	Encontro do Grupo de Estudos para Evolução da Cafeicultura do Cerrado Mineiro (GEPECAFE). Em Patrocínio/MG.	24/11/2017

Fonte: elaborado pela autora

Para a análise dos dados da pesquisa foi utilizado um modelo *logit* binomial. A variável binária foi definida como a pertença à região do Cerrado Mineiro ou Sul de Minas. No caso de a propriedade do produtor se localizar no Cerrado Mineiro, é atribuído o valor 1; caso a propriedade se encontre na região do Sul de Minas, atribui-se valor 0. Os dados foram analisados com o auxílio do Statistical Package for Social Sciences, SPSS.

3.2.1 Regressão logística

Para a análise dos dados coletados foi empregada a regressão logística. Por meio desta técnica estatística foi possível prever, conforme as informações coletadas, a probabilidade de os cafeicultores pertencerem a região do Cerrado Mineiro ou do Sul de Minas e, assim, identificar quais são os fatores institucionais diferentes entre as regiões.

Quando a variável dependente é qualitativa e assume valores de classes discretas e mutuamente exclusivas, a regressão categorial é a técnica de análise indicada. A regressão categorial compartilha dos mesmos propósitos da regressão linear quanto a inferência e a estimação, no entanto se difere no que diz respeito aos pressupostos de aplicação e no método para obtenção das estimativas dos coeficientes do modelo (MAROCO, 2007).

A regressão categorial recebe designações distintas conforme o tipo de variável dependente que possui. Se a variável dependente for nominal dicotômica, a regressão categorial será designada como regressão logística, porém, se tal variável for nominal policotômica, a regressão será denominada como multinomial (MAROCO, 2007). Neste trabalho a variável dependente é nominal dicotômica e, portanto, a regressão categorial empregada será a logística.

A regressão logística, também chamada de análise *logit*, combina regressão múltipla com análise discriminante múltipla. Seu modelo de análise difere-se do modelo linear de probabilidade da regressão múltipla por utilizar uma variável dependente não métrica, o que requer diferenças nos métodos de estimação e nas suposições sobre o tipo de distribuição inerente (HAIR JUNIOR et al., 2005). Na regressão linear, a variável dependente é quantitativa, enquanto na regressão categorial a variável dependente é qualitativa e as variáveis independentes podem ser tanto qualitativas quanto quantitativas (MAROCO, 2007).

Resumidamente, a regressão logística é uma regressão múltipla que possui uma variável de saída categórica e dicotômica e variáveis predictoras contínuas ou categóricas. Desse modo, é possível prever a qual das duas categorias é provável que uma pessoa pertença com base nas informações coletadas (FIELD, 2009). Pode ser utilizada em situações que possuam um resultado binário. Nesses casos, os objetos estudados são direcionados para um dos dois grupos determinados e o objetivo é prever e explicar as bases para essa associação ao grupo por meio de um conjunto de variáveis independentes selecionadas pelo pesquisador (HAIR JUNIOR et al., 2010).

De acordo com Hair Junior et al. (2010), a regressão logística pode ser descrita como a estimação do relacionamento entre uma única variável não métrica (binária) e um conjunto de variáveis independentes métricas ou não métricas, na seguinte forma:

$$Y_1 = X_1 + X_2 + X_3 + \dots + X_n \quad (1)$$

Sendo Y_1 uma variável não métrica e as demais variáveis métricas (HAIR JUNIOR et al., 2010).

Segundo Field (2009), a regressão logística possui princípios semelhantes aos da regressão múltipla. O autor apresenta a seguinte equação para a regressão múltipla:

$$Y = b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + \dots + b_nX_n + \varepsilon \quad (2)$$

“Onde b_n é o coeficiente da regressão da correspondente variável X_n . Na regressão logística, em vez de se prever o valor da variável Y a partir de um previsor X ou diversas variáveis predictoras (X_s), prevemos a probabilidade de Y ocorrer conhecidos os valores de X ou X_s ” (FIELD, 2009, p. 222). Ainda segundo o autor, ao observar a equação da regressão logística em sua forma simples, é possível perceber que parte dela se assemelha à equação de regressão linear, com uma constante (b_0), uma variável predictor (X) e um coeficiente agregado ao previsor (b_1). A equação da regressão logística com um único previsor é dada a seguir:

$$P(Y) = \frac{1}{(1 + e^{- (b_0 + b_1X + \varepsilon_1)})} \quad (3)$$

Onde: $P(Y)$ é a probabilidade de Y ocorrer;

e é a base dos logaritmos naturais;

e os demais coeficientes da equação formam uma combinação linear semelhante à regressão simples (FIELD, 2009).

Conforme Field (2009), assim como na regressão linear, na regressão logística também é possível incluir diversas variáveis predictoras, sendo a equação representada da seguinte forma:

$$P(Y) = \frac{1}{1 + e^{- (b_0 + b_1X_1 + b_2X_2 + \dots + b_nX_n + \varepsilon)}} \quad (4)$$

Assim, conforme visto acima, enquanto a versão simples da regressão logística com apenas um preditor (3) contém a equação de regressão linear simples em seu interior, a versão com múltiplos preditores (4) possui a equação de regressão múltipla (FIELD, 2009). Na seção seguinte apresenta-se como as equações utilizadas no trabalho foram elaboradas.

3.2.2 Operacionalização das equações

Foram criadas duas equações para testar os efeitos dos fatores institucionais. A primeira compreende todos os respondentes filiados a uma cooperativa ou associação, e que possuem funcionários contratados. A segunda equação utilizou todos os respondentes, porém, as variáveis relacionadas ao cooperativismo e mão de obra contratada foram excluídas. Isso foi feito para controlar o efeito das cooperativas sobre os fatores institucionais. A cooperativa, por si só, é uma organização capaz de influenciar significativamente no perfil dos cafeicultores.

3.2.2.1 Equação 1 – produtores participantes de cooperativas e com funcionários

Para a obtenção dessa equação foram considerados, inicialmente, 104 questionários respondidos por produtores que afirmaram possuir funcionários e participar de cooperativas ou associações.

A equação final foi obtida a partir dos ajustes realizados a cada regressão. Nesse processo, as variáveis que não apresentaram nível de significância foram retiradas, de forma a manter apenas aquelas significativas para a equação. Também como forma de melhorar a equação foram excluídos os valores discrepantes, os *outliers*. A exclusão foi realizada conforme os valores da estatística de Z Residual (ZRED). De acordo com Field (2009), os valores maiores que 3 e menores que (-3,0) podem influenciar as equações e devem ser tratados como um problema grave. Neste estudo, a retirada das observações discrepantes (três respondentes), contribuiu para a melhoria da explicação da variância dos dados.

As variáveis foram criadas com base na literatura sobre ambiente institucional e suas influências para o desenvolvimento. Identificou-se que aspectos como educação, confiança e cooperação, inovações e tecnologia, e a forma de gestão das organizações são influenciados pelo ambiente institucional vigente e podem demonstrar particularidades em cada região. Desse modo, foram criados blocos no questionário com perguntas relacionadas a tais fatores com o intuito de mensurar as diferenças entre as regiões. Abaixo são apresentadas as variáveis selecionadas para a equação e a justificativa para sua inserção:

- a) Nível de satisfação com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas - Emater (Satisf_Emater) – Bloco Educação

A Emater/MG possui um papel importante para a difusão de conhecimento e tecnologia. Conforme Peixoto (2008) e Rivera e Qamar (2003), a extensão rural possui como objetivo a transmissão de conhecimento ao produtor, de forma a auxiliar no desenvolvimento.

Acredita-se que a satisfação do produtor quanto aos serviços prestados pela Emater/MG reflita as suas atuais condições como assistido e demonstre se a transmissão de conhecimento e tecnologia está sendo aproveitada de maneira satisfatória pelo cafeicultor. Espera-se que esta variável tenha um efeito positivo em relação ao Cerrado Mineiro.

- b) Nível de satisfação com a cooperativa ou associação (Satisf_coopass) – Bloco Confiança e Cooperação

Para medir os níveis de confiança local, decidiu-se inserir a variável relacionada ao cooperativismo e ao associativismo. Segundo Drumond (2010) e Organização das Cooperativas Brasileiras (2017), as cooperativas são formadas por meio da união de pessoas que compartilham suas ideias, e possuem como base valores como solidariedade, responsabilidade, democracia e igualdade. Nesse sentido, diante do espaço compartilhado que as cooperativas e associações representam, acredita-se que a satisfação, ou não, com essas organizações possa refletir o relacionamento existente entre os cafeicultores cooperados/associados. Para esta variável é esperado um efeito positivo na variável dependente Cerrado Mineiro.

- c) Frequência que realiza análise de solo (Análise_solo) – Bloco Inovações e Tecnologia

Para mensurar o nível de adoção de tecnologias e inovações, foi inserida variável que mede a frequência com que a análise de solo é realizada pelo produtor. De acordo com Guarçoni M. (2011), o cafeeiro sofre influências de fatores internos e externos. Esses fatores afetam diretamente a taxa de crescimento, o desenvolvimento e a produção da planta. Ainda segundo o autor, um dos fatores que interfere diretamente no desempenho da planta é o seu estado nutricional. Trata-se de um fator controlável, sendo possível identificar, por meio da análise, a capacidade do solo para fornecer nutrientes. Caso o solo não seja capaz de fornecer a quantidade de nutrientes necessários para a planta, é preciso realizar a adubação, de forma a nutrir adequadamente o cafeeiro e melhorar a produtividade.

De acordo com Carvalho et al. (2010), a realização da análise do solo auxilia no manejo adequado de fertilizantes e contribui para a maximização da produtividade, além de permitir uma postura mais sustentável do produtor, visto que pressupõe a utilização mais racional dos fertilizantes. É esperado um efeito positivo desta variável em relação ao Cerrado.

d) Frequência que realiza análise foliar (Análise_foliar) – Bloco Inovações e Tecnologia

A frequência de realização da análise foliar também foi inserida para mensurar o nível tecnológico das regiões. De acordo com Carvalho et al. (2010), essa análise química constitui uma ferramenta que permite o diagnóstico do estado nutricional da planta. Para Farnezi et al. (2010), a análise foliar é utilizada para detectar as respostas do cafeeiro aos diversos tipos de manejo, de forma a identificar as relações entre nutrientes na planta.

Conforme Petek et al. (2006 apud SILVA; LIMA, 2012), a cafeicultura brasileira tem passado por grandes transformações em busca de um cultivo mais sustentável. Diante disso, Silva e Lima (2012) afirmam que é necessário o desenvolvimento de novas técnicas de manejo que auxiliem na redução de perdas, proporcionadas por manejos inadequados, e que contribuam para a queda de produtividade e do alcance de um maior potencial produtivo acima do previsto para as variedades. Espera-se um efeito positivo desta variável na variável dependente Cerrado Mineiro.

e) Comercialização do café (Comercialização1) – Bloco Gestão

Para verificar a gestão adotada pelos produtores, foi inserida a variável *dummy* sobre comercialização, que atribui valor 1 para a venda conforme a necessidade e 2 para venda previamente planejada. De acordo com Castro Júnior e Andrade (2010), a comercialização do café é um processo complexo e para que o produtor tenha lucratividade na venda é preciso estar atento ao preço do café, ao fluxo de caixa e ao custo de produção. É esperado que esta variável apresente efeito negativo em relação ao Cerrado Mineiro.

3.2.2.2 Equação 2 – todos os participantes da amostra

Para esta equação foram considerados todos os questionários da amostra (169) e desconsideradas as variáveis que mensuram a relação dos produtores com a cooperativa/associação e com empregados. Para a obtenção da equação final foi adotado

processo similar ao anterior, com a exclusão de variáveis não significativas no decorrer da análise. Um *outlier* foi retirado com o intuito de melhorar a equação. Sua exclusão foi com base no valor da estatística de Z Residual (ZRED), com a consideração de que valores maiores que 3 e menos que (3,0) causam problemas para a equação.

Os dados para essa equação foram fornecidos pelo mesmo questionário apresentado anteriormente. Abaixo são apresentadas as variáveis selecionadas para equação 2, bem como a justificativa para sua inserção na pesquisa.

a) Participação em feiras, treinamentos e dias de campo (Qtd_part_trein) – Bloco Educação

A variável tem como objetivo mensurar a frequência com que o cafeicultor participa de eventos que promovam a troca de informações e o aprendizado na atividade. Para Silva (2012), esses eventos ajudam a ampliar o conhecimento do produtor nas mais variadas áreas, além de permitir o contato deles com demais produtores e instrutores.

Desse modo, a maior participação dos cafeicultores nessas atividades pode ser considerada como uma maior busca por educação. É esperado um efeito positivo da variável na variável dependente Cerrado Mineiro.

b) Frequência que realiza análise foliar (Análise_foliar) – Bloco Inovações e Tecnologia

A inserção da frequência de realização da análise foliar para mensurar o nível tecnológico das regiões se dá pela importância dessa ferramenta para melhorar a produtividade do cafeeiro. Segundo Silva e Lima (2012), diante da realidade da cafeicultura brasileira tornou-se necessário o desenvolvimento de novas técnicas de manejo que auxiliem na redução de perdas, proporcionadas por manejos inadequados, e que contribuam para a queda de produtividade e do alcance de um maior potencial produtivo acima do previsto para as variedades.

Conforme Carvalho et al. (2005), os resultados da análise foliar disponibilizam informações que possibilitam o uso racional dos insumos. Isso auxilia na diminuição do desperdício e melhora o equilíbrio nutricional das plantas, o que eleva a produtividade da lavoura. Espera-se um efeito positivo desta variável em relação ao Cerrado.

- c) O que faz quando conhece nova tecnologia ou produto (Tecno_prod) – Bloco Inovações e Tecnologia

Esta variável foi adicionada para entender o comportamento do cafeicultor diante de uma nova tecnologia ou produto. Acredita-se que em um ambiente mais propenso à adoção tecnológica, os produtores demonstram maior interesse pelas novidades disponíveis no mercado. É esperado um efeito positivo desta variável em relação ao Cerrado Mineiro.

- d) Participação da cafeicultura na renda total da família (Part_renda) – Bloco Gestão

De acordo com Costa (2011), com base nos princípios do conceito de diversificação, uma menor participação da cafeicultura na renda do produtor indica uma maior diversificação da sua atividade. Nesse sentido, espera-se que quanto maior a dependência da cafeicultura para a renda da família, melhor seja a gestão empregada pelos produtores, a fim de garantir maiores retornos. É esperado que a variável apresente relação negativa com o Cerrado Mineiro, visto que, no Sul de Minas existe maior número de pequenos produtores que dependem quase que exclusivamente da atividade. Espera-se um efeito negativo desta variável na variável dependente Cerrado Mineiro.

3.3 Influência do ambiente institucional na cafeicultura

3.3.1 Natureza da pesquisa, população e amostra

Para atender o terceiro objetivo, que foi o de investigar como o ambiente institucional influencia os atores da cafeicultura em cada região, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo e explicativo. Conforme Godoy (1995a) e Zanella (2009), os estudos qualitativos possuem como foco a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nos trabalhos dessa natureza são valorizados o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação estudada. O pesquisador possui papel relevante nesse tipo de pesquisa, pois cabe a ele observar, selecionar e analisar os dados coletados.

Já as pesquisas explicativas, de acordo com Gil (2002), possuem como objetivo a identificação dos fatores que contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos. Conforme Vergara (1990), esse tipo de pesquisa busca esclarecer os fatores que, de alguma

forma, contribuem para o desencadeamento de um determinado acontecimento. Ainda segundo a autora, a pesquisa descritiva pode ser utilizada como base para suas explicações.

A população definida para este estudo são os variados atores presentes na cadeia do café, como produtores, membros de cooperativas, técnicos extensionistas, membros de órgãos de extensão e pesquisa. O estudo foi realizado por meio de uma amostra não probabilística por conveniência. Neste tipo de amostragem a seleção dos entrevistados é realizada de acordo com a acessibilidade (MALHOTRA, 2006), voluntariado ou acidentalmente (MAROCO, 2007).

3.3.2 Coleta dos dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas (Anexos B e C). De acordo com Gil (2008, p. 109), entrevista consiste em uma “técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Conforme Flick (2013), para a realização de entrevistas semiestruturadas são elaboradas várias perguntas que envolvam os objetivos da pesquisa. Nesse caso, não há a necessidade do entrevistador se manter preso no roteiro pré-determinado para a formulação das perguntas. Cabe a ele sondar o entrevistado em momentos adequados e direcionar a discussão da questão em maior profundidade. Os entrevistadores devem, também, introduzir na entrevista todas as perguntas que sejam relevantes para determinada questão.

Os roteiros de entrevistas foram elaborados a partir dos fundamentos teóricos sobre o ambiente institucional e a sua influência para o desenvolvimento regional. As perguntas foram direcionadas para entender o perfil das duas regiões em relação a importância dada a educação, ao nível de confiança e cooperação existente, a adoção de inovação e tecnologia, a inserção de boas práticas de gestão, ao perfil dos cafeicultores, além dos pontos fortes e fracos de cada localidade.

Foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas: 13 entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes e, posteriormente, transcritas; 1 entrevista foi realizada por meio do chat do Skype e também contou com a autorização do participante. Os entrevistados foram selecionados de acordo com a acessibilidade e em função da sua relação com a cafeicultura nas duas regiões estudadas. Desse modo, foram entrevistados 8 produtores (identificados como Prod.), 5 membros de órgãos de extensão e pesquisa (identificados como Org.) e 1 membro de cooperativa (identificado como Coop. Cerrado/Sul). As entrevistas ocorreram no período entre 27 de novembro de 2017 e 20 de dezembro de 2017 e geraram mais de 9 horas de áudio gravado e 172 páginas transcritas. No quadro 3 é apresentado o detalhamento das entrevistas realizadas.

Quadro 3 – Detalhamento das entrevistas

Entrevistado	Data	Forma	Duração	Páginas transcritas
Prod. Cerrado 1	27/11/2017	Internet (Chat do Skype)	-	5
Prod. Cerrado 2	12/12/2017	Internet (WhatsApp)	01:00:10	20
Prod. Cerrado 3	13/12/2017	Telefone	00:26:16	13
Prod. Cerrado 4	20/12/2017	Internet (WhatsApp)	00:31:20	13
Prod. Sul 1	11/12/2017	Internet (WhatsApp)	00:28:28	9
Prod. Sul 2	11/12/2017	Internet (WhatsApp)	00:38:30	12
Prod. Sul 3	13/12/2017	Internet (WhatsApp)	00:38:20	10
Prod. Sul 4	13/12/2017	Internet (WhatsApp)	00:36:34	13
Org. Cerrado 1	12/12/2017	Internet (WhatsApp)	00:41:24	11
Org. Cerrado 2	14/12/2017	Pessoalmente	00:25:37	9
Org. Sul 1	27/11/2017	Pessoalmente	01:14:41	25
Org. Sul 2	07/12/2017	Pessoalmente	01:03:11	15
Org. Sul 3	14/12/2017	Pessoalmente	00:35:12	6
Coop. Cerrado/Sul	04/12/2017	Internet (Skype)	00:55:36	11
Total			9:15:19	172

Fonte: elaborado pela autora

O Prod. Cerrado 1 pertence a uma família de cafeicultores que estão na atividade desde 1940, sendo que na década de 1980 seus familiares se instalaram no Cerrado Mineiro. Formado em Engenharia Agrônoma, trabalha com agronegócio há 10 anos e desde 2011 está envolvido com o empreendimento familiar na cafeicultura.

A Prod. Cerrado 2 faz parte de uma família que possui uma história de mais de 100 anos com o café. É formada em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e é cafeicultora há 23 anos.

O Prod. Cerrado 3 foi um dos primeiros cafeicultores a chegar na região, com o início das atividades na década de 1970.

A Prod. Cerrado 4 está envolvida com a cafeicultura desde criança, visto que é filha de produtores. Há 10 anos possui sua própria fazenda e há 4 trabalha com certificação e presta serviço para outro cafeicultor.

O Prod. Sul 1 trabalhou como metalúrgico por 30 anos e após a aposentadoria adquiriu uma propriedade e entrou na atividade, sendo os últimos 15 anos dedicados a cafeicultura.

A Prod. Sul 2 conhece a cafeicultura desde a infância, tendo trabalhado nessa época na colheita do café. Há 20 anos a cafeicultora e seu marido adquiriram uma propriedade na região e iniciaram a lavoura.

O Prod. Sul 3 é Engenheiro e entrou na atividade em 2005, após se aposentar e comprar uma fazenda na região do Sul de Minas. O produtor trabalha em conjunto com sua esposa, que é a responsável pela administração da propriedade.

O Prod. Sul 4 tem contato com a cafeicultura desde criança, sendo filho de produtor. No decorrer dos anos sempre auxiliou o pai e o irmão em suas propriedades e há 4 anos decidiu entrar na atividade e possuir sua própria lavoura.

A Org. Cerrado 1 pertence a uma família de cafeicultores. É Engenheira Agrônoma e trabalha na Emater há mais de 10 anos.

A Org. Cerrado 2 é formada em Engenharia de Alimentos e participa de estudos sobre café na Epamig desde 2010, com pesquisas voltadas para qualidade e cultivares.

O Org. Sul 1 é formado em Engenharia Agrônômica e trabalha há mais de 20 anos em uma unidade da Emater do Sul de Minas.

O Org. Sul 2 é Engenheiro Agrônomo e trabalha no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) há mais de 10 anos.

O Org. Sul 3 tem contato com a cafeicultura desde a infância, sendo neto de cafeicultores. É formado em Técnico em Agropecuária e trabalha na Emater há mais de 10 anos.

O Coop. Cerrado/Sul é formado em Engenharia Agrônômica e trabalha há mais de 5 anos com café, tendo desenvolvido atividades no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas.

3.3.3 Análise dos dados

As informações coletadas nas entrevistas foram examinadas por meio da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas para a apreciação das comunicações, que utilizam de procedimentos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens, com o intuito de se obter indicadores que permitam inferências sobre os conhecimentos advindos das condições de produção/recepção de tais mensagens.

De acordo com Richardson et al. (2012), esse tipo de análise é empregado para melhor compreensão de um discurso, com o aprofundamento das características que ele possui e a extração de momentos de maior importância. Para Flick (2013), o objetivo dessa análise é classificar o conteúdo dos textos, por meio do agrupamento das declarações, sentenças ou palavras em categorias.

O processo para a análise de conteúdo é constituído por três fases: (a) pré-análise, (b) exploração do material e (c) tratamento dos resultados (GODOY, 1995b). A primeira etapa é identificada como a fase da organização. Nela é estabelecido um esquema de trabalho (GODOY, 1995b) com a operacionalização e a sistematização das ideias (RICHARDSON et al., 2012). Nesta fase são realizados também os primeiros contatos com os documentos, por meio da leitura flutuante. Em seguida, os documentos são selecionados, as hipóteses são formuladas e o material é preparado para a análise (GIL, 2008).

A segunda fase, que consiste na exploração do material, possui como objetivo administrar de forma sistemática as decisões que foram tomadas na etapa anterior (GIL, 2008). Nela são realizados os processos de codificação, classificação e categorização (GODOY, 1995b). E, na terceira fase, os dados brutos obtidos na etapa anterior são validados. Por meio de técnicas quantitativas e/ou qualitativas, os dados são analisados em busca de padrões,

tendências ou relações implícitas (GODOY, 1995b). A partir desses dados, o pesquisador poderá propor inferências e interpretações de acordo com os objetivos anteriormente estabelecidos ou conforme resultados inesperados (BARDIN, 1977).

Zaccarelli e Godoy (2010) ressaltam que é comum na análise de conteúdo a organização de categorias previamente definidas. Nesses casos, as informações geradas são uniformes e padronizadas conforme o esquema antecipadamente estabelecido. Nesta pesquisa, as categorias iniciais para a análise de conteúdo foram retiradas da literatura sobre ambiente institucional consultada para a elaboração dos questionários. Desse modo, há quatro categorias de análise, sendo: educação, inovações e tecnologias, confiança e cooperação e perfil dos cafeicultores. Uma outra categoria - modelo cooperativista local - foi detectada a partir da análise de conteúdo e inserida na discussão.

3.4 Resumo das metodologias empregadas

Para atender cada objetivo da pesquisa, foi empregado um conjunto de procedimentos metodológicos que permitiu a coleta e a análise das informações. No quadro 4 é apresentado um resumo do tipo de pesquisa e da metodologia adotada para cada objetivo específico.

Quadro 4 – Resumo do tipo de pesquisa e metodologia empregada em cada objetivo específico

Objetivo	Tipo de pesquisa	Metodologia
a) Descrever a trajetória histórica da cafeicultura no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas	Qualitativa e descritiva	Pesquisa bibliográfica e documental
b) Verificar se existem fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões	Quantitativa e descritiva	Regressão logística
c) Investigar como o ambiente institucional influencia os atores da cafeicultura em cada região	Qualitativa e explicativa	Entrevistas e análise de conteúdo

Fonte: elaborado pela autora

Na próxima seção são apresentados os resultados, sendo cada objetivo detalhado em um tópico específico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, sendo cada objetivo detalhado separadamente, dividido em três tópicos de análise e discussão.

4.1 A trajetória histórica da cafeicultura no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas

Nesta seção são apresentadas as trajetórias históricas da cafeicultura nas regiões estudadas. Para tanto, primeiramente é discutida brevemente a introdução da cafeicultura em Minas Gerais e, posteriormente, são apresentados os aspectos históricos do desenvolvimento da cultura cafeeira e seu panorama atual nas regiões do Cerrado Mineiro e Sul de Minas.

4.1.1 A chegada do café em Minas Gerais

A introdução do café em Minas Gerais se deu a partir da expansão da cafeicultura do Rio de Janeiro (FILETTO, 2000; ORTEGA; JESUS, 2012). Por volta de 1776, o café chegou à capital do Brasil, transformando-a em um grande cafezal. Posteriormente, a produção se expandiu para outras regiões fluminenses e, entre 1791 e 1798, penetrou em Minas Gerais, mais especificamente na região da Zona da Mata (MARTINS, 1999).

As plantações se situavam, principalmente, na fronteira entre Minas e Rio de Janeiro. A partir da década de 1820, os municípios localizados na região da mata mineira apareciam como os maiores produtores da província (LIMA, 1977). A importância da região da Zona da Mata para a cafeicultura mineira é retratada por Castilho (2011), que afirma que a região “...foi responsável por todo o cultivo da província em um primeiro momento, até, aproximadamente 1880, quando, enfim, passou a dividir a responsabilidade [...] com a região Sul” (CASTILHO, 2011, p. 38).

Inicialmente, a produção mineira era modesta. Porém, na primeira metade do século XX o estado alcançou a terceira posição na produção nacional, impulsionada por Juiz de Fora, município localizado na Zona da Mata. Na década de 1970, o estado atingiu a segunda colocação, feito proporcionado pela ampliação da área produtiva na região sul e pelo declínio da produção do Paraná, ocasionado por fortes geadas. A primeira posição no *ranking* de maiores produtores de café do Brasil foi alcançada já na década seguinte (MARTINS, 1999).

De acordo com Bacha (1988) citado por Filetto (2000), três fatores contribuíram para a expansão da cafeicultura mineira a partir de 1969, sendo eles: a oferta de crédito subsidiado

para o plantio, por meio do Plano de Revigoração e Recuperação dos Cafezais (PRRC); a melhoria dos preços do café em relação à pecuária, atividade alternativa desenvolvida no estado; e o aumento da produtividade, proporcionado pelas inovações tecnológicas.

Para Filetto (2000), o desenvolvimento da produção cafeeira em Minas é fruto da introdução de alto padrão tecnológico na região, comparado ao período anterior e à ocupação de novas áreas para a produção, como o Cerrado Mineiro. Conforme Simões e Pelegrini (2010), os estímulos governamentais para a implantação de novos cultivos em conjunto com a introdução de novos cafezais em inúmeros municípios, promoveram o aumento na participação do estado na produção nacional.

Saes, Jayo e Silveira (1997) complementam que, além dos incentivos financeiros concedidos pelos programas governamentais ao estado de Minas Gerais, as reduções nas lavouras cafeeiras em São Paulo e Paraná¹ também contribuíram para que Minas se consolidasse como principal produtor de café do Brasil. Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (BRASIL, 2017b), essa posição é mantida até hoje pelo estado, que em 2016 foi responsável por 60% da produção nacional.

A tabela 2 apresenta a evolução da produção de café nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, principais produtores na década de 1940.

Tabela 2 – Quantidade de café produzido entre 1940 e 1995 (grão em coco, em mil toneladas)

Estado	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
São Paulo	724,9	864,8	1344,9	466,7	849,7	793,8	1048,5	340,9
Minas Gerais	218,8	383,0	592,9	328,1	292,8	507,3	1342,5	1506,6
Espírito Santo	81,7	230,2	243,4	174,4	108,4	283,7	478,8	665,7
Paraná	71,0	303,0	1635,1	116,9	1195,0	367,9	569,1	109,4

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do IBGE

Conforme dados da tabela 2, em 1940, São Paulo apresentava um elevado nível de produção e despontava como o principal produtor de café brasileiro, acompanhado por Minas Gerais. Nas décadas seguintes, entre 1950 e 1970, percebe-se uma alternância entre São Paulo e Paraná na liderança, tendo o Paraná, em alguns momentos, apresentado uma produção robusta

¹ As reduções nas lavouras de São Paulo são relacionadas à expansão da produção canavieira e de laranja, já no Paraná as reduções foram decorrentes de geadas e a implementação do cultivo de soja (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997).

e bem acima dos demais estados produtores. Nesse mesmo período, Minas Gerais também oscilou entre a segunda e terceira posição no *ranking* de maiores produtores.

A partir da década de 1980, observa-se a queda da produção paranaense, ocasionada por geadas que atingiram a região. E, a partir de 1985, nota-se a elevação da produção mineira acompanhada do declínio da produção paulista e a sua consolidação como maior estado produtor. Os dados corroboram as discussões apontadas por Bacha (1998 apud Filetto, 2000), Filetto (2000) e Saes, Jayo e Silveira (1997), que destacam melhorias na produção mineira a partir de 1969, por meio de programas de incentivos desenvolvidos nessa época, em conjunto com a diminuição nas lavouras de São Paulo e Paraná.

Em 27 de abril de 1995, foi instituída a Portaria nº 165/95. Por meio dela, as regiões produtoras de café em Minas Gerais foram oficialmente delimitadas em Sul de Minas, Cerrado de Minas, Montanhas de Minas e Jequitinhonha de Minas. Também foi instituído o Certificado de Origem, com base nas regiões definidas (MINAS GERAIS, 1995). Em 21 de julho de 2000, nova portaria foi instituída, a Portaria nº 397, e as delimitações das regiões foram alteradas para Região do Sul de Minas, Cerrados de Minas, Montanhas de Minas e Chapadas de Minas (MINAS GERAIS, 2000).

De acordo com a Portaria nº 397, a região do Sul de Minas abrange as áreas geográficas delimitadas pelo sul do estado, parte das regiões do Alto São Francisco, Metalúrgica e Campos das Vertentes. A região possui áreas elevadas, com altitudes entre 700 e 1.800m.; temperatura amena; possibilidade de geadas, moderada deficiência hídrica e capacidade para a produção de bebidas finas (MINAS GERAIS, 2000).

A região dos Cerrados de Minas, que posteriormente teve seu nome alterado para Cerrado Mineiro, conforme Portaria nº 561, de 17 de dezembro de 2002 (MINAS GERAIS, 2002), é composta pelas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Alto São Francisco, Noroeste e Norte de Minas. Possui áreas de altiplano, com altitudes entre 820 e 1.100m.; clima ameno e com possibilidades de geadas de baixa intensidade (MINAS GERAIS, 2000).

A região das Montanhas de Minas abrange a Zona da Mata, o Rio Doce e parte das regiões Metalúrgicas, Campos das Vertentes e Jequitinhonha. Possui áreas montanhosas, com altitudes entre 400 a 700m; úmidas e sujeitas a neblinas (MINAS GERAIS, 2000). Assim como o Cerrado Mineiro, a região das Montanhas de Minas também teve seu nome alterado pela Portaria nº 437, de 23 de maio de 2001, sendo nomeada como Matas de Minas (MINAS GERAIS, 2001).

Já a região das Chapadas de Minas abrange parte do Jequitinhonha, Alto Jequitinhonha, Norte de Minas, Mucuri e Rio Doce. Possui áreas com altitude de 1.099m., isentas de geadas, baixo índice de insolação e alta umidade (MINAS GERAIS, 2000).

A variabilidade climática presente em Minas Gerais permite a produção de cafés com características distintas, conforme a localização da propriedade. No Sul de Minas os cafés apresentam corpo médio, acidez cítrica, aromas de erva-cidreira e capim limão, além de finalização adocicada. Os do Cerrado Mineiro possuem aroma intenso com notas de chocolate, caramelo e nozes. Apresentam acidez delicada, corpo moderado, sabor adocicado e finalização longa. Os cafés produzidos nas Matas de Minas são mais encorpados, doces e com acidez acentuada, porém equilibrada. E os das Chapadas de Minas apresentam corpo, com variação na acidez, sendo de média a fraca; além de serem de cítricos e doces (BARBOSA et al., 2009).

Devido a importância da cafeicultura para o estado, o governo de Minas desenvolveu uma série de programas e ações para incentivar e promover a atividade nas regiões produtoras. Em 17 de dezembro de 1996, foi criado o Programa Mineiro de Incentivo à Certificação de Origem do Café (Certicafé), conforme Decreto nº 38.559 (MINAS GERAIS, 1996). Por meio desse decreto foi instituído o regulamento para a certificação de origem dos cafés mineiros, com base nas quatro regiões produtoras delimitadas anteriormente (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997). O objetivo do programa era atestar a qualidade dos cafés produzidos no estado por meio da certificação de origem e da avaliação dos aspectos físicos e degustativos dos grãos, conforme o Centro do Comércio de Café de Minas Gerais (CCCMG, 2017).

Apesar do pioneirismo da iniciativa em introduzir um sistema oficial para determinar a origem dos cafés no Brasil (SAES; NAKAZONE, 2002), a formulação do Certicafé não estava alinhada com os princípios e fundamentos de uma indicação geográfica (IG)², sendo suas ações de registro de marca e certificação de qualidade insuficientes para determinar a origem geográfica do produto, visto que desconsiderava os aspectos como clima e solo (DUTRA; MACHADO; CASTRO, 2009).

A partir do ano 2000, as atividades do Certicafé apresentaram sinais de declínio, visto que diante da dificuldade em desenvolver as IGs os cafeicultores começaram a articular ações para a valorizar a origem de seus cafés (DUTRA; MACHADO; CASTRO, 2009). Dessa forma,

² A indicação geográfica é utilizada na identificação da origem de produtos ou serviços provenientes de uma localidade que tenha se tornada conhecida ou que possua características ou qualidades diretamente ligadas ao local do qual é proveniente. No Brasil existem duas modalidades de indicação de origem, a Denominação de Origem e a Indicação de Procedência (BRASIL, 2017c).

mesmo que o programa não tenha apresentado resultados satisfatórios, serviu como base para as Indicações de Procedência e Denominação de Origem que seriam conquistadas a seguir.

Em 2006, o governo de Minas Gerais criou o programa Certifica Minas Café (MINAS GERAIS, 2015). O programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e executado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas (Emater) e pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). Seu objetivo é promover as boas práticas de produção de forma a agregar valor à cadeia do café e, também, atender à legislação brasileira e às exigências de mercado (MINAS GERAIS, 2017b).

Devido ao seu baixo custo para certificação em relação aos demais certificados internacionais, o Certifica Minas é considerado como um programa que promove a inclusão de pequenos³ produtores no mercado de cafés certificados (DUTRA; MACHADO; CASTRO, 2009).

Outras iniciativas presentes no estado são o Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais, que possui como propósito estimular a melhoria contínua da qualidade dos cafés mineiros, de forma que se tenha uma maior agregação de valor ao produto e a conquista de grandes mercados consumidores; e o Circuito Mineiro de Cafeicultura, que consiste em eventos com palestras voltadas para a difusão de tecnologias, com o intuito de promover a qualidade, o aumento da produtividade, a diminuição dos custos de produção e, conseqüentemente, a renda dos cafeicultores (MINAS GERAIS, 2017b).

Além de se destacar pelo elevado número de produção e iniciativas para a promoção do café, Minas também é reconhecida pelas pesquisas realizadas no setor. Segundo Simões e Pelegrini (2010), o estado possui o maior contingente de especialistas em cafeicultura lotados em órgãos públicos, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG), a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV).

A história de Minas Gerais demonstra a sua importância para a cafeicultura nacional. E sua contribuição está além dos números. As iniciativas pioneiras, os órgãos e pesquisadores envolvidos com a atividade e os trabalhos desenvolvidos na área contribuem para o fortalecimento da produção de café a nível nacional, ao passo que reforça o posicionamento notório do estado no setor.

³ Conforme classificação do Banco Central do Brasil, são considerados pequenos produtores rurais aqueles que possuem receita estimada em até R\$360.000,00. Os médios produtores são aqueles cuja a receita esteja entre R\$360.000,00 e R\$1.600.000,00. Já os grandes produtores são os que possuem renda superior a R\$1.600.000,00 (BRASIL, 2012).

Na trajetória mineira se insere a história das quatro regiões produtoras, que apresentam particularidades em relação às condições climáticas, às características da bebida e à forma de conduzir a cafeicultura. Dentre elas, destaca-se o Sul de Minas, região caracterizada pela tradição na atividade cafeeira mineira, com início ainda no século XVIII, e o Cerrado Mineiro, que se apresenta como uma região inovadora e cujo plantio do café iniciou-se a partir da década de 1970.

Para Broggio, Droulers e Grandjean (1999), essas regiões possuem diferenças na estrutura de produção, organização do setor e organização regional. Estudá-las permite um comparativo entre as especificidades existentes entre dois cenários importantes para a cafeicultura mineira. Nesse sentido, os próximos tópicos apresentam a trajetória de cada região, além de uma discussão presente na literatura sobre as similaridades e diferenças entre elas.

4.1.2 O desenvolvimento da cafeicultura no Cerrado Mineiro

O Cerrado Mineiro é constituído por 55 municípios (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO, 2017a), distribuídos nas regiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste (BRASIL, 2017d), e com uma área total de 208 mil hectares destinados ao cultivo do café (BRASIL, 2017a). Apesar do cerrado abranger outras áreas do estado de Minas Gerais, quando se trata do cultivo do café a denominação Cerrado Mineiro está relacionada às microrregiões citadas, visto que, são nelas que a produção cafeeira está concentrada (ORTEGA; JESUS; MOURO, 2009). Dentre os 55 municípios, destacam-se as cidades de Patrocínio, Monte Carmelo, Araguari, Patos de Minas, Campos Altos, Unaí, Serra do Salitre, São Gotardo, Araxá e Carmo do Paranaíba como as principais produtoras.

A região do Cerrado possui altitudes entre 500 e 1200 metros, apresenta precipitação anual entre 600 e 1000 milímetros e temperatura anual média entre 19 e 24 graus Celsius (BORÉM; FRIEDLANDER, 2009). Durante o período da colheita, a região apresenta um clima seco, o que contribui para que o café sofra menos com a umidade após colhido (BSCA, 2017). Por se tratar de uma área mais seca, faz-se necessária a utilização de técnicas avançadas de irrigação que permitem a expansão da área de cultivo e uma maior produção (BORÉM; FRIEDLANDER, 2009).

Dadas as condições edafoclimáticas⁴ da região, os cafés ali produzidos são caracterizados pelo sabor doce com notas de chocolate; aroma intenso com notas de chocolate,

⁴ Condições edafoclimáticas consistem em características relacionadas ao clima, relevo, temperatura, umidade do ar, radiação, tipo de solo, vento, composição atmosférica, litologia e precipitação pluvial (VIANA, 2007).

caramelo e nozes; acidez delicada, moderada e cítrica; encorpado e com finalização de longa duração (BORÉM; FRIEDLANDER, 2009; BSCA, 2017).

A introdução do café na região teve início em 1969, após a ocorrência de geadas nas regiões produtoras do grão. No intuito de modernizar a cafeicultura brasileira, eliminar os cafeeiros com baixa produtividade e reorganizar territorialmente a produção, foi implantado o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), que promoveu o Cerrado Mineiro como uma das regiões prioritárias para o recebimento dos incentivos (ORTEGA; JESUS, 2008; ORTEGA; JESUS, 2011b). O PRRC era uma iniciativa do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (Gerca), que trabalhavam com recursos provenientes do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil (ORTEGA; JESUS, 2011b).

Ressalta-se que na década de 1970 havia esforços para que a agricultura fosse expandida para o todo o Cerrado Brasileiro, incluindo a região do Cerrado Mineiro (SALIM, 1986), que se beneficiou de programas desenvolvidos nacionalmente, como o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) (SANTOS et al., 2010).

Em meados dos anos 70, os primeiros produtores, oriundos dos estados de São Paulo e Paraná, se instalaram na região. O deslocamento desses cafeicultores era incentivado por programas mantidos pelo IBC⁵ que concediam créditos subsidiados, pelo baixo preço das terras e pela ausência de geadas. Boa parte desses produtores eram jovens empreendedores, que não possuem vínculos com as velhas tradições e nem os vícios empresariais do setor (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997).

Ainda nessa época, a região do Cerrado como um todo não era considerada atrativa para a realização de investimentos, devido às condições do solo. No entanto, os avanços tecnológicos permitiram o desenvolvimento de novas técnicas apropriadas para a região (PIRES, 2000). Desse modo, as terras do Cerrado Mineiro tiveram que ser adaptadas para a cafeicultura e as inovações físico-químicas (ORTEGA; JESUS, 2008), em conjunto com diversas pesquisas realizadas por órgãos públicos, como universidades e demais organismos governamentais,

⁵ O IBC foi criado em 1952, por meio da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, com a responsabilidade de executar as políticas econômicas referentes ao café, atuando tanto no cenário cafeeiro nacional, quanto internacional. Cabia ao IBC promover pesquisas e experimentos que permitissem o aumento da produção e a diminuição de seus custos; a defesa de um preço justo para o produtor; a realização de pesquisas e estudos econômicos, com o intuito de conhecer melhor o mercado consumidor. Sua extinção se deu pelo Decreto nº 99.240, publicado no Diário Oficial da União em 8 de maio de 1990 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017).

permitiram o desenvolvimento de técnicas de manejo do solo que promoviam melhores resultados (MAFRA, 2008).

Em resumo, o desenvolvimento da cafeicultura no Cerrado Mineiro e, posteriormente, o direcionamento dos grãos para exportação, foram viabilizados pelos planos de incentivo para a ocupação da região, pelas políticas de crédito rural e pelas realizações de pesquisas científicas que promoveram inovações biológicas, agronômicas, mecânicas e físico-químicas que proporcionaram transformações no cultivo do café e possibilitaram seu plantio na região (ORTEGA; JESUS, 2011a).

Na década de 1980, a cafeicultura continuou em expansão no Cerrado, assim como em todo o estado de Minas Gerais, amparada principalmente pelos programas do IBC (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997).

Segundo Saes, Jayo e Silveira (1997), no Cerrado, assim como no Brasil todo, a cafeicultura era amparada pelas políticas do IBC, que eram voltadas para a quantidade e não privilegiavam a qualidade. Diante de tal cenário, a produção de cafés especiais, principal vantagem competitiva da região, manteve-se inexplorada durante os primeiros 20 anos de atividade. Somente a partir da década de 1990, com a extinção do IBC, a situação começou a mudar.

O IBC concentrava o planejamento da atividade cafeeira (SAES, 1995). Cabia ao instituto controlar os preços, administrar os estoques e monitorar as exportações, dentre outras atividades. As medidas adotadas pelo IBC garantiam a compra realizada diretamente dos produtores, apoiando-os contra as oscilações do mercado e estimulando a produção (SINGULANO, 2015).

Apesar dos benefícios oferecidos aos cafeicultores, a regulamentação da atividade criou um cenário que não condizia com a realidade. Conforme Saes (1995, p. 152), a regulamentação exercida pelo IBC gerou “distorções em toda a cadeia produtiva: descapitalização e baixa produtividade na agricultura [...] deterioração tanto da imagem externa quanto interna do café brasileiro”. E quando se deu a desregulamentação, segundo Saes, Jayo e Silveira (1997), a nova dinâmica na cadeia produtiva, com a queda nos preços e problemas de financiamento, aliados à impossibilidade de se contar com o Estado para a garantia de preços altos e compra dos excedentes, obrigaram muitos produtores a saírem da atividade.

Diante desse quadro, as cadeias produtivas começaram a adotar estratégias condizentes com as características de sua produção, direcionando as ações conforme a definição dos interesses, que podem variar entre a oferta de grãos com melhor qualidade a preços elevados ou o oferecimento de grãos inferiores com baixos preços (SAES, 1995). No caso do Cerrado

Mineiro, “surgiram as primeiras percepções de que, dados aos atributos naturais da região, uma estratégia de diferenciação pela origem e pela qualidade poderia ser o caminho” (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997, p. 5).

Além da desregulamentação do mercado de café, o concurso de qualidade promovido pela torrefadora italiana Illycaffè também é apontado como um marco para o amadurecimento da região como produtora de grãos de qualidade (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997; ALVIM; OLIVEIRA JÚNIOR; SANTOS, 2005).

Lançado em 1991, o concurso anual “Prêmio Brasil de Qualidade do Café Espresso” tinha como objetivo a identificação dos melhores cafés brasileiros. Desde a primeira edição do concurso, os produtores do Cerrado sempre ocuparam uma posição de destaque, com o alcance da maioria das premiações. Diante disso, os produtores do Cerrado perceberam o potencial dos cafés cultivados na região (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997).

Conforme Mafra (2008), a Illycaffè foi uma das primeiras empresas a reconhecer e a fomentar a qualidade dos cafés produzidos no Cerrado, por meio do seu concurso de qualidade. Ainda segundo o autor, a participação nesse concurso serviu para divulgar a qualidade dos cafés da região e melhorar sua imagem no mercado.

Com a qualidade dos cafés do Cerrado comprovada pelo concurso da Illy, as estratégias a serem adotadas na região ficaram bem definidas: “focar o mercado nos nichos dispostos a pagar por qualidade, valorizando junto a esses compradores a imagem do produto por suas características de excelência associadas à imagem” (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997, p. 6).

De acordo com Saes, Jayo e Silveira (1997), os primeiros a identificarem a possibilidade de explorar a qualidade foi a então recém-eleita diretoria da Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (ACARPA), que propôs o uso adequado de tecnologia, estratégia de marketing e comercialização direta dos cafés. A associação também ficou responsável por oferecer respaldo técnico aos cafeicultores, com o apoio do Sebrae de Minas Gerais, além de determinar as ações mercadológicas e agir como entidade de representação.

Segundo Mafra (2008), a ACARPA foi responsável por incentivar a criação de outras associações na região, além de estimular que essas organizações coletivas se estruturassem para a criação de um órgão representativo para as entidades cafeicultoras da região.

De acordo com Saes, Jayo e Silveira (1997, p. 7), para que fosse adotada uma estratégia conjunta entre as associações existentes até então, foi identificada pelos seus dirigentes a necessidade de “criar uma entidade que as agregasse [...] com a finalidade de manter uma gestão estratégica unificada, coordenada e consistente para o café do cerrado, padronizar a qualidade e servir como voz única de representação.”

Nesse sentido, em outubro de 1992 foi criado o Conselho das Associações de Cafeicultores do Cerrado, o CACCER (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997), a partir da iniciativa da ACARPA, da Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA), Associação dos Cafeicultores de São Gotardo (ASSOGOTARDO), Associação dos Cafeicultores de Carmo do Paranaíba (ASSOCAFÉ) e da Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo (AMOCA) (NASCIMENTO, 2014).

Para Saes, Jayo e Silveira (1997) a atuação do CACCER foi importante para a região. Conforme os autores, sua fundação permitiu uma reinvenção no agronegócio do café, com ações voltadas para a valorização da qualidade dos grãos produzidos.

O conselho foi criado para promover uma gestão unificada e coordenada das ações para a valorização do café do Cerrado (SAES; NAKAZONE, 2002) e para representar os interesses dos cafeicultores nos níveis políticos, comerciais, sociais, de marketing e pesquisa (ORTEGA; JESUS; MOURO, 2009). Seus objetivos estavam voltados para a promoção da cafeicultura na região, para a coordenação de ações políticas e de marketing, além do estímulo ao desenvolvimento de pesquisas (ALVIM; OLIVEIRA JÚNIOR; SANTOS, 2005).

Conforme Mafra (2008), o CACCER surgiu a partir da insatisfação dos cafeicultores em relação ao baixo preço de mercado recebido pelos seus cafés, sendo o conselho criado para apoiar os produtos, nos âmbitos político e comercial, além de valorizar a qualidade dos grãos produzidos na região.

Uma das primeiras ações desenvolvidas pelo CACCER para promover a cafeicultura da região foi o registro da marca Café do Cerrado (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997; ALVIM; OLIVEIRA JÚNIOR; SANTOS, 2005). Lançada em julho de 1993, o objetivo da marca era garantir que os produtores recebessem um diferencial de preço pelo café produzido, evitando, assim, que a qualidade dos grãos servisse apenas para valorizar as empresas exportadoras (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997).

O CACCER também foi responsável por articular todo o processo que deu base para as conquistas da indicação de procedência e denominação de origem pela região. Primeiramente, em 1993, foi assinado um protocolo de intenções pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas (EMATER-MG), pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e pelo CACCER, que resultou, em 1995, na publicação da Portaria 165/95 pelo governo mineiro que delimitava as regiões produtoras de café do estado (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997; ZYLBERSZTAJN; GIORDANO; VITA, 2016).

O próximo passo foi dado em dezembro de 1996, com a publicação do Decreto nº 38.559 pelo Governo de Minas Gerais, que instituía o regulamento para o certificado de origem para os cafés das quatro regiões definidas pela Portaria 165/95 (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997; ZYLBERSZTAJN; GIORDANO; VITA, 2016).

Com o decreto, foi criado o Programa Mineiro de Incentivo à Certificação de Origem do Café (CERTICAFÉ) e atribuída ao IMA a responsabilidade de controlar e fiscalizar o uso do Certificado de Origem. Conforme o decreto, o certificado tinha por finalidade atestar a origem do café, de acordo com as regiões delimitadas. O certificado, afixado nas sacarias como adesivo, carimbo ou procedimento similar, possuía informações como a região produtora, padrão, o produtor, município, safra, número de registro e responsável pela emissão (MINAS GERAIS, 1996).

Em 1998, o CACCER foi credenciado pelo governo de Minas Gerais, por meio do IMA, como certificador de origem e qualidade do café (ORTEGA; JESUS; MOURO, 2009), tornando-se a primeira entidade certificadora do estado (COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO - EXPOCACCER, 2017).

Com o certificado de origem a autenticidade do produto era comprovada e o comportamento oportunista de terceiros, que tiravam proveito do marketing realizado pelo Cerrado, era minimizado (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997). Segundo Mafra (2008), cafés de outras regiões eram, muitas vezes, vendidos como provenientes do Cerrado. Isso preocupava os cafeicultores, que tinham receio de ter a imagem relacionada à qualidade denegrida, além das perdas nas vendas. Desse modo, a indicação geográfica era vista como um caminho para proteger os produtos e comprovar sua origem.

Conforme Valente, Perez e Fernandes (2013), a denominação de origem e a indicação de procedência são previstas pela Lei de Propriedade Industrial nº 9279, de 14 de maio de 1996, como as duas modalidades de indicações geográficas existentes no Brasil. Ainda segundo os autores, a formalização por meio dessas modalidades é percebida como um meio de valorizar os territórios e agregar valor aos produtos típicos e detentores de qualidades diferenciadas.

Em 2005, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão que regula a nível nacional a propriedade intelectual, concedeu ao Cerrado a indicação de procedência (SOUZA, 2006). Essa foi a primeira indicação geográfica de café com reconhecimento mundial e de acordo com as normas da Organização Mundial de Propriedade (OMPI) (SAES, 2008).

A indicação de procedência consiste no nome geográfico de um país, cidade ou localidade que é conhecido como um centro de produção, fabricação ou extração de um certo produto ou pela prestação de um determinado serviço (BRASIL, 2017e).

Conforme a indicação de procedência concedida pelo INPI, a região é caracterizada “por áreas altiplano, com altitude de 820 a 1.110m, com clima ameno, sujeitas a geadas de baixa intensidade e com possibilidade de produção de bebida fina, de corpo mais acentuado” (BRASIL, 2017d, p. 1).

Em 2009, o CACCER em parceria com o Sebrae-MG, estruturou um projeto para o alcance da denominação de origem junto ao INPI. O objetivo dessa ação era a conquista de mais um mecanismo de competitividade para a região. Ainda naquele ano o CACCER alterou sua razão social para Federação dos Cafeicultores do Cerrado. A mudança teve como intuito a agregação de todos os cafeicultores da região (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PATROCÍNIO - COOPA, 2017).

Em 2013, a denominação de origem do Cerrado foi reconhecida pelo INPI (ZYLBERSZTAJN; GIORDANO; VITA, 2016). A região do Cerrado Mineiro abrange a área delimitada pela Portaria 165/95, publicada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária e a denominação de origem abarca os cafés verdes em grão e os cafés industrializados, tanto em grãos quanto moídos (BRASIL, 2017f).

De acordo com Zylbersztajn, Giordano e Vita (2016), o Cerrado foi a primeira região brasileira produtora de café a conquistar tal status. Para Singulano (2015), esse pioneirismo fez com que a região se tornasse um modelo a ser seguido pelas demais.

Para receberem o selo de denominação de origem região do Cerrado Mineiro, as propriedades devem estar localizadas na área delimitada, em uma altitude mínima de 800m., produzir café da espécie arábica; o produtor deve ser cooperado ou associado a uma das entidades que compõem a Federação dos Cafeicultores do Cerrado e estar em dia com suas obrigações; os lotes devem possuir uma qualidade mínima de 80 pontos, de acordo com a metodologia da Specialty Coffee Association (SCA); apresentar termo de responsabilidade de boas práticas e respeito a legislação devidamente assinado; os lotes devem ser encaminhados para cooperativas filiadas ou armazéns credenciados e utilizar a sacaria oficial da região (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO, 2017b).

Atualmente, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado conta com 7 associações, 9 cooperativas e 1 fundação, apresentados no quadro 5.

Quadro 5 – Entidades que compõem a Federação dos Cafeicultores do Cerrado

Associações	ACA - Associação dos Cafeicultores de Araguari
	ACARPA - Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio
	APPCER - Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado
	AMOCA - Associação dos Cafeicultores de Monte Carmelo
	ASSOCAFÉ - Associação dos Cafeicultores da Região de Carmo do Paranaíba
	ASSOGOTARDO - Associação de Apoio aos Produtores Rurais da Região de São Gotardo
	ACRESG - Associação dos Cafeicultores da Região de São Gotardo
Cooperativas	Coopadap - Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba
	CARPEC - Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba
	COAGRIL - Cooperativa Agrícola de Unaí
	CARMOCER- Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Carmo do Paranaíba
	Coocacer Araguari - Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari
	COOPA - Cooperativa Agropecuária de Patrocínio
	EXPOCACCER - Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado
	MonteCCer - Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado Monte Carmelo
	COOPERCITRUS - Cooperativa de Produtores Rurais
Fundação	FUNDACCER - Fundação de Desenvolvimento do Cerrado Mineiro

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados da Federação dos Cafeicultores do Cerrado

Além das associações e cooperativas que compõem a Federação dos Cafeicultores do Cerrado, há também a Fundação de Desenvolvimento do Café do Cerrado (Fundaccer). Fundada em 1999, a Fundaccer possui como objetivo arquitetar linhas de pesquisa voltadas para a produção, identificação e aplicação de cafés especiais (COOPA, 2017).

Em 2016, a região do Cerrado Mineiro foi responsável 24% dos grãos produzidos em Minas Gerais e por 14% da produção nacional (BRASIL, 2017b).

4.1.3 O desenvolvimento da cafeicultura no Sul de Minas

Conforme a Portaria 165/95, que delimita as regiões produtoras de café de Minas Gerais, a região Sul de Minas abrange o Sul do estado, parte do Alto São Francisco, Metalúrgica e Campo das Vertentes (MINAS GERAIS, 1995). A região possui uma área total de 631 mil hectares destinados ao cultivo de café (BRASIL, 2017a).

O Sul de Minas apresenta clima e relevo favoráveis para a produção de café, além de contar com uma infraestrutura sólida e investimentos em pesquisa (BSCA, 2017). A região é caracterizada por altitudes mais elevadas, com variação entre 800 e 1600 metros; com temperatura média anual entre 12 e 22 graus Celsius e 1500 milímetros de precipitação anual (BORÉM; FRIEDLANDER, 2009).

A cafeicultura no Sul de Minas é desenvolvida, na maior parte, em pequenas e médias propriedades localizadas, principalmente, em pequenos municípios margeados por montanhas. Os 156 municípios da região estão divididos em 11 microrregiões (SILVA et al., 2009) e estima-se que 80% deles produzam café (PEROBELLI et al., 2017). As principais cidades produtoras são Três Pontas, Varginha, Guaxupé, Machado, São Sebastião do Paraíso e Alfenas (FONTES, 2001).

O café produzido no Sudoeste da região apresenta corpo médio, acidez alta, sabor adocicado e notas florais e cítricas. Já o café produzido nas Montanhas possui corpo aveludado, acidez alta, sabor adocicado e notas caramelo, chocolate, amêndoa, cítricas e frutadas (BSCA, 2017).

A história do café sul mineiro é marcada por três períodos distintos. O primeiro momento, ocorrido no início e durante o século XIX, marca a introdução e a expansão do cafeeiro na região. No segundo período, no final do século XIX, há uma nova expansão da cafeicultura e o terceiro período, a partir da década de 1970, é relacionado ao desenvolvimento do complexo agroindustrial do café (FILETTO; ALENCAR, 2001).

A expansão da cafeicultura para o Sul de Minas ocorreu no final do século XVIII, sendo estabelecida nos municípios de Aiuruoca, Jacuí e Baependi, localizados no Vale do Rio Sapucaí. Posteriormente, na segunda metade do século XIX, a expansão continuou para o norte e o oeste da região, chegando nos municípios de Lavras, Nepomuceno, Perdões, Bom Sucesso, Oliveira e Campo Belo (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007).

Acredita-se que o tropeiro tenha sido o responsável por introduzir as primeiras mudas de café na região (FILETTO; ALENCAR, 2001). No primeiro período, o café era produzido

para consumo próprio, sendo a produção ampliada aos poucos para suprir a demanda local (FILETTO, 2000).

No segundo período, descrito por Filetto e Alencar (2001), a expansão da cafeicultura no Sul de Minas é associada ao crescimento da cultura do café ocorrido no Oeste Paulista. Conforme Oliveira e Grinberg (2007), as fazendas localizadas em Monte Santo de Minas, São João da Fortaleza (atual Arceburgo), Santa Bárbara das Canoas (atual Guaranésia), Guaxupé e Cabo Verde podem ser consideradas como uma extensão da expansão ocorrida na região paulista.

Segundo Castilho (2011), essa nova ampliação do cafeeiro ocorrida no Sul de Minas foi consequência de uma expansão ainda maior no Oeste Paulista. Ainda conforme o autor, esse processo resultou na aproximação comercial das regiões. Oliveira e Grinberg (2007) explicam que a região sul mineira possuía limitações em transporte e comunicação com as demais regiões do estado. Esse fator, somado a proximidade geográfica do estado de São Paulo, fez com que a regiões estabelecessem forte vínculo.

A produção do Sul de Minas era levada em “carros de boi até as estações ferroviárias no interior paulista [...], rumo ao porto de Santos” (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007, p. 18). Graças a essa dependência, a produção de café nas localidades mineiras “se ampliaria justamente a partir da chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1890” (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007, p. 18).

O terceiro momento que marca a história da cafeicultura no Sul de Minas começou nos anos de 1970. Conforme Broggio, Droulers e Grandjean (1999, p. 82), até aquele momento a região era “caracterizada por uma dificuldade constante em encontrar financiamento para modernizar os meios de produção”.

Em 1969, o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), desenvolvido pelo IBC, foi implementado e a cafeicultura mineira recebeu grandes aportes, principalmente a região Sul (SAES, 2008). Nas décadas de 1970 e 1980 a cafeicultura se expandiu em várias áreas de Minas Gerais, incluindo a parte Sul do estado, conduzida por programas mantidos pelo IBC que ofereciam créditos subsidiados aos produtores (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997).

O IBC também foi responsável por disseminar novas técnicas de cultivo e beneficiamento aos produtores. Isso contribuiu para o aumento da produtividade nas lavouras, o incremento nos rendimentos dos produtores e a consolidação do complexo agroindustrial cafeeiro do Sul de Minas, colocando a região em posição de destaque na produção nacional (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007).

Conforme os dados da Companhia Nacional de Abastecimento, Minas Gerais contribui significativamente para a produção cafeeira nacional. Em 2016, o estado foi responsável por 60% do café produzido no Brasil, sendo o Sul de Minas responsável por 54% da produção mineira. Já a participação do Sul de Minas diretamente na produção nacional corresponde a 32% (BRASIL, 2017b).

Esse papel de destaque na produção nacional é fruto de uma série de fatores e características que a região possui, dentre eles: a existência de grandes cooperativas de café; a presença de organizações de ensino e pesquisa; a representatividade na política estadual e federal, exercida por representantes que defendem os interesses dos cafeicultores sul mineiros; a ampla malha rodoviária, responsável por interligar a região aos centros consumidores e aos portos; a existência do porto seco em Varginha, que facilita o processo de exportação dos grãos; e a instalação de diversas indústrias processadoras de café na região (FONTES, 2001).

O Sul de Minas, diferente do Cerrado, não possui uma organização que centraliza as atividades da cafeicultura na região. No Cerrado, apesar de existir algumas cooperativas e associações há uma federação que representa os produtores, controla a origem e a qualidade dos grãos e promove a região (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO, 2017a).

No Sul, a cafeicultura possui uma parceria sólida com o sistema de cooperativas, com isso essas entidades tornaram-se importantes para a atividade, principalmente no segmento de produção (ANDRADE, 1994). A Cooxupé e a Cocatrel são apontadas como importantes cooperativas existentes na região (FONTES, 2001). Diante da descentralização das atividades da cafeicultura sul mineira e da importância dada às cooperativas, decidiu-se apresentar um breve histórico sobre cada entidade como forma de caracterizar como a produção cafeeira está estruturada na localidade.

Em 24 de abril de 1932, foi fundada a Cooperativa Agrícola de Guaxupé, organização que anos mais tarde se transformaria em uma das principais cooperativas de café de Minas Gerais. Em 27 de novembro de 1957, a razão social do órgão foi alterada para Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé) e, a partir desse momento, o foco das atividades da cooperativa passa a ser a cafeicultura, com ênfase na produção (OLIVEIRA; GRINBERG, 2007).

Atualmente, a cooperativa possui mais de 13 mil cooperados e atua em 213 municípios distribuídos em Minas Gerais, nas regiões Sul, Sudoeste e Cerrado; e em São Paulo, na região nordeste. Além da matriz, a entidade conta com 19 núcleos operacionais, 14 unidades avançadas e um escritório de exportação em Santos, São Paulo (COOXUPÉ, 2016a).

Para diversificar seus negócios, a Cooxupé também dispõe de torrefação própria, laboratórios para análise de solo, geoprocessamento, entre outros projetos. E, ao longo dos anos, a cooperativa tem trabalhado para ampliar seu mercado para cafés especiais e certificados (COOXUPÉ, 2017).

Em 2016, foi criado o Programa de Cafés Especiais com o objetivo de agregar valor ao produto e proporcionar maior rentabilidade aos cooperados. Por meio desse programa, são comercializados lotes classificados pela cooperativa como especiais. A venda é realizada por intermédio da SMC Comercial Exportadora, empresa controlada pela Cooxupé que possui como foco a comercialização desse tipo de produto. A SMC exportou 64 mil sacas de 60 kg em 2016 (COOXUPÉ, 2016b).

As exportações totais da cooperativa em 2016 foram de 3,9 milhões de sacas de café arábica, enviadas para 49 países, distribuídos em 5 continentes, dentre eles Alemanha, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Itália, Suécia, Turquia, entre outros. A Cooxupé é a empresa com atuação no Brasil que mais exportou café no último ano (COOXUPÉ, 2016b).

A cooperativa é majoritariamente composta por mini e pequenos produtores. Dos 13 mil cooperados, 96% possuem esse perfil e contribuíram, em 2016, com 61% da produção. Já os médios e grandes produtores produziram 39% das sacas de café (COOXUPÉ, 2016b).

A Cooxupé também disponibiliza aos cooperados assistência técnica gratuita, realizada por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas que atendem os cafeicultores diretamente no campo ou nos núcleos. O Departamento de Desenvolvimento Técnico da cooperativa realiza eventos no intuito de orientar os produtores quanto a melhorias de produtividade, qualidade e sustentabilidade. No último ano, foram realizados 685 eventos de assistência técnica em grupo e 100.864 atendimentos (COOXUPÉ, 2016b).

Diante dos dados apresentados, percebe-se a grandeza das ações da Cooxupé e a importância da cooperativa para os seus associados, principalmente para os pequenos produtores que sobrevivem da agricultura familiar.

A Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel), iniciou suas operações em 18 de julho de 1961. Além de sua matriz, sediada no município mineiro Três Pontas, a cooperativa possui filiais de lojas de insumos e armazéns nos municípios de Santana da Vargem, Coqueiral, Nepomuceno, Carmo da Cachoeira e Ilícinea (COCATREL, 2017a).

A Cocatrel possui mais de 5 mil cooperados, distribuídos em cerca de 90 cidades (COCATREL, 2017a). Grande parte da cooperativa é composta por pequenos e médios produtores que, juntamente com os demais cafeicultores, recebem assistência técnica, financiamento de insumos, fertilizantes e equipamentos para colheita, armazenagem,

certificação, colheita mecanizada, entre outros serviços (CONSÓRCIO PESQUISA E CAFÉ, 2014).

Também é realizada pela cooperativa a organização das operações e atendimentos aos associados, como a comercialização dos cafés, assessoria jurídica e de comunicação, convênio médico-hospitalar, procedimentos contábeis e administrativos (COCATREL, 2017b).

A capacidade de armazenamento de café é de 1,2 milhão de sacas. As centrais de recebimento estão localizadas em Três Pontas e em Carmo de Cachoeira, e possuem o Sistema RFID, que consiste em um chip identificador que permite o rastreio do café a granel ou em bags, que foi entregue pelo cooperado, desde sua chegada na cooperativa até a armazenagem final. Por meio desse sistema, é possível identificar a procedência do café, suas especificações e sua localização exata no armazém (COCATREL, 2017b)

Em dezembro de 2016, a Cocatrel, em parceria com a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha (Minasul), criou a Usina Cocatrel Minasul Ltda (UCOM), que consiste em uma empresa independente de armazenagem, benefício / industrialização, comércio e exportação de café. A capacidade de armazenamento da usina é de 800 mil sacas e de processamento e rebeneficiamento é de 7200 sacas por dia. O objetivo dessa iniciativa é o fortalecimento de ambas entidades no mercado de café mundial (CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ, 2016).

A região do Sul de Minas também é marcada por grandes variações edafoclimáticas, que interferem na qualidade do café. Com isso, alguns cafés produzidos na região se destacam em relação aos outros de acordo com as características sensoriais provenientes de tais variações. Como é o caso dos cafés produzidos na microrregião da Mantiqueira de Minas, que apresentam resultados consistentes nos principais concursos de qualidade (LUZ, 2014).

Diante desse quadro, em conjunto com as mudanças ocorridas a partir da década de 1990 que resultaram na valorização dos cafés especiais, os cafeicultores localizados nessa microrregião decidiram investir em nichos específicos de mercado que valorizassem a qualidade. Assim, os produtores dessa localidade, assim como os do Cerrado, foram em busca do reconhecimento da Indicação de Procedência (GOGUETO, 2014).

A Indicação de Procedência da Região da Serra da Mantiqueira de Minas foi reconhecida pelo INPI em 31 de maio de 2011 (BRASIL, 2017d). A Associação dos Produtores de Café da Serra da Mantiqueira (APOCRAM) foi a responsável pelo pedido da Indicação de Procedência e os municípios que receberam esse selo encontram-se sob sua abrangência (GOGUETO, 2014).

A microrregião abrange 28 municípios, localizados na Serra da Mantiqueira, e conta com cerca de 9.200 produtores. A área em produção é de 70 mil ha e a produção anual é de 1,5 milhão de sacas de 60kg. A grande maioria dos cafeicultores, 89%, são considerados como pequenos (MANTIQUEIRA DE MINAS, 2018a).

A APROCAM é a entidade responsável pela representação, controle e promoção dos cafés da Mantiqueira de Minas. A associação é composta pela Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde (COCARIVE), Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí (COOPERRITA), Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí (COOPERVASS), sindicato dos produtores rurais de Carmo de Minas e sindicato dos produtores rurais de Santa Rita do Sapucaí (MANTIQUEIRA DE MINAS, 2018b).

A descentralização da cafeicultura do Sul de Minas, combinada com a diversidade edafoclimática da região, influencia a adoção de estratégias distintas por parte de cada cooperativa ou associação de produtores. Assim, pode-se dizer que a heterogeneidade da produção local fomenta ações que melhor condizem com a qualidade dos grãos produzidos. Isso faz com que a região assuma, ainda mais, um caráter distinto em relação ao Cerrado Mineiro.

Por fim, ressalta-se que o Sul de Minas também é marcado pela presença de órgãos e iniciativas que auxiliam na promoção da atividade cafeeira, como a Universidade Federal de Lavras (UFLA), os Institutos Federais, o Polo de Excelência do Café e a Fundação Procafé.

4.1.4 A inserção e o desenvolvimento da cafeicultura nas duas regiões

Conforme observado a partir do resgate histórico apresentado, as regiões do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas possuem particularidades referentes à forma como a cafeicultura foi introduzida e, posteriormente, desenvolvida em cada localidade. No quadro 6 é apresentado um resumo da origem e do desenvolvimento da cafeicultura nas duas regiões estudadas.

De acordo com as informações coletadas, a introdução, o desenvolvimento e a organização da cafeicultura em cada região ocorreram de formas distintas. Segundo North (1990), a história importa e as instituições desenvolvidas no passado são capazes de influenciar as existentes no presente e aquelas que existirão no futuro.

Nesse sentido, infere-se que a forma como a cafeicultura se iniciou, a trajetória percorrida pelos indivíduos envolvidos e as instituições compartilhadas por eles tenham contribuído para as características atuais observadas em cada região.

Quadro 6 – Origem e desenvolvimento da cafeicultura no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas

	Cerrado Mineiro	Sul de Minas
Início	1969/1970	Final do séc. XVIII
Como começou	Impulsionada por programas de desenvolvimento nacional	De forma espontânea
Origem dos produtores	Oriundos principalmente de São Paulo e Paraná	Comunidade local
Condições para o desenvolvimento da cafeicultura	As condições eram inicialmente desfavoráveis para a cafeicultura. A atividade foi possibilitada por meio de inovações físico-químicas empregadas	Clima e relevo naturalmente favoráveis para a cafeicultura
Organização	Presença da Federação dos Cafeicultores do Cerrado que congrega associações e cooperativas da região. A Federação controla a origem e a qualidade dos grãos, representa os produtores e atua na promoção e marketing dos cafés	Presença de associações e grandes cooperativas. Diferente do Cerrado, o Sul de Minas não possui uma organização que centraliza a atividade na região. As organizações de produtores trabalham de forma individualizada
Estratégia empregada	Preza pela diferenciação a partir da qualidade dos grãos. Denominação de Origem e Indicação de Procedência	Estratégia diversificada. Há a diferenciação pela qualidade, a Indicação de Procedência (Mantiqueira de Minas) e a venda de cafés <i>commodity</i>

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa

O primeiro contraste entre as duas regiões é em relação ao início da atividade. A história da cafeicultura no Cerrado é recente, sendo impulsionada por programas de desenvolvimento promovidos pelo Estado e viabilizada a partir de pesquisas. Conforme Ortega e Jesus (2011b,

p. 775) “em 1969, com a ocorrência de fortes geadas nas regiões produtoras, agregou-se outro objetivo à produção cafeeira nacional: impedir que oscilações tão bruscas comprometessem a exportação e, como consequência, a entrada de divisas.” Segundo os autores, tal acontecimento impulsionou o surgimento de uma política para a reordenação territorial da cafeicultura no país, sendo o Cerrado Mineiro priorizado pelos planos de incentivo governamentais.

Além dos investimentos realizados pelo governo, destaca-se também as contribuições da Embrapa, Epamig, IBC e do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) para o desenvolvimento da cafeicultura na região. Tais órgãos foram responsáveis por estudos de viabilidade técnica e econômica, além de pesquisas para a criação de variedades propícias para as qualidades físico-químicas do solo (BDMG, 1989, p. 230 apud ORTEGA, JESUS, 2011b).

Segundo Ortega, Jesus e Mouro (2009), ocorreram transformações na cafeicultura do Cerrado, observadas desde a década de 1970, que contribuíram para o desenvolvimento e a consolidação da atividade. Ortega e Jesus (2011b) afirmam que a cafeicultura no Cerrado se consolidou a partir de um conjunto de inovações tecnológicas. Com isso a produção de café da região ficou conhecida como uma das mais modernas do Brasil, com elevada produtividade e qualidade dos grãos.

De acordo com Ortega, Jesus e Mouro (2009), foram realizadas inovações químicas, biológicas, agrônomicas e mecânicas na região. As inovações químicas contribuíram para a adaptação do solo do Cerrado para o cultivo do café, as inovações biológicas estão relacionadas ao desenvolvimento de cultivares com características que facilitam o uso de maquinário, as inovações agrônomicas abarcam os novos métodos e técnicas para o plantio, e as inovações mecânicas consistem na mecanização da colheita e na utilização do trator para o preparo do solo.

Outro ponto importante sobre o início da atividade na região diz respeito a origem dos cafeicultores. Conforme Saes, Jayo e Silveira (1997), os primeiros produtores a se instalarem na região eram oriundos de São Paulo e Paraná que se viram atraídos pelo preço baixo das terras e pela ausência de geadas. Ainda segundo os autores, muitos desses produtores eram jovens empresários e possuíam uma visão diferenciada, sem compartilhar dos vícios empresariais que a cafeicultura brasileira possuía até então.

No Sul de Minas o desenvolvimento da cafeicultura aconteceu de forma natural. A atividade, presente desde o final do século XVIII na região, teve início de forma espontânea, tirando proveito do solo e clima favoráveis para o cafeeiro. Ao contrário dos cafeicultores do Cerrado, os produtores sul mineiros não se viram confrontados a buscarem inovações para que

a atividade pudesse ser iniciada na região, sendo observada uma maior introdução tecnológica a partir da década de 1970.

Conforme Martins (2014), há uma versão de que a cafeicultura sul mineira teria se aproveitado da expansão da atividade ocorrida no Oeste Paulista. Conforme o autor, alguns pesquisadores afirmam que “os cultivos sul-mineiros seriam extravasamentos dos cultivos paulistas, plantados com os mesmos equipamentos e técnicas utilizadas no Oeste Paulista” (MARTINS, 2014, p. 315).

No entanto, em sua pesquisa sobre a cafeicultura nos municípios de Alfenas, Machado, Guaxupé e Três Pontas, no período entre 1890 e 1930, Martins (2014) argumenta que um recenseamento realizado em 1920 apresenta a predominância de atividades manuais nos cafezais desses municípios. De acordo com os dados, era rara a utilização de equipamentos agrícolas modernos e, até mesmo, do arado puxado a boi. Também havia poucas instalações e maquinário para o beneficiamento dos grãos, sendo que dos existentes, quase todos utilizavam a força manual para a realização do trabalho.

Para o autor, “o quadro de uma cafeicultura moderna, que lança mão de novos tipos de plantas, máquinas, técnicas, insumos, trabalho assalariado e organização dos produtores, não se configurou na região até seguramente o início dos anos 1950” (MARTINS, 2014, p. 319).

Segundo Coelho e Paiva (1980 apud MALAVOLTA, 2000), a partir de 1970 a cafeicultura sul mineira enfrentou grandes mudanças possibilitadas, principalmente, pelo Plano de Revigoração e Recuperação do Cafezais (PRRC) e pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). Com os incentivos proporcionados pelo plano a região conseguiu aumentar seus níveis de produção e produtividade.

Tais incrementos são relacionados, entre outros fatores, ao uso de espaçamentos mais adensados, cultivares mais produtivas, correção do solo por meio de calagem e a utilização de uma adubação mais equilibrada (COELHO; PAIVA, 1980 apud MALAVOLTA, 2000), novos tratamentos culturais e produtivos, além de novas técnicas de manejo de pré e pós colheita (SILVA, 1998).

Conforme Filetto e Alencar (2001), nesse período a região sul mineira assume importância nacional na produção de café, motivada pelas transformações ocorridas em sua dinâmica produtiva. De acordo com Silva, Santos e Lima (2001), a introdução de novas tecnologias, a assistência técnica, os financiamentos e a renovação da cafeicultura por meio de programas governamentais são fatores que contribuíram para a evolução do sistema agroindustrial do café na região.

Outro ponto de diferenciação entre as regiões diz respeito à organização dos cafeicultores. Conforme Andrade (1994), em cada localidade a atividade cafeeira se desenvolveu com base em um sistema de organização próprio, sendo no Cerrado centrada em associações e no CACCER (atual Federação) e no Sul de Minas apoiada no cooperativismo.

No Cerrado os cafeicultores preferiram se organizar em associações, caracterizadas por estruturas mais simples, por serem mais leves, enxutas e dinâmicas. As motivações para a criação das associações na região estão relacionadas as dificuldades encontradas pelos produtores locais para serem devidamente representados, visto que, nem as cooperativas locais e nem os sindicatos eram capazes de atendê-los adequadamente. A cafeicultura era uma atividade nova, sem tradição e, assim, era necessário criar uma estrutura que tivesse como objetivo central o café (ANDRADE, 1994). Posteriormente, para agregar essas associações e coordenar estrategicamente suas ações, foi criado o CACCER (SAES; JAYO; SILVEIRA, 1997).

Conforme Saes, Jayo e Silveira (1997), tanto no conselho quanto nas associações as funções executivas são realizadas pelo presidente e por gerentes contratados. Os diretores das associações são eleitos, não recebem remuneração e possuem o papel de representar os associados. No CACCER, a diretoria era formada pelos presidentes de cada associação.

No Sul de Minas as cooperativas desempenharam um papel importante para a cafeicultura, principalmente no segmento de produção (ANDRADE, 1994). A queda nas cotações internacionais, ocorrida em 1957, e os problemas de superprodução influenciaram a diminuição na renda do cafeicultor. Diante desse cenário, médios e grandes produtores do Sul de Minas se organizaram em cooperativas, com o intuito de reverter essa situação (ROLLO, 2009).

As cooperativas proporcionam benefícios diversos aos cafeicultores, como repasse de crédito rural, prestação de assistência técnica, armazenamento e beneficiamento dos grãos, entre outros. Elas também desempenham um papel de estabilidade no mercado, com o oferecimento de preços que permitam ao cafeicultor comercializar adequadamente sua produção (ANDRADE, 1994). Estes podem ser apontados como fatores que contribuíram para a grande presença de cooperativas na região sul mineira.

Ao analisar as condições em que a atividade cafeeira se desenvolveu em cada região a partir das lentes teóricas da NEI e seu arcabouço sobre instituições e *path dependence* infere-se que as características iniciais, como as condições climáticas e a forma como lidar com elas, o perfil dos cafeicultores e o arranjo criado entre eles são fatores que repercutiram e influenciaram no modo como cada localidade é percebida hoje. As instituições desenvolvidas

no passado e criadas a partir de cenários distintos promoveram um ambiente institucional diversificado na atualidade.

Atualmente, o Cerrado é visto como uma região inovadora, com uma cafeicultura empresarial e com elevado emprego de inovações tecnológicas nas lavouras. A dependência de tecnologias para exercer a atividade proporcionou uma maior aproximação com os órgãos de pesquisa e resultou em uma relação mais aberta e receptiva por parte dos cafeicultores às orientações técnicas e às inovações promovidas por eles. Outro ponto a ser observado diz respeito a origem dos produtores, que saíram de outras localidades e levaram com eles suas próprias instituições e experiências. Esses conhecimentos prévios de cada um, compartilhado ao longo dos anos, contribuíram para a criação do ambiente institucional da região, além do estabelecimento de estratégias diferenciadas, como a opção por associações ao invés de cooperativas e a idealização de um conselho para coordenar as atividades.

O Sul de Minas é reconhecido como uma região tradicionalista e de grande valor para a cafeicultura mineira. As condições próprias do solo e do clima contribuíram para que a atividade se desenvolvesse naturalmente, não sendo necessário que os cafeicultores recorressem a alternativas que viabilizassem a atividade. A introdução de tecnologias nas lavouras sul mineiras aconteceu de forma mais tardia, sendo observado principalmente a partir da década de 1970. Esse distanciamento de quase dois séculos entre o início da atividade e o uso de inovações tecnológicas pode ser considerado como um *path dependence* da região.

A aprendizagem adquirida pelos indivíduos ao longo do tempo, concebida a partir das experiências acumuladas de gerações passadas, em conjunto com as experiências atuais, é materializada por meio da cultura, que constitui uma das peças chaves para o *path dependence* (NORTH, 1994). Nesse sentido, entende-se que algumas características percebidas na atualidade, como a utilização das possibilidades tecnológicas na cafeicultura por parte de alguns produtores, sejam traços culturais provenientes de instituições originárias do passado.

Na próxima seção as características institucionais de cada região são exploradas de forma a verificar quais são os fatores que diferenciam o perfil dos cafeicultores locais e a forma como a atividade é conduzida. Os resultados ajudam a corroborar a ideia de que o ambiente institucional vigente seja fruto das instituições compartilhadas no passado e desenvolvidas ao longo dos anos.

4.2 Fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões

Nesta seção são apresentados os resultados para o segundo objetivo proposto, que foi o de verificar se existem fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões. Para a obtenção dos dados foi aplicado um questionário, elaborado com base na literatura sobre ambiente institucional. As informações foram analisadas por meio da regressão logística, metodologia que permite categorizar os respondentes conforme o padrão de resposta. Os resultados estão divididos em dois subtópicos, sendo cada um correspondente a uma equação diferente.

4.2.1 Equação 1 – produtores participantes de cooperativas e com funcionários

A primeira equação foi elaborada com a parcela dos respondentes filiados a alguma cooperativa ou associação e que possuem empregados fixos. Inicialmente, foram considerados 104 questionários, no entanto, 3 *outliers* foram retirados conforme as orientações de Field (2009) de que as observações com Z Residual maiores que 3 e menores que (-3,0) acarretam problemas para a equação. Sendo assim, o número final de observações para a equação foi de 101, sendo 27 referentes a produtores localizados no Cerrado Mineiro e 74 no Sul de Minas. No quadro 7 é apresentado o resultado esperado e o obtido na relação entre as variáveis independentes e a variável dependente Cerrado Mineiro.

Quadro 7 - Relações esperadas e obtidas entre as variáveis independentes e a variável dependente Cerrado Mineiro na equação 1

Variável Explicativa	Relação esperada	Relação obtida
Nível de satisfação com a Emater (Satisf_Emater)	positiva	negativa
Nível de satisfação com a cooperativa ou associação (Satisf_coopass)	positiva	positiva
Frequência que realiza análise de solo (Análise_solo)	positiva	positiva
Frequência que realiza análise foliar (Análise_foliar)	positiva	positiva
Comercialização do café (Comercialização1)	negativa	negativa

Fonte: elaborado pela autora

Após os ajustes realizados na equação, com a retirada de variáveis que não se mostraram significativas, chegou-se ao modelo final com 5 previsores significativos para indicar as diferenças no ambiente institucional entre as duas regiões estudadas, sendo eles: Nível de satisfação com a Emater (Satisf_Emater), Nível de satisfação com a cooperativa ou associação (Satisf_coopass), Frequência que realiza análise de solo (Análise_solo), Frequência que realiza análise foliar (Análise_foliar) e Comercialização do café (Comercialização1). A tabela 3 apresenta o resumo do resultado da equação.

Tabela 3 - Resultados da regressão logística da equação 1

Equação 1 - produtores participantes de cooperativas e com funcionários		
	Wald	Exp(B)
Intercepto	10,586***	0,000
Satisf_Emater	6,530**	0,285
Satisf_coopass	13,039***	74,927
Análise_solo	2,810*	4,866
Análise_foliar	5,626**	2,828
Comercialização1	5,653**	0,147
Qui-Quadrado	53,463***	
R ² de Nagelkerke	0,629	
Hosmer e Lemeshaw	0,693	
Acurácia (%)	83,5	
n = 101; ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,1		

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados da pesquisa

A estatística Qui-quadrado apresentou resultado significativo ao nível de 1%, o que demonstra a boa aderência da equação aos dados. O coeficiente do R² de Nagelkerke foi 0,629. Esse resultado demonstra que 62,9% da variância dos dados pode ser explicada pelo modelo.

O R² de Nagelkerke varia entre 0 e 1, sendo que o valor 0 significa que o modelo não é capaz de explicar nenhuma variação e o valor 1 indica que a variação observada na variável dependente é totalmente explicada por ele. Apesar do coeficiente não ter apresentado resultado elevado, pode ser considerado como satisfatório, visto que o trabalho se limita a analisar as diferenças relacionadas ao ambiente institucional. Desse modo, demais características que

caracterizam as particularidades da região e que possuem alto poder explicativo foram desconsideradas, como tamanho da propriedade, tamanho da lavoura, sistema de manejo, tipo de colheita, área irrigada, entre outros.

O teste de Hosmer e Lemeshow, segundo Field (2009, p. 251), “testa a hipótese de que os dados observados são significativamente diferentes dos valores previstos pelo modelo”. Desse modo, espera-se que o resultado deste teste seja um valor não significativo, o que indica que o modelo não apresenta diferenças significativas dos dados observados. Conforme observado, o teste não apresentou resultado significativo (0,693), o que denota que os resultados previstos pela equação são iguais aos dados observados.

Também foi realizado o teste para multicolinearidade entre as variáveis da equação. O recomendado é que valores de Tolerância (TOL) menores que 0,1 e valores do fator de inflação da variância (VIF) maiores que 10 indicam problema de colinearidade entre as variáveis previsoras. Todas as variáveis previsoras selecionadas para a equação apresentaram valores TOL acima de 0,1 e VIF abaixo de 10, conforme tabela apresentada no Anexo D.

A acurácia do modelo foi de 83,5%. Esse valor representa o nível de exatidão com que o modelo classifica os cafeicultores com propriedades no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas. A estatística de Wald foi significativa ao nível de 1% para o preditor que mediu a satisfação com a cooperativa (Satisf_coopass) e a frequência de realização da análise foliar (Análise_foliar). Já para os preditores relacionados a satisfação com a Emater (Satisf_Emater), frequência de realização da análise foliar (Análise_foliar) e comercialização (Comercialização1) apresentaram significância ao nível de 5%. O preditor que mede a frequência de realização de análise de solo (Análise_solo) foi significativa ao nível de 10%.

O nível de satisfação com a Emater apresentou relação negativa, ou seja, os cafeicultores do Cerrado Mineiro são mais insatisfeitos com a assistência técnica estadual do que os do Sul de Minas. O valor para Exp(B) foi de 0,28, o que significa que a cada aumento no nível de satisfação com a Emater diminui em 0,28 vezes a probabilidade de o cafeicultor pertencer a região do Cerrado.

O resultado difere do esperado, visto que o Cerrado possui um nível tecnológico maior que o Sul de Minas e, assim, esperava-se uma maior atuação da Emater/MG naquela região. No entanto, região é marcada pela presença de grandes propriedades rurais e empresa de extensão rural se relaciona, principalmente, com pequenos e médios produtores.

Devido à redução de recursos repassados para a organização, a assistência técnica foi direcionada para pequenos e médios produtores de alimentos básicos. Desde então, as

responsabilidade de atender os grandes produtores foi repassada para empresas privadas de assistência técnica (EMATER-MG, 2017).

O fato da Emater/MG não ser uma das principais fontes de informação para os produtores do Cerrado é discutido no trabalho de Nagai (2016). Conforme os resultados da pesquisa, os cafeicultores utilizam com mais frequência as informações disponíveis na internet, na cooperativa, consultam outros produtores, a Federação e o Sindicato.

O nível de satisfação com a cooperativa / associação, assim como o esperado, apresentou relação positiva com a variável dependente Cerrado Mineiro. Foi verificado o valor de 74,92 para Exp(B). Desse modo, a cada aumento no nível de satisfação com essas organizações, a probabilidade de o produtor estar localizado no Cerrado aumenta em 74,92 vezes.

As organizações de produtores presentes no Cerrado e no Sul de Minas apresentam diferenças na forma como estão estruturadas e como gerenciam suas atividades. No Cerrado Mineiro, a Federação dos Cafeicultores do Cerrado congrega grande parte das associações e cooperativas presentes na região e coordena as atividades.

Os principais objetivos da federação são representar a região do Cerrado Mineiro, controlar a origem e a qualidade dos produtos que utilizam a denominação de origem, além de trabalhar na promoção da região, dos produtores e dos produtos (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO, 2017c).

Já no Sul de Minas, há grandes cooperativas que possuem uma gestão empresarial e realizam atividades diversificadas além da comercialização dos grãos, como a industrialização e a venda do produto final. E estão presentes, também, pequenas cooperativas e associações de produtores, muitas dessas com certificação *Fairtrade*⁶. Dessa forma, as ações de cada organização de produtores são descentralizadas e as estratégias são adotadas conforme suas características e objetivos.

Sobre a satisfação dos cafeicultores com as organizações em si, existem na literatura alguns trabalhos que relatam divergências entre os cooperados e as cooperativas. O estudo de Souza, Ferrugini e Prado (2015) teve como objetivo analisar os alinhamentos estratégicos e os conflitos de interesses entre os gestores e os cooperados de uma cooperativa de café do Sul de

⁶ O *Fair Trade*, ou comércio justo, é uma prática alternativa ao modelo de comércio convencional, que se baseia na parceria entre produtores e consumidores e possui como foco a redução da pobreza dos cafeicultores. O selo *Fairtrade*, emitido pela *Fairtrade Labellings Organizations Internacional* (FLO), garante que os produtores e comerciantes cumpriram com os padrões de comércio justo estabelecidos. Tais padrões possuem como objetivo assegurar que os cafeicultores sejam remunerados conforme seus custos de produção sustentável; proporcionar um prêmio adicional para o investimento em projetos voltados para o desenvolvimento social, econômico e ambiental; permitir ao produtor um maior controle na negociação; facilitar parcerias comerciais; além de garantir que os produtos certificados sejam produzidos e comercializados de forma ambientalmente responsável e socialmente e economicamente justa (FAIR TRADE LABELLING ORGANIZATIONS, 2018a, 2018b).

Minas Gerais. Conforme os resultados, a participação dos cafeicultores nas assembleias é pequena, apenas 17,2% dos entrevistados afirmaram participar de tais reuniões. Segundo os autores, a baixa participação dos cooperados limita o poder de decisão dos cafeicultores na organização.

Ainda conforme o estudo, 89,7% dos cooperados declararam desconhecer o estatuto da cooperativa e 72,4% afirmaram desconhecer as taxas aplicadas pela organização para os serviços de armazenagem, movimentação e seguro do café. Também foi identificado que a interação entre os cooperados e os dirigentes é deficiente, sendo considerado um nível baixo de comunicação entre as partes (SOUZA; FERRUGINI; PRADO, 2015).

No estudo desenvolvido por Soares, Silva e Ferreira (2016) foi analisada a percepção dos cooperados em relação às vantagens recebidas por meio das cooperativas. Conforme os resultados, foi verificada uma divergência na percepção entre os cooperados e as cooperativas no que se refere a questões financeiras e ao relacionamento entre as partes. De acordo com os autores, os cooperados relataram dificuldades para conseguir crédito para financiamento da safra, menores preços em relação ao mercado, informações sobre o negócio e sobre as legislações vigentes. Já a alegação das cooperativas é que o produtor possui facilidade de acesso e comunicação com a organização sendo, na maioria das vezes, atendidas as questões financeiras dos cooperados.

Para os autores, existe a necessidade de que os serviços e benefícios sejam perceptíveis aos cooperados de forma que estimule eles a transacionar e participar mais efetivamente das cooperativas. Isso evitaria que essas organizações sejam consideradas apenas como “meras empresas comerciais do ramo agrícola” (SOARES; SILVA; FERREIRA, 2016, p. 761)

Os resultados também demonstram que a satisfação dos produtores com a cooperativa possui forte ligação com o atendimento de suas necessidades financeiras e técnicas, sendo estes fatores considerados pelos entrevistados como os maiores benefícios proporcionados pelo vínculo com as organizações de produtores (SOARES; SILVA; FERREIRA, 2016).

Conforme a discussão acima, existem fatores que contribuem para que a satisfação com as cooperativas seja divergente entre os produtores do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas. O próprio modelo cooperativista desenvolvido nestas regiões pode ser apontado como um elemento capaz de caracterizar tais diferenças. No capítulo 4 é realizada uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre as cooperativas e os cooperados e o nível de satisfação destes com os serviços prestados.

A variável que mede a frequência com que a análise de solo é realizada apresentou relação positiva com a variável dependente Cerrado Mineiro, conforme o esperado. O valor de

Exp(B) foi de 4,86, ou seja, a cada aumento na periodicidade com que esta análise é realizada, aumenta em 4,86 vezes a probabilidade de o cafeicultor ser originário do Cerrado Mineiro.

Já a frequência com que é realizada a análise foliar apresentou relação positiva com o Cerrado e Exp(B) de 2,82. O resultado está de acordo com o esperado e significa que a cada aumento na frequência de realização da análise foliar, a probabilidade de o cafeicultor se localizar no Cerrado aumenta em 2,82 vezes.

Segundo Corrêa et al. (2001), a análise foliar é um complemento para a análise de solo. A utilização dessas análises químicas permite uma avaliação holística dos fatores da planta e do solo que possam limitar o crescimento, o desenvolvimento e a produção do cafeeiro. Ainda conforme os autores, além de identificar o estado nutricional das plantas, as análises também são importantes para a otimização do uso dos fertilizantes, de modo a obter uma maior produtividade ao menor custo possível.

O estudo de Farnezi et al. (2010), teve como objetivo analisar a qualidade do café (*Coffea arabica*) e o estado nutricional dos cafeeiros localizados no Alto Jequitinhonha. Os resultados apontaram que as lavouras mais produtivas e com bebida de melhor qualidade eram também as mais equilibradas nutricionalmente. Dessa forma, os autores concluem que a nutrição equilibrada promove uma maior produtividade e pode, também, influenciar em uma melhor qualidade.

Conforme os resultados obtidos pela regressão logística, o Cerrado realiza com maior frequência as análises químicas necessárias para a aplicação correta dos fertilizantes nas lavouras. Essa postura, de acordo com as discussões anteriores, permite a melhora na produtividade das plantas, além de contribuir para um controle de custos mais eficientes. Dessa forma, o resultado denota uma postura mais profissional dos cafeicultores da região em relação a gestão das lavouras.

A variável que mede a forma como é feita a comercialização teve relação negativa com o Cerrado Mineiro. O valor para Exp(B) foi de 0,14. Desse modo, o aumento na venda conforme a necessidade diminui em 0,14 vezes a probabilidade de o cafeicultor se situar no Cerrado.

Muitos autores destacam que os produtores do Cerrado possuem um perfil mais empresarial para a gestão de suas propriedades. Conforme Broggio, Droulers e Grandjean (1999), os migrantes, principalmente provenientes de São Paulo e Paraná, foram os responsáveis por perpetuar na região um perfil empresarial e aberto a inovações.

De acordo Bliska et al. (2009), o sistema gerencial das propriedades do Cerrado Mineiro é realizado de maneira empresarial. Segundo os autores, dada a dimensão do sistema de produção e o padrão tecnológico empregados pelos cafeicultores da região, a profissionalização

torna-se algo imprescindível. Dessa forma, o modelo de gestão empresarial adotado pelos produtores reflete no nível de qualificação da mão de obra que colabora com o empreendimento.

Almeida et al. (2016) afirmam que no Cerrado há um número cada vez maior de cafeicultores que utilizam ferramentas de gestão de custos e produtividade. Conforme os autores, entre os fatores críticos de sucesso apontados pelos cafeicultores da região estão a gestão de custos e o gerenciamento mais moderno da propriedade, realizado a partir de instrumentos e métodos para o alcance de melhores resultados.

No estudo realizado por Costa et al. (2015), 55% dos produtores sul mineiros entrevistados afirmaram que realizam o planejamento da venda do café, enquanto os outros 45% relataram que comercializam sua produção de acordo com a necessidade de caixa. Tal resultado difere dos achados na presente pesquisa. Neste trabalho, 55% dos cafeicultores localizados no Sul de Minas declararam vender seus cafés conforme a necessidade e 45% afirmaram planejar como será realizada a comercialização. Em relação ao Cerrado Mineiro, conforme os resultados do trabalho, o percentual de produtores que planejam a venda é bem superior se comparado ao Sul de Minas. Na região, 73% dos cafeicultores relataram realizar um planejamento prévio, enquanto 27% alegaram comercializar em momentos de urgência.

Inferese-se que a adoção de uma postura empresarial em conjunto com uma gestão mais eficiente dos custos e da produção sejam fatores que contribuam para que os cafeicultores do Cerrado realizem um planejamento prévio de venda para seus grãos, ao invés de vendê-los conforme a necessidade, como relatado pelos produtores do sul mineiros.

4.2.2 Equação 2 – todos os participantes da amostra

Para a segunda equação foram considerados todos os participantes da pesquisa. Inicialmente, 169 questionários foram inseridos no modelo, no entanto, seguindo as orientações de Field (2009) de que as observações com Z Residual maiores que 3 e menores que (-3,0) acarretam problemas para a equação, 1 *outlier* foi retirado. Desse modo, o número final de observações para a equação foi de 168, sendo 50 referentes a produtores localizados no Cerrado Mineiro e 118 no Sul de Minas. No quadro 8 é apresentado o resultado esperado e o obtido na relação entre as variáveis independentes e a variável dependente Cerrado Mineiro.

Quadro 8 - Relações esperadas e obtidas entre as variáveis independentes e a variável dependente Cerrado Mineiro na equação 2

Variável Explicativa	Relação esperada	Relação obtida
Quantidade de treinamentos por ano (Qtd_part_trein)	Positiva	Positiva
Frequência que realiza análise foliar (Análise_foliar)	Positiva	Positiva
Comportamento diante de novas tecnologias e produtos (Tecno_prod)	Positiva	Negativa
Participação da cafeicultura na renda da família (Part_renda)	Negativa	Negativa

Fonte: elaborado pela autora

Para chegar no modelo final foram realizados ajustes na equação, sendo as retiradas as variáveis que não apresentaram nível de significância. Ao final, a equação ficou composta por 4 previsores significativos para demonstrar as diferenças no ambiente institucional entre as regiões estudadas, sendo eles: quantidade de vezes ao ano que os produtores participam de treinamentos (Qtd_part_trein), frequência que realiza análise foliar (Análise_foliar), postura diante de novas tecnologias ou produtos (Tecno_prod) e participação da cafeicultura na renda da família (Part_renda). A tabela 4 apresenta o resumo do resultado da equação.

Tabela 4 - Resultados da regressão logística da equação 2

Equação 2 - todos os participantes da amostra		
	Wald	Exp(B)
Intercepto	1,024	0,268
Qtd_part_trein	6,900***	1,971
Análise_foliar	23,812***	3,677
Tecno_prod	7,635***	0,350
Part_renda	4,826**	0,657
Qui-Quadrado	47,930***	
R ² de Nagelkerke	0,363	
Hosmer e Lemeshaw	0,160	
Acurácia (%)	76,8	
n = 168; ***p<0,01; **p<0,05; *p<0,1		

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa

A estatística Qui-quadrado apresentou resultado significativo ao nível de 1%, o que demonstra a boa aderência da equação aos dados. O coeficiente do R^2 de Nagelkerke foi 0,363. O resultado demonstra que 36,3% da variância dos dados é explicada pela equação. Nesta equação, assim como a anterior, o coeficiente não apresentou um valor elevado. No entanto, ainda é considerável como um resultado satisfatório, visto que demais variáveis que caracterizam as diferenças de cada região e possuem alto poder explicativo não foram inseridas na equação, já que o objetivo do trabalho é analisar as divergências em relação ao ambiente institucional existente.

O teste de Hosmer e Lemeshow apresentou resultado de 0,160, ou seja, um resultado não significativo, conforme o desejado. Isso denota que os resultados previstos pela equação são iguais aos dados observados. A acurácia do modelo foi de 76,8%. Esse valor representa o nível de exatidão com que o modelo classifica os cafeicultores com propriedades no Cerrado Mineiro e no Sul de Minas.

Segundo o teste para multicolinearidade entre as variáveis da equação, todos os previsores apresentaram valores TOL menores que 0,1 e VIF maiores que 10. Isso indica que não há problemas de colinearidade entre as variáveis previsoras. Os valores obtidos no teste são apresentados no Anexo E.

A estatística de Wald foi significativa ao nível de 1% para os previsores que mediram quantidade de participação de treinamento por ano (Qtd_part_trein), a frequência de realização da análise foliar (Análise_foliar) e comportamento diante de nova tecnologia ou produto (Tecno_prod). Já o predictor para a participação da cafeicultura na renda familiar (Part_renda) foi significativo a nível de 5%, enquanto o intercepto não apresentou resultado significativo.

A quantidade de treinamentos que o cafeicultor participa por ano, em média, apresentou relação positiva com o Cerrado, de acordo com o esperado. O valor de $\text{Exp}(B)$ para esta variável foi de 1,97, ou seja, a cada aumento na participação em treinamentos por ano aumenta em 1,97 vezes a probabilidade de o cafeicultor pertencer a região do Cerrado.

Segundo Silva (2012), a participação em cursos e treinamentos promove a capacitação do produtor, a agregação de conhecimentos, além de permitir a troca de experiências com demais cafeicultores.

O treinamento também é apontado por Monte e Teixeira (2006) e Lanna, Teixeira e Reis (2011) como determinante para a adoção de tecnologias pelos cafeicultores, como o despulpamento. E ainda segundo Lanna, Teixeira e Reis (2011), a participação em treinamentos permite que o produtor se torne mais capacitado para aprender e utilizar novas técnicas. Para os autores, a participação em treinamentos acompanhada do associativismo contribui para que

haja um maior fluxo de informações sobre as novidades tecnológicas, o que contribui para a produção de cafés de melhor qualidade.

Na pesquisa realizada por Costa (2011) com produtores do Sul de Minas foi identificado que a maioria dos cafeicultores nunca realizam treinamentos (26%) ou participam com uma frequência muito baixa, sendo uma vez a cada quatro anos (19%) ou uma a cada dois ou três anos (19%).

Resultado próximo a este foi identificado no presente trabalho. Ao serem questionados em quantos treinamentos costumam participar por ano, 4% dos produtores do Sul de Minas responderam nenhum, 51% afirmaram que comparecem entre 1 a 3 atividades deste tipo. Da mesma forma como o estudo anterior, a maioria dos produtores se encaixa na faixa de baixa ou nenhuma participação. Já no Cerrado, a maioria dos cafeicultores declararam participar de 4 a 6 treinamentos (46%) ou acima de 7 (28%) por ano.

A frequência de realização da análise foliar apresentou relação positiva e $\text{Exp}(B)$ de 3,67. O resultado foi conforme o esperado e significa que a cada aumento na frequência em que a análise foliar é realizada, é verificado um aumento de 3,67 vezes na probabilidade do cafeicultor pertencer ao Cerrado Mineiro.

Conforme discutido na equação anterior, o resultado permite inferir que na região a análise foliar é realizada com maior periodicidade. Dessa forma, as correções de adubação podem ser realizadas de maneira correta, o que contribui para o aumento da produtividade das plantas e para um controle de custos eficiente. Os resultados sugerem que os produtores do Cerrado possuem uma postura mais profissional em relação a gestão das lavouras.

A variável que verifica o comportamento dos produtores diante de novas tecnologias e produtos apresentou relação negativa com o Cerrado. O valor de $\text{Exp}(B)$ para a variável foi de 0,35. Isso significa que a cada aumento no interesse por novas tecnologias ou produtos diminuiu em 0,35 vezes a probabilidade de o cafeicultor pertencer a região do Cerrado.

O resultado não está de acordo com o esperado, visto que os produtores da região são reconhecidos pela abertura a inovações e tecnologias. Porém, ao analisar os dados de forma individual identificou-se que 4% dos cafeicultores do Cerrado não demonstram interesse por novidades tecnológicas ou de produto, enquanto no Sul de Minas nenhum produtor marcou tal opção no questionário.

Ainda em relação aos produtores sul mineiros, 14% relataram que esperam outros cafeicultores experimentarem as novas tecnologias/produtos e observam os resultados; 68% afirmaram que buscam mais informações a respeito e 18% declararam que adotam as novidades em sua propriedade para analisar de perto os resultados. No Cerrado, esses valores são 17%,

69% e 10% respectivamente. É notável entre os respondentes do Sul de Minas uma maior abertura para a introdução das novidades. De acordo com o trabalho realizado por Almeida et al. (2016), os cafeicultores da região do Sul de Minas demonstraram grandes preocupações com a mão de obra, a volatilidade dos preços, o aumento nos custos e a necessidade contínua de se investir em mecanização e defensivos agrícolas. Tais inquietações podem estar relacionadas ao aumento do interesse dos produtores sul mineiros em adotar uma postura mais aberta e inserir mais inovações na propriedade de forma a contornar os problemas identificados.

Em relação a participação da cafeicultura na renda da família, foi verificada relação negativa da variável com o Cerrado. O valor de $\text{Exp}(B)$ para esta variável foi de 0,65, ou seja, o aumento da participação da atividade na renda familiar diminui em 0,65 vezes a probabilidade de o produtor se situar na região do Cerrado. O resultado obtido foi conforme o esperado, visto que no Sul de Minas há a predominância de cafeicultores familiares, que possuem propriedades pequenas e conduzem a atividade com o apoio da família.

Conforme os resultados, 62% dos cafeicultores do Sul de Minas declararam que a atividade contribui entre 76% e 100% para a renda da família. No Cerrado esse número é de 43%. Na pesquisa realizada por Costa (2011) foi identificada a correlação entre a diversificação das atividades dos cafeicultores com a adoção da gestão de riscos e planejamento da comercialização. Segundo o autor, a diversificação das atividades faz com que o cafeicultor seja mais propenso a reduzir os riscos da atividade, a partir da mensuração da eficiência global do negócio em relação aos custos de produção e, também, com a comercialização em momentos oportunos de forma a otimizar a relação risco/retorno.

4.2.3 Diferenças nos fatores institucionais entre as regiões

O objetivo desta etapa foi analisar os fatores institucionais que determinam as diferenças na condução da cafeicultura nas duas regiões estudadas. Para atendê-lo foi desenvolvido um questionário que contempla os principais fatores apontados pela literatura como emergentes de um ambiente institucional favorável e que contribuem para o desenvolvimento regional. Dessa forma, foram inseridas perguntas com o intuito de verificar divergências relacionadas a maior busca por educação; maiores níveis de confiança e cooperação entre os produtores locais; adoção de inovações e tecnologias; melhores práticas de gestão e análise das instituições formais.

Entre os cafeicultores vinculados a associações e/ou cooperativas e que possuem funcionários, cinco previsores se mostraram significativos para demonstrar as diferenças entre

as regiões, sendo eles o nível de satisfação com a Emater, nível de satisfação com a cooperativa, frequência de realização de análise de solo, frequência com que realiza a análise foliar e as estratégias de comercialização.

Já na equação que considerou todos os cafeicultores, independente do vínculo organizacional e empregatício, quatro previsores apresentaram-se significativos para explicar os diferentes incentivos proporcionados pela matriz institucional de cada região, sendo a quantidade de vezes que o cafeicultor participou de treinamentos, frequência com que realiza a análise foliar, comportamento diante de novidades tecnológicas ou de novos produtos e a participação da cafeicultura na renda familiar.

Já é reconhecido que as duas regiões possuem particularidades na condução da cafeicultura. No Sul de Minas a cafeicultura é caracterizada como tradicional, presente há séculos. No Cerrado a atividade é vista como dinâmica e moderna. Sua introdução na região é recente, com início na década de 1970. Outras diferenças entre as duas localidades como tamanho das propriedades e das lavouras, perfil dos produtores (pequenos, médios e grandes), sistema de manejo, tipo de colheita, modelo de gestão e comercialização, também são relatados na literatura.

Os resultados obtidos pela pesquisa corroboram as discussões que ressaltam que o Cerrado possui um nível tecnológico maior, a partir da identificação de uma melhor utilização das ferramentas de análises químicas que constituem uma inovação que permitem ao produtor cuidar de uma maneira mais eficiente de suas lavouras.

As informações obtidas também apoiam as afirmativas de que o Cerrado possui um modelo de gestão empresarial e utiliza de diversos canais para comercializar o café, sendo identificado que os produtores da região costumam realizar um planejamento prévio de venda. Isso reflete a presença de ferramentas de gestão nas propriedades que possibilitam que o cafeicultor tenha conhecimento do seu fluxo de caixa e de suas obrigações. O planejamento da comercialização possibilita maiores ganhos ao produtor, visto que se pode observar o comportamento dos preços do café e escolher o momento oportuno para a venda, de forma a obter maiores lucros. Outro ponto observado diz respeito a menor participação da cafeicultura na renda familiar dos produtores localizados no Cerrado, o que demonstra a presença de diversificação das atividades e reduz o risco do negócio.

Além de contribuir com a literatura existente, os resultados também sugerem novos *insights* sobre a atividade cafeeira das regiões estudadas. O primeiro deles diz respeito a uma postura mais aberta dos cafeicultores do Sul de Minas a novas tecnologias e produtos. O resultado difere do esperado, já que os produtores do Cerrado possuem uma imagem de serem

mais propensos a aceitar tais novidades. Uma das justificativas para esse resultado foi retirada do trabalho de Almeida et al. (2016), no qual são relatadas as preocupações dos produtores do Sul de Minas com custos e a necessidade de investimentos em mecanização. No entanto, sugere-se a realização de estudos futuros para compreender de forma mais profunda o crescimento do interesse dos cafeicultores sul mineiros pelas inovações apresentadas pelo mercado.

O segundo *insight* do trabalho diz respeito ao nível de satisfação dos cafeicultores com as cooperativas. Conforme os resultados, os produtores do Cerrado se mostraram mais satisfeitos e confiantes com as organizações das quais fazem parte em comparação aos cafeicultores do Sul de Minas. De acordo com Broggio, Droulers e Grandjean (1999), no Sul de Minas as cooperativas são a peça central do sistema de produção, enquanto no Cerrado há uma organização diferenciada de produtores, que adotaram o sistema de associações e de uma federação para orientar as ações. Para os autores, “essa distinção reflete a história particular de cada sistema de produção” (BROGGIO; DROULERS; GRANDJEAN, 1999, p. 84).

Na próxima seção são apresentados os resultados das entrevistas realizadas. Neste tópico a questão das cooperativas é debatida e as diferenças na estrutura presente em cada região são discutidas.

4.3 Influência do ambiente institucional na cafeicultura

O terceiro objetivo proposto foi o de investigar como o ambiente institucional influencia os atores da cafeicultura em cada região. Para atendê-lo, foram entrevistados atores diretamente ligados a cafeicultura, tanto do Cerrado quanto do Sul de Minas, com o intuito de se obter uma visão sobre o quadro institucional vigente. As informações coletadas foram examinadas por meio da análise de conteúdo e são apresentadas conforme as categorias determinadas no processo analítico, sendo elas educação, inovações e tecnologias, confiança e cooperação, modelo cooperativista local e perfil dos cafeicultores.

4.3.1 Educação

Uma das categorias de análise utilizadas para entender as diferenças em relação ao ambiente institucional do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas diz respeito a educação. Conforme discutido anteriormente, a educação consiste em um dos incentivos proporcionados pela matriz institucional vigente.

Para Acemoglu e Robinson (2012), o ambiente institucional tem a capacidade de impulsionar a busca por mais educação. Essa busca se reflete em um crescimento sustentado, apoiado em dois pilares considerados os motores para a prosperidade e que estão estritamente conectados: a educação e a tecnologia. Conforme os autores, os conhecimentos obtidos e as competências desenvolvidas por meio da educação possibilitam a adoção de tecnologias e, com isso, o alcance de maior produtividade.

Os principais meios de difusão de conhecimento na cafeicultura são os eventos relacionados à atividade, treinamentos na área e os dias de campo. Ao serem questionados sobre a sua presença nesses eventos, todos os cafeicultores do Cerrado Mineiro afirmaram participar sempre que possível. Foi constatada também a participação dos funcionários nesses eventos. A Prod. Cerrado 2 afirmou possuir maior interesse em eventos que abordam o mercado, no entanto, acaba por participar de dias de campo para proporcionar conhecimento aos seus funcionários.

“[...] a questão de participar de um dia de Campo por exemplo é muito mais para levar os funcionários e fazê-los participar do que propriamente eu ter conhecimento de campo porque eu não tenho a pretensão de entender tudo né.” (Prod. Cerrado 2)

O interesse dos produtores em participar dos eventos também é ressaltado pelos membros das organizações de pesquisa e extensão. Tanto a Org. Cerrado 1 quanto a Org. Cerrado 2 relataram uma presença expressiva dos cafeicultores em reuniões, dias de campo e palestras do Circuito Mineiro de Cafeicultura. A participação supera as expectativas, como se observa na fala da Org. Cerrado 1:

“[...] nós tivemos um circuito da cafeicultura. Inicialmente nós estávamos planejando pra 60, 80 cafeicultores. A prefeitura quis fazer para 200 num município pequeno, de cafeicultura familiar [...] e a participação foi de 220 cafeicultores, foi além sabe. No dia de campo em Patrocínio esse ano nós estávamos esperando, nós estávamos programando para 40 produtores, foram 80 produtores, então nós estamos satisfeitos.” (Org. Cerrado 1).

Em relação as motivações para a participação nesses eventos, os cafeicultores ressaltaram a importância de se manterem informados sobre as novidades do setor e também

para tomarem conhecimento das ações realizadas em outras propriedades. O Prod. Cerrado 1 destaca a importância de realizar esse “*benchmarking*”:

“Precisamos ver outros produtores ou trabalhos bem feito para que possamos aperfeiçoar nossa produção. Aumentar produtividade, qualidade e diminuir custos e ou serviços. Prefiro até dias de campo dentro de fazendas. Toda propriedade tem algo a ensinar, facilitando nossas vidas.” (Prod. Cerrado 1)

Além do Prod. Cerrado 1, o Prod. Cerrado 3 também citou a importância de observar outras fazendas como forma de se manter informado sobre as novidades. Outra motivação para realizar treinamentos é apontado pela Prod. Cerrado 4. Conforme a cafeicultora, o conhecimento permite que o manejo da lavoura seja feito de forma adequada, o que resulta em redução de custos e preservação do meio ambiente.

“[...] eu fiz um [treinamento] há pouco tempo que é o monitoramento de pragas e doenças que foi de super importância porque aqui na região nós... os fazendeiros estavam utilizando produtos sem necessidade [...] aí [ajuda a] economizar nos defensivos, fora que o uso excessivo prejudica o meio ambiente.” (Prod. Cerrado 4)

A partir das afirmações dos entrevistados, nota-se a preocupação em se manterem atualizados, principalmente em relação aos demais cafeicultores. Identificar práticas de sucesso ou experiências negativas em outras propriedades pode auxiliar no processo de tomada de decisão dos produtores. Outro ponto positivo da participação de treinamentos é a possibilidade de reduzir custos por meio do uso mais efetivo dos insumos. A economia permite maiores ganhos aos produtores e é importante, principalmente, para os pequenos cafeicultores, como a Prod. Cerrado 4, que possuem mais dificuldades em agregar valor ao seu produto e obter, assim, maior remuneração.

A extensão rural possui papel fundamental para a transmissão de conhecimentos ao produtor (RIVERA; QAMAR, 2003; PEIXOTO, 2008). Nesse sentido, os cafeicultores foram questionados sobre o papel da Emater na construção desse conhecimento. Os Prod. Cerrado 2 e Prod. Cerrado 3 afirmaram não usufruir do serviço prestado pela organização. Já os Prod. Cerrado 1 e Prod. Cerrado 4 apontaram a importância da troca de informações com os técnicos extensionistas:

“A Emater me atende na fazenda e é de grande ajuda. Tem ótimos consultores que ajudam não somente no campo, mas também em parte trabalhista ou processos por exemplo [...] qualquer consultor que vai em uma fazenda tem algo a ensinar.” (Prod. Cerrado 1)

“[...] é muito importante [as ações da Emater] porque principalmente para o pequeno produtor porque às vezes falta informação, o grande não, o grande já tem a pessoa específica para isso, mas o pequeno eu acho serviço da Emater essencial, passar mais conhecimento para o pequeno produtor, tirar dúvida, principalmente do café né.” (Prod. Cerrado 4)

Percebe-se a valorização da troca de informação com o pessoal técnico especializado e a oportunidade de se aprender com seus ensinamentos. Para o pequeno produtor a organização se mostra mais importante ainda, visto que a grande maioria não dispõe de recursos para contratar o serviço no setor privado e, assim, possui maior dependência das orientações prestadas pelos técnicos extensionistas.

Resultados semelhantes aos do Cerrado foram observados no Sul de Minas, porém, não em sua totalidade. Em relação à participação em treinamentos, a maioria dos entrevistados também afirmou estar presente sempre que possível. O Prod. Sul 4 afirmou não comparecer aos dias de campo por falta de tempo. Além de cafeicultor, o Prod. Sul 4 também é comerciante e os horários de funcionamento de seu estabelecimento coincidem com os de realização dos eventos. Apesar de não participar de dias de campo, o produtor ressalta que sempre que possível realiza cursos de maquinário.

Conforme o Org. Sul 1, a preferência dos cafeicultores é por eventos e cursos de curta duração. Os treinamentos, por demandarem uma carga maior de horas de dedicação, não recebem uma boa taxa de adesão por parte dos produtores. Existem treinamentos com até 40 horas de duração e que demandam uma participação ativa dos alunos. Além de aprenderem a teoria, eles precisam realizar a parte prática para receberem o certificado. Para o entrevistado, a justificativa para essa situação seria a preocupação em deixar a propriedade:

“[...] eles tem uma resistência maior a esse tipo de trabalho [treinamento] é porque ele tem que ficar fora da propriedade, não assim, um dia essa semana um dia semana que vem. Não, são 5 dias de treinamento, são 5 dias na semana de segunda a sexta, eles não estão acostumados com isso, não gostam.” (Org. Sul 1)

Ainda segundo o Org. Sul 1, para o pequeno produtor é complicado se afastar das atividades por dois motivos. O primeiro é que muitos não trabalham apenas com café, desenvolvendo também a suinocultura e a pecuária de leite. Dessa forma eles possuem atividades pela manhã e à tarde. O segundo motivo apontado é o fato do pequeno produtor trabalhar somente em conjunto com a família, o que o torna peça fundamental para o desenvolvimento das atividades:

“[...] ele acaba não indo porque normalmente o pequeno produtor, o produtor familiar, ele faz tudo, ele e a família. Ele é a mão de obra, ele é o gerente, ele é o presidente, ele que toma as decisões, ele que comercializa, ele que vai na cidade resolver problema, ele que faz tudo sozinho, então as vezes ele não tem tempo realmente [...] não é que ele não gosta, ele não tem tempo de participar de um trabalho desse de capacitação com um número maior de dias.” (Org. Sul 1)

Já o Org. Sul 2 destaca o papel das organizações de produtores como incentivadoras para a participação nesses eventos voltados para a parte educacional. De acordo com o entrevistado, o nível de engajamento dos cafeicultores com os cursos oferecidos pelo Senar varia de cidade para a cidade e está relacionado à presença de uma organização social que auxilie na promoção dessas atividades:

“[...] O que eu te falo com certeza é que os que estão mais com esse... participando dessas organizações sociais aí, por embrionárias que elas sejam [...] esses são mais participantes nesses cursos, entendeu? Eles são mais, então eles cobram, eles pedem, eles vão, se convocam, aí fora disso aí existe os cursos, eles participam, procuram, mas não é igual não.” (Org. Sul 2)

Diferente dos cafeicultores do Cerrado, que relataram ser motivados a comparecer nesses eventos para observar o que tem sido feito em outras propriedades, os produtores do Sul de Minas relacionaram a busca constante por aprendizado, as contínuas mudanças na cafeicultura, a oportunidade de conhecer as novidades e de trabalhar melhor em suas lavouras como os principais motivadores para a participação em feiras, dias de campos e treinamentos.

“[...] a cafeicultura é um aprendizado constante, então cada dia vem uma informação diferente, você tem sempre que está se atualizando, você tem que

estar acompanhando as novidades que acontecem em relação ao mercado e você tem que estar buscando fazer cursos para se aprimorar, então é um aprendizado constante você não pode parar [...]" (Prod. Sul 1)

Conforme os resultados, os produtores do Sul de Minas também demonstram interesse e reconhecem a importância de participar de eventos que possibilitem a aquisição de conhecimentos. No entanto, a participação é impossibilitada a alguns produtores que possuem uma diversificação nas atividades exercidas.

Nota-se também que os cafeicultores buscam o conhecimento para se manterem informados sobre as constantes mudanças no setor. Um bom exemplo foi dado pelo Prod. Sul 3, que lembrou sobre o processo de fermentação do café. Conforme o entrevistado, há alguns anos o processo de fermentação no pós-colheita era visto como algo que poderia estragar o café, e hoje em dia são realizados experimentos de fermentação controlada como forma de melhorar sua qualidade.

Em relação aos órgãos de assistência técnica, como a Emater e o Senar, os produtores reconhecem a importância deles, mas apresentam relatos distintos em relação aos dois órgãos. Em relação a Emater, o Prod. Sul 1 relatou que está satisfeito com os serviços prestados, enquanto o Prod. Sul 4 afirmou que ela presta um bom serviço, mas que ainda há pontos a melhorar. Já o Prod. Sul 3 declarou não possuir contato direto com a empresa de assistência pelo fato dela voltar suas atividades a pequenos produtores rurais, o que difere de seu perfil. Para a Prod. Sul 2 o serviço não é desenvolvido de forma adequada em sua localidade. Diante desse vazio da assistência técnica pública, os cafeicultores daquela cidade foram amparados por organizações privadas.

Já em relação ao Senar, os Prod. Sul 1, 2 e 4 relataram boas experiências com a organização. Conforme os produtores, eles são bem atendidos pelo órgão, os técnicos visitam regularmente suas lavouras, fazem as recomendações necessárias e tiram as dúvidas dos cafeicultores.

Percebe-se que no Sul de Minas, devido ao maior número de pequenos produtores e pela dependência deles pelos serviços prestados pela Emater, a empresa tem uma maior cobrança por parte dos cafeicultores. Infelizmente, conforme o Org. Sul 1, o número de técnicos extensionistas e de escritórios é pouco para atender todos os 37 mil cafeicultores presentes na região. Para sanar esses problemas, a organização utiliza de metodologias grupais para a difusão de tecnologias, como as palestras do Circuito Sul Mineiro de Cafeicultura e o Concurso de Qualidade Certifica Minas.

Diante das dificuldades enfrentadas pela Emater para atender os cafeicultores, a presença de outras organizações como o Senar, que promove cursos e presta assistência técnica e gerencial em algumas localidades, podem ajudar a suprir as necessidades dos pequenos produtores. Também é ressaltada a importância da presença de organizações sociais, como associações e cooperativas, para coordenar as demandas dos cafeicultores e providenciar serviços junto ao Senar.

Evidências de que o perfil educacional de determinada localidade pode ser relacionado à qualidade institucional vigente foram relatadas no trabalho de Nifo, Scalera e Vecchione (2017). Já o trabalho de Faruq e Taylor (2011) obteve como resultado que os benefícios proporcionados pela qualidade institucional gera um maior impacto em regiões que apresentam melhores ambientes institucionais.

Assim, a busca por mais educação é resultado de uma soma de fatores como o ambiente institucional presente em cada região estudada e, também, pela presença de organizações que possibilitem a geração e difusão de conhecimento.

Nota-se que tanto no Cerrado quanto no Sul de Minas há o interesse dos cafeicultores em se manterem informados sobre as novidades no setor, no entanto, no Cerrado os produtores relataram uma preocupação maior em observar o que tem sido desenvolvido em outras propriedades. Isso permite a eles tomarem decisões mais acertadas, baseadas na experiência prévia de outros cafeicultores.

Também é percebido que no Sul de Minas há uma dependência maior das organizações públicas para que o conhecimento chegue aos produtores, não sendo perceptível dependência semelhante no Cerrado, conforme as falas dos entrevistados. Como a região sul mineira é composta principalmente por pequenos cafeicultores, acredita-se que eles encontrem mais dificuldades para ter acesso a assistência técnica privada e acabem dependendo das assistências prestadas pelas cooperativas ou pelos órgãos públicos. O fato desses pequenos cafeicultores também não possuírem empregados para ajudarem nas tarefas é outro impeditivo apontado para uma melhor adesão deles nos eventos promovidos, visto que é necessária uma alta dedicação da parte deles para comandar suas lavouras.

A importância do nível educacional dos produtores e dos serviços de extensão foi discutido no estudo realizado por Alene e Manyong (2007). De acordo com os resultados, os serviços de extensão e a escolaridade influenciam a adoção de tecnologias por parte dos produtores que, conseqüentemente, melhoram a produtividade. Ambos os fatores são apontados pelos autores como importantes para uma mudança tecnológica na agricultura.

Já a pesquisa realizada por Manevska-Tasevska (2013) teve como objetivo analisar como o conhecimento dos agricultores proporciona maior eficiência técnica em suas propriedades. As fontes de conhecimento não formal, como seminários e aprendizagem baseada em competências, foram apontados pelo autor como fatores chave para o alcance da eficiência técnica.

Conforme observado, o conhecimento e a educação são importantes para a adoção de um maior nível tecnológico por parte dos produtores rurais. Na cafeicultura, as tecnologias são capazes de melhorar a produtividade e diminuir os custos de produção. A próxima seção apresenta a categoria inovações e tecnologia, com os relatos dos entrevistados sobre tais questões.

4.3.2 Inovações e Tecnologia

A relação entre o ambiente institucional e a adoção de inovações e tecnologias é amplamente discutida na literatura. As instituições são apontadas como fatores capazes de gerar, possibilitar e influenciar o desenvolvimento e a inserção de inovações tecnológicas pelas organizações (CONCEIÇÃO, 2002; FIANI, 2011; ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Nesse sentido, questões como a utilização de cultivares mais modernas, produção de café especial, realização de análises químicas e o perfil dos produtores em relação as novidades no setor foram utilizadas para verificar a existência de diferenças entre as regiões estudadas e, com isso, indicar possíveis divergências institucionais.

De acordo com os entrevistados, os cafeicultores do Cerrado possuem um maior interesse por inovações. Os produtores são retratados como interessados em novas tecnologias, abertos às novidades do setor, além de buscarem alternativas eficientes diante de problemas.

"[...] os produtores lá [no Cerrado] são muito interessados em novas tecnologias, em novos processos. Então eles sempre estão procurando, onde encontra eles vão perguntam alguma coisa, gostam, tem muito interesse."
(Org. Cerrado 2)

A Fundacer é apontada pela Org. Cerrado 2 como órgão importante para difundir a tecnologia na região. Isso se dá por meio da troca de informações, conhecimento e por meio de parcerias com organizações públicas de pesquisa, como a Epamig. As duas organizações são parceiras em um projeto que visa avaliar o comportamento de diversas cultivares na região e

determinar a melhor para o Cerrado. Para a execução do projeto foram selecionados cafeicultores interessados que tiveram que ceder uma área em suas propriedades para o experimento, plantar as mudas conforme orientação da Epamig e conduzir a área do experimento conforme o habitual. A adesão ao projeto foi relatada pela Prod. Cerrado 2:

"Eu tenho um campo experimental com 81 variedades. [...] a associação de cafeicultores aqui eles me pediram uma área e eu cedi a área e sou eu que cuido do café né, porque para eles é questão de avaliação, mas eu toco como se fosse um talhão de café normal meu." (Prod. Cerrado 2)

Conforme a Prod. Cerrado 2, dentre as 81 variedades do experimento conduzido em sua propriedade, há as cultivares Acaiá, Saracura, Arara, além de cultivares provenientes de outras localidades, levadas pelos próprios pesquisadores da Epamig.

Os demais produtores entrevistados também afirmaram possuir cultivares mais modernas em suas propriedades. O Prod. Cerrado 1 relatou possuir uma lavoura cultivada com o IAC 125, além de manter um experimento com outras cultivares do IAC. A Prod. Cerrado 4 possui lavoura com Catucaí e Catucaí 2SL. Já o Prod. Cerrado 3 afirmou possuir lavoura com a cultivar Catucaí e que, em 2017, plantou uma área com o IPR 100 e Arara para analisar o comportamento deles na propriedade.

Os cafeicultores relataram que as principais motivações para o cultivo das novas variedades é a busca por qualidade de bebida, maior resistência a pragas e doenças, procura por cultivares que não apresentem maturação tardia e que suportem as variações climáticas da região. O Prod. Cerrado 3 relatou que a escolha das suas cultivares foi feita com base nas informações trocadas com outros produtores.

Apesar de todos os produtores entrevistados possuírem cultivares desenvolvidas mais recentemente nas suas lavouras, essa não é uma realidade encontrada na região como um todo. A Org. Cerrado 1 relatou que ainda existe um pouco de insegurança por parte de alguns cafeicultores:

"[...] então essa adesão a novas cultivares, mesmo a pesquisa tendo mostrando, o pessoal tem um pouco de receio ainda, tá? A vezes eles plantam um pedaço, mas não é área grande, sabe? Tem um produtor que ele vai plantar uma área grande do IBC 12 [IAC 125 RN] [...] mas são poucos os produtores, a maioria vai mais na segurança do Catucaí 144." (Org. Cerrado 2)

A insegurança em plantar grandes áreas com cultivares novas e menos difundidas na região se dá pelo receio de não conseguir bons resultados. O café é uma planta perene e que demanda cuidados e investimentos durante alguns anos antes de alcançar sua máxima produtividade.

Todos os cafeicultores afirmaram produzir cafés especiais. De acordo com eles, o café especial é uma oportunidade de melhorar a remuneração. Para os Prod. Cerrado 3 e 4, produzir cafés especiais ajuda a dar visibilidade para a fazenda e chamar atenção de compradores dispostos a pagar pelo seu café. Já a Prod. Cerrado 2 relatou outro benefício proporcionado pela produção de cafés especiais:

"[...] na medida que você aprende a fazer cafés especiais você começa a cuidar melhor dos seus lotes grandes também, você começa a desenvolver observação a respeito, né? E você consegue, por exemplo, fazer lotes de 200, 300, 400 sacos com uma bebida muito melhor do que se fosse do jeito que você fazia 10 anos atrás." (Prod. Cerrado 2)

Em relação às tecnologias de adubação, pulverização e mecanização, a Org. Cerrado 1 afirmou que há uma boa adesão por parte dos cafeicultores. Sobre as análises químicas, a Prod. Cerrado 2 afirmou possuir um agrônomo específico para cuidar dessa parte. Conforme a Org. Cerrado 1, ainda há um percentual pequeno de produtores que insistem em não realizar as análises de solo e foliar, porém, conforme a entrevistada, eles acabam saindo da atividade ou tocam suas propriedades com dificuldade.

O Cerrado é uma região em que a mecanização de todo o processo produtivo é viável graças a sua topografia e suas terras pouco acidentadas (ORTEGA; JESUS, 2011b). A facilidade é ressaltada pela Prod. Cerrado 4, que afirma que não se trata de um processo complicado e que basta o cafeicultor se empenhar. No entanto, a própria produtora relata a resistência de alguns cafeicultores do seu município. Para ela, as motivações para essa postura mais resistente em relação ao emprego de maquinário nas propriedades se dão pela falta de conhecimento sobre os benefícios que ele proporciona, tanto na agilidade de realização de um serviço quanto na redução dos custos.

Outra inovação percebida na região é em relação a comercialização do café. A Prod. Cerrado 2 relatou que diante dos novos hábitos de consumo do café, a cooperativa na qual ela

participa iniciou um processo de venda de cafés especiais via *e-commerce*, com a possibilidade de venda em menor volume, de forma a atender pequenas torrefadoras e baristas:

“E o que que a gente tem criado realmente [são] diferenciais [...] nossa cooperativa aqui criou agora e-commerce para vender cafés especiais porque o que que a gente percebeu é que quando a gente vai nesses eventos de café, baristas e os pequenos torrefadores têm dificuldade de comprar produtos de alta qualidade e de volume pequeno. Então o que que a gente fez? Criou um e-commerce e você pode comprar 1kg de café verde ou 10 kg ou 1 saco ou 3 sacos ou 10 sacos. Um armazém normal acha que ter uma trabalhadeira para vender 10 kg de café não vale a pena.” (Prod. Cerrado 2)

Ainda segundo a Prod. Cerrado 2, a cooperativa solicita aos cafeicultores que produzem cafés muito finos que disponibilizem 1 ou 2 sacas para serem vendidas via *e-commerce*. Ao receber o café, o comprador conhece a história do produtor daqueles grãos, recebe uma foto da fazenda, uma foto do produtor e informações sobre como o café foi produzido. Conforme a cafeicultura, além do produto é vendida também uma história.

Nota-se que a estratégia da cooperativa está de acordo com as demandas atuais dos consumidores. Com as mudanças nos padrões de consumo da bebida, a origem dos grãos começa a ser considerada, visto que as questões geográficas, climáticas, a colheita e o processamento interferem na qualidade do produto (SILVA; GUIMARÃES, 2012). Nesse sentido, a história do café e do produtor começa a ser valorizada e desperta o interesse dos consumidores que possuem um apreço maior pela bebida.

No Sul de Minas, o nível de tecnologia empregado é considerado alto, mesmo diante de um sistema de manejo realizado, em sua maioria, de forma semimecanizada, assim como a predominância da colheita manual (BLISKA et al., 2009). Na região, há a adoção de mecanização em áreas planas e uma baixa utilização de maquinário em áreas montanhosas (ALMEIDA et al., 2016). Conforme Rufino, Silveira e Ribeiro Júnior (2010), o Sul de Minas possui um relevo acidentado, sendo algumas áreas denominadas como região de montanha. Devido a topografia na localidade, torna-se difícil desenvolver uma agricultura mais mecanizada.

O Prod. Sul 3 relatou que 90% de sua fazenda é mecanizada, mesmo se situando em uma área bem alta. Conforme o cafeicultor, ao procurar fazendas para comprar e iniciar a

atividade, buscou-se sempre áreas mecanizáveis. Ou seja, houve um planejamento que permitiu, posteriormente, a utilização de maquinário.

Mesmo tendo em mente que a mecanização não é possível em todas as áreas, há relatos de que muitas vezes ela não é feita por falta de acessibilidade, e sim pela própria postura do produtor.

"[...] ainda tem alguns produtores, os que são mais tradicionais, ainda tem mais resistência em relação a stand, ou seja, espaçamento mais adequado para lavouras mecanizadas. Tem uns que falam que não vão mecanizar porque a mecanização estraga a lavoura, a lavoura vai produzir menos, vai durar menos, então a gente ainda tem algumas resistências por parte dos produtores. Mas com o tempo isso aí vai mudando, a gente percebe que tudo isso o produtor vai ter que se adequar ou ele vai ficar fora do mercado, ele vai deixar de ser produtor daqui uns dias e eles estão também percebendo isso." (Org. Sul 1)

Outro problema que atrapalha a mecanização, apontado pelo Org. Sul 1, é o valor do maquinário. De acordo com o entrevistado muitas máquinas são inacessíveis aos pequenos produtores, principalmente por possuírem um valor elevado de investimento, incompatível com os ganhos obtidos anualmente.

Nota-se que para alguns produtores a mecanização é algo que pode gerar malefícios para sua lavoura. No entanto, com o aumento das exigências na atividade e diante da constante busca por redução de custos, a utilização de máquinas agrícolas se mostra como alternativa viável para aprimorar o sistema produtivo e, também, diminuir o uso de mão de obra. No entanto, o processo de mecanização pode ser inacessível aos pequenos produtores que não possuem capital suficiente para realizarem esse tipo de investimento.

O Org. Sul 3 ressalta que nem sempre a adoção de tecnologia precisa ser algo grandioso, como as máquinas, e que há pequenas coisas na linha tecnológica que podem ser feitas e que melhoram a condução da atividade.

Uma tecnologia acessível que pode ser citada são as cultivares. O Prod. Sul 1 declarou que possui as cultivares Catuaí Vermelho e Amarelo, além do Mundo Novo, em sua propriedade. De acordo com o cafeicultor, a escolha dessas cultivares se deu pela facilidade de trabalhar com elas. Sendo o Catuaí plantado com o objetivo de produzir cafés especiais.

O Prod. Sul 3 possui lavouras com Acaiá e Bourbon Amarelo. O produtor declarou que apesar do Bourbon Amarelo ser uma cultivar antiga, ela foi adotada na propriedade por conta da sua capacidade de produzir cafés especiais. Já o Acaiá é uma cultivar mais moderna, com uma produtividade mais elevada. Conforme o cafeicultor, o plantio das duas cultivares se deu pela busca da qualidade proporcionada pelo Bourbon Amarelo e pela produtividade do Acaiá. Porém, o Bourbon tem se mostrado mais produtivo em sua propriedade, além de proporcionar uma boa bebida.

O Prod. Sul 4 possui Catuaí Vermelho e Acaiá, ou seja, uma variedade mais antiga e outra mais nova. Em entrevista, o cafeicultor também citou o plantio de mais 3 mil pés de café em sua propriedade. Essas novas mudas são do Catuaí 2SL, cultivar mais moderna. O Prod. Sul 4 relatou que escolheu ela após pesquisa realizada na internet e troca de informações com o Senar.

Mesmo com o relato de pequenos produtores, como o Prod. Sul 4, que resolveram investir em cultivares mais modernas, nota-se que ainda existe muita resistência:

“[...] ainda há muita resistência nessa questão de tecnologia, por exemplo, variedades resistentes e tolerantes à ferrugem, ó, é difícil de mudar a cabeça do povo. Tem um tal de Catuaí Vermelho 144 aí que os caras plantam isso todo ano, sendo que existe cultivares mais moderna, mais produtivas, tolerantes à algumas doenças [...] os técnicos nossos de campo que fazem assistência técnica tem pedido para que eles adotem outras variedades, mas tem muita resistência nesse aspecto, tem muita resistência [...]” (Org. Sul 2)

Para os Org. Sul 1 e 2 essa postura pode ser relacionada com a insegurança de se trabalhar com o novo. Conforme o Org. Sul 2, os produtores preferem não arriscar e acabam, com isso, plantando cultivares conhecidas e consideradas como produtivas. Já o Org. Sul 2 ressalta que quando o produtor decide arriscar ele o faz de maneira contida:

“[...] pessoal planta muito pouquinho, muito pouquinho [de cultivares modernas] porque tem medo de arriscar e é uma lavoura cara, é uma lavoura perene que vai durar 20 anos. Como é que cê vai ficar 20 anos com uma lavoura que não produz direito? Com cultivar que não é adequado pra sua propriedade ou seu padrão de tecnologia que você conhece fazer? [...]” (Org. Sul 2)

Percebe-se que existe o receio de realizar um alto investimento sem a garantia de retorno, diante disso os produtores sul mineiros preferem trabalhar com cultivares tradicionais, que eles conhecem e sabem que produzirão um volume considerado como bom.

Em relação aos cafés especiais, os Prod. Sul 1, 2 e 3 afirmaram trabalhar com eles em suas fazendas. Já o Prod. Sul 4 declarou que ainda não trabalha, porém, possui planos de seguir na linha de cafés especiais. A questão econômica é apontada pelos produtores como a principal motivação ao trabalho com café especial. Para a Prod. Sul 2 a possibilidade de agregar valor ao café é importante para garantir uma melhor remuneração ao pequeno produtor. O Prod. Sul 1 ressalta que ao trabalhar com qualidade há um aumento também na mão de obra. Isso reflete no custo final de produção. No entanto, o produtor garantiu que consegue uma remuneração melhor na comercialização, o que compensaria o maior custo de produção.

Para o Org. Sul 1, a produção de café especial é tanto uma exigência do mercado quanto uma possibilidade de agregar valor ao produto e comercializar em outros canais de venda, não só por meio das cooperativas. De acordo com o entrevistado, os produtores de cafés especiais buscam um maior valor agregado e com isso trabalham diretamente com empresas especializadas na venda desses cafés.

Sobre as análises de solo e foliar, o Org. Sul 2 ressalta que há ainda muita resistência dos cafeicultores para fazê-las. Conforme relato, em algumas localidades os assistentes técnicos tiveram que convencer os produtores da necessidade de realizar essas análises para que seja feita uma recomendação nutricional correta.

A aplicação de adubo sem o conhecimento do atual estado nutricional da planta pode acarretar em um desequilíbrio no cafeeiro, o que afeta a produtividade. Outro fator do uso excessivo de fertilizantes é o alto custo que eles geram, sendo que, muitas vezes, é aplicada uma dosagem superior ao necessário. Nesse sentido, a utilização das análises foliares e de solo auxilia o produtor a cuidar melhor da sua lavoura, além de, em alguns casos, promover a redução de custos.

Outra tecnologia recentemente empregada pelos produtores sul mineiros é o esqueletamento⁷, um tipo de poda recomendada para o cafeeiro.

"[...] uma questão dentro da tecnologia de produção é podas de café. Poda o pessoal não gostava de fazer, poda, hoje o pessoal já faz esqueletamento.

⁷ O esqueletamento é um tipo de poda no cafeeiro que elimina boa parte dos ramos laterais. Considerada como drástica, essa poda reduz grande parte das raízes que se recuperam à medida que a brotação da parte área se intensifica. A estimativa de recuperação do cafeeiro após esse procedimento é de um ano (QUEIROZ-VOLTAN et al., 2006).

Esqueletamento é uma poda, é um sistema de poda, que se for comparado as podas anteriores de 20, 30, 40 anos atrás é uma poda bastante drástica é uma poda que [...] costuma matar 85%, 87% das raízes, depois ela recupera, a planta recupera. Mas a gente vê hoje que até os pequenos produtores, aqueles que tinham muita resistência já estão fazendo o esqueletamento porque percebem que tem benefícios pra eles enquanto produtores e pra plantas também como forma de recuperar a lavoura, fazer elas produzir ramos novos, baratear o custo de produção, não colocar café muito caro no mercado [...]."
(Org. Sul 1)

Conforme o Org. Sul essa poda consiste em uma tecnologia que não era bem vista pelos cafeicultores, principalmente por aqueles mais conservadores. Atualmente, até mesmo os produtores com perfil mais tradicional perceberam os benefícios proporcionados pelo esqueletamento e adotaram a técnica em suas lavouras.

No Sul de Minas há uma diversidade de pensamentos em relação a adoção de tecnologias. Há cafeicultores mais abertos às inovações e conscientes das melhorias proporcionadas por elas e há, também, produtores que seguem os modelos antigos de produção e manejo, seguindo as orientações repassadas de pai para filho.

"Tem alguns que ainda são dessa forma, não são muitos, mas são muitos que falam assim ó 'meu avô era cafeicultor, meu pai era cafeicultor, eu sou cafeicultor, a gente sempre fez assim, sempre deu certo, nós vamos continuar fazendo dessa forma' [...]." (Org. Sul 1)

Conforme o Org. Sul 2, a maior resistência é encontrada na camada que compreende os pequenos produtores. Conforme o entrevistado, o pequeno produtor geralmente faz pouco uso de tecnologia, pouco uso de cultivares mais modernas e consideradas como mais resistentes e produtivas, não realiza análise de solo e foliar e, com isso, acaba utilizando o adubo conforme orientação do vendedor sem saber realmente quais as necessidades nutricionais da planta.

Apesar desse ser visto como um perfil bastante presente entre os pequenos produtores, o Org. Sul 2 afirma que muitos deles já perceberam a necessidade de adotarem novas técnicas para se manterem na atividade. Porém, trata-se de um processo difícil, que depende muito da troca de informação entre os cafeicultores e os técnicos.

Entre os médios e grandes produtores, o Org. Sul 2 afirma que a assimilação de tecnologias é maior, sendo que os grandes possuem um perfil mais aberto à tecnologia, são mais

tecnificados, além de realizarem uma gestão mais empresarial de suas propriedades. Entre os médios, o entrevistado afirma que há uma assimilação melhor das inovações no setor e o emprego de tecnologias nas fazendas, mesmo que em níveis menores que na comparação com os grandes cafeicultores.

Conforme as informações coletadas nas entrevistas, o Cerrado realmente possui cafeicultores abertos às inovações tecnológicas, no entanto isso não ocorre em sua totalidade. Apesar de grande parte buscar constantemente a introdução de tecnologias em suas propriedades, há um pequeno percentual que se mostra resistente à adoção de novas cultivares e mecanização.

Já no Sul de Minas nota-se que o nível de adoção de tecnologia ocorre de maneira distinta entre os cafeicultores conforme sua classificação em pequeno, médio ou grande produtor. Entre os grandes e médios a assimilação e emprego da tecnologia é maior. Já entre os pequenos é verificada uma maior resistência tanto à mecanização quanto a adoção de novas cultivares.

No caso da mecanização, há produtores que acreditam que esse processo pode prejudicar suas lavouras. Deve-se salientar que também existem produtores que, devido a renda, não possuem capacidade de realizarem investimentos altos na aquisição de maquinários. Já em relação a cultivares, os produtores costumam trabalhar com aquelas que lhes transmitem maior segurança e garantia de retorno, visto que a lavoura demanda altos investimentos.

Também foi verificado entre os pequenos produtores sul mineiros uma resistência em aderir a tecnologias como a análise foliar e a análise de solo. Grande parte segue as recomendações dos vendedores e/ou o sistema de manejo transmitido há gerações pelos avôs e pais presentes na atividade. Como a região é composta majoritariamente por pequenos produtores, é possível inferir, a partir das informações coletadas nas entrevistas, que ela realmente apresenta um menor nível tecnológico se comparada ao Cerrado Mineiro.

4.3.3 Confiança e Cooperação

O papel da confiança e da cooperação é apontado como um dos principais condicionantes para o desenvolvimento (FIANI, 2011), troca de conhecimentos e inovações (PIKE et al., 2015) e a criação de laços estreitos entre os indivíduos (RUS; IGLIČ, 2005). A confiança e cooperação são resultados de um ambiente institucional propício para o seu desenvolvimento.

De acordo com Fiani (2011), um ambiente de cooperação é construído a partir do relacionamento dos indivíduos. Esse relacionamento é moderado pelo ambiente institucional vigente e suas instituições, como normas, leis e convenções. Conforme Pike et al. (2015), as instituições informais, como as atitudes, os costumes, as tradições e valores, são capazes de promover maiores níveis de confiança entre os atores locais, o que resulta no compartilhamento de conhecimentos e inovações.

Acemoglu (2008) argumenta que a cultura, uma instituição informal, é capaz de afetar o grau de cooperação entre os indivíduos. Conforme o autor, cooperação e confiança constituem bases importantes para que as atividades produtivas ocorram. Segundo García-Ramos, Gonzalez-Alvarez e Nieto (2017), as relações sociais proporcionam benefícios para todos os indivíduos de uma região. Em localidades com alto nível de capital social, a consolidação de valores compartilhados e o fortalecimento de normas de confiança, a reciprocidade e a cooperação ocorrem de maneira facilitada. Nesses ambientes, as informações disponíveis são de maior qualidade e compartilhadas rapidamente, o que reduz o comportamento oportunista e reduz a incerteza.

Conforme observado, ambientes de confiança e cooperação proporcionam benefícios aos atores presentes, como um melhor compartilhamento das informações, a adoção de inovações, além do desenvolvimento regional. Nesse sentido, entender a forma como os atores se relacionam pode proporcionar indícios das instituições vigentes e que permeiam suas relações.

De uma maneira geral, o relacionamento entre os produtores do Cerrado foi apontado como bom pelos entrevistados. Conforme os cafeicultores, é comum a troca de experiências entre eles, por meio de conversas em eventos, via grupos de WhatsApp, telefone e e-mail, além das visitas a outras propriedades. Conforme a Prod. Cerrado 2, essa união entre os produtores é resultado de um relacionamento desenvolvido há décadas, quando a cafeicultura iniciou na região e os produtores possuíam muitas dificuldades para se estabelecerem na atividade:

"Olha, a gente tem uma característica muito diferente, vamos colocar assim, no Cerrado nós somos todos estrangeiros. Nessa região aqui não tem cafeicultor mineiro, que nasceu em Minas, assim, vamos dizer, 70% é paranaense e 30% paulista. Acaba que tem, assim, um senso muito de união exatamente porque quando chegaram aqui um dependia do outro, né? Isso na década... no final da década de 70, 80, a década toda, foi assim a grande

migração [...] de uma maneira geral nós somos muito bem... nos relacionamos muito bem." (Prod. Cerrado 2)

Para a Org. Cerrado 2 esse perfil dos cafeicultores é o que permite o diferencial que a região possui. Conforme a entrevistada, os produtores são muito unidos e trabalham para que a região cresça e seja cada vez mais valorizada por meio da Denominação de Origem:

"[...] então, eles são muito unidos, são muito unidos para fazer a região crescer, eles não pensam neles, 'na minha, só na minha fazenda' [...] eles trabalham em conjunto, todos para fazer a região do Cerrado crescer. Eles pensam muito na DO lá na região, não só para café, para tudo, para agricultura no geral, claro que o café é o carro chefe, mas eles querem ver a região do Cerrado crescer. Eles têm muito orgulho de estar na região do Cerrado [...] todo mundo se une pela região, é muito bom de trabalhar lá por causa disso." (Org. Cerrado 2)

Apesar dos relatos de bom relacionamento, o Prod. Cerrado 1 aponta que existem alguns produtores que não compartilham suas experiências, assim como há aqueles que não procuram ajuda em momentos de dificuldades:

"Existe produtor produzindo muito bem e não se abre, tem produtor que está produzindo pouco e não procura informação." (Prod. Cerrado 1)

Ainda segundo o Prod. Cerrado 1, a relação entre os produtores é determinante para a troca de informações. Conforme ele, as informações fluem melhor entre aqueles que possuem relações mais longas, apesar da maioria tomar muito cuidado com aquilo que é repassado.

De acordo com os outros entrevistados, Prod. Cerrado 2, 3 e 4, as informações entre os produtores são trocadas constantemente. A Prod. Cerrado 2 contou que isso é algo normal na região, sendo comum os cafeicultores visitarem as propriedades uns dos outros para observar como a lavoura tem sido conduzida. Para a Prod. Cerrado 4, o compartilhamento das experiências entre os cafeicultores é algo muito importante. Conforme a cafeicultora, saber que um vizinho conseguiu ganhar um concurso, por exemplo, motiva os demais a se informarem e tentarem alcançar esse mesmo resultado.

Para os produtores do Sul de Minas, de uma maneira geral, também existe um relacionamento bom entre eles, que permite a troca de conhecimentos. Para a Prod. Sul 2, essa é uma realidade recente:

"Antigamente, até uns 6 anos atrás, mais ou menos, era muito individualismo, era muito individual assim, a impressão que dava é que um não se falava porque tinha medo 'ah porque se eu fizer o outro vai querer fazer e vai querer ganhar mais do que eu'. Hoje, já não, tá mudando, tá se mudando isso, já tem se procurado viver mais no sistema de cooperativismo mesmo. Porque hoje já está conseguindo ter essa visão de que sozinho não vai chegar a lugar nenhum [...] tá chegando a essa conclusão que se for sozinho não vai conseguir, então já tem assim, hoje em dia a gente troca muita informação, temos um grupo no WhatsApp dos agricultores aqui no qual qualquer dúvida que tem joga lá, liga-se um para o outro e se discute [...]." (Prod. Sul 2)

Para o Prod. Sul 3, existem dois perfis diferentes que interferem no tipo de relacionamento existente na região. Conforme o entrevistado, em sua opinião há os produtores mais antigos, com uma longa tradição na atividade e que apresentam um perfil mais fechado. E tem os produtores mais jovens, que possuem um melhor relacionamento com os demais cafeicultores:

"[...] simplificando, eu diria que tem dois grupos. Tem um grupo de produtores mais antigos [...] pessoas que tem uma tradição longa na cafeicultura, essas pessoas são mais fechadas pelo que eu tenho percebido, são mais fechadas a troca de informações, como se elas achassem que elas já sabem tudo não tem o que aprender ou trocar, eventualmente querem ensinar alguma coisa, mas poucos tem a humildade de entender que podem aprender alguma coisa com os outros né. Mas tem um grupo de cafeicultores mais jovens e aí alguns jovens de idade outros jovens na atividade [...] que aí normalmente tem mais interesse nessa troca de informações nesse contato, né?" (Prod. Sul 3)

O Prod. Sul 4 também compartilha da mesma opinião que o Prod. Sul 3 sobre a diferença de relacionamento com os produtores mais velhos e mais jovens. Para ele, os cafeicultores mais

antigos possuem um perfil mais fechado e são mais desconfiados. E com a entrada dos mais jovens na atividade os relacionamentos tem melhorado.

Em relação a essa individualidade entre os produtores, o Prod. Sul 1 acredita que é necessária uma união entre todos para o fortalecimento deles na atividade. Conforme o entrevistado, o trabalho em conjunto permite que o cafeicultor consiga melhores resultados. Apesar da região possuir alguns produtores mais fechados, não é observado um clima de rivalidade entre eles:

"[...] eu não vejo um clima de competição entre os produtores, nem um clima de esconder informações, nunca percebi isso, acho que a gente sabe que a gente não é, nós não somos competidores uns dos outros né." (Prod. Sul 3)

Todos os produtores relataram que em suas comunidades há um grande compartilhamento de informações e até mesmo produtos. A Prod. Sul 2 relatou que além da troca de experiências, muitas vezes ao tomar conhecimento que um cafeicultor não teve condições de comprar um determinado produto, os demais compartilham o insumo com ele. Para ele existe uma grande parceria entre os cafeicultores da sua comunidade.

Conforme o Prod. Sul 4, as informações trocadas são referentes a melhor forma de manejo, os locais em que os cafés foram vendidos e em qual o cafeicultor obteve um preço melhor. O Prod. Sul 3 completa que as informações são compartilhadas informalmente. Não há um meio sistematizado para essa troca. Segundo ele, quando algum produtor pretende adquirir uma máquina, ele se aproxima informalmente daqueles que já utilizaram aquele tipo de máquina e coleta as informações que precisa para a sua tomada de decisão. Isso também ocorre em relação aos produtos utilizados na lavoura.

O Org. Sul 1 também relatou que os cafeicultores costumam conversar muito sobre a atividade e que isso ocorre tanto em ocasiões formais, como em eventos sobre café, quanto em informais, como na porta das cooperativas ou, até mesmo, em festas de aniversário de seus filhos. Ainda segundo o Org. Sul, 1 os cafeicultores da região se mostram muito interessados em saber o que os outros produtores estão fazendo em suas propriedades:

"Eles têm um ótimo entrosamento, alguns menos, alguns mais, mas a gente vê que eles ficam de olho 'ó fulano tá fazendo aquilo lá, o que será aquilo? será que vai dar certo?' e vai acompanhando mesmo que seja de longe ele

fica acompanhando, encontra as vezes com o empregado de outro produtor e [...] vai na fazenda dele mas pergunta [...] 'como cês tão fazendo? o que cês colocaram? porque que mudou? Porque vocês fizeram a poda daquele jeito?' então eles perguntam muito, eles conversam muito." (Org. Sul 1)

A forma como se dá o relacionamento dos indivíduos, bem como ocorre o compartilhamento de informações, é resultado do ambiente institucional vigente, sendo ele responsável por criar as relações de confiança e cooperação. Percebe-se que tanto no Cerrado quanto no Sul de Minas os cafeicultores mantêm um bom relacionamento e trocam experiências entre eles. Nota-se no Cerrado que há vários meios de comunicação, o que agiliza na difusão de informações. Também é observado que na região a confiança e cooperação entre os cafeicultores é vista como um ponto forte, visto que esse trabalho em conjunto fortalece a Denominação de Origem.

Já no Sul de Minas os cafeicultores trocam muitas informações, porém é percebido que isso é mais comum entre os produtores mais jovens, sendo os mais antigos na atividade retratados como mais fechados. Segundo um dos entrevistados, a busca por mais cooperação é algo recente, sendo impulsionada a partir da visão que o compartilhamento é um dos melhores meios para conseguir ir mais longe.

Os resultados demonstram que no Cerrado as bases para o bom relacionamento tenham sido construídas no início da atividade, quando os produtores, provenientes de outros estados, chegaram a uma região sem tradição. A construção do conhecimento com órgãos de pesquisa e, também, com os demais produtores presentes na localidade foi importante para que a cafeicultura atingisse o nível atual. O bom relacionamento também foi importante para a criação da Federação dos Cafeicultores, a busca da Indicação de Procedência e, posteriormente, a Denominação de Origem, que representam ações que beneficiam o coletivo.

No Sul de Minas, como se trata de uma atividade secular, infere-se que os cafeicultores mais antigos ainda se relacionam conforme os modelos tradicionalistas que preconizam mais ações individualizadas. No entanto, as contínuas mudanças no mercado de café, proporcionadas principalmente pelas novas demandas por qualidade, sustentabilidade e comércio justo, impulsionam o estabelecimento de relações de confiança e associativismo. Tais relações permitem aos produtores tanto a troca de experiências e informações, como o compartilhamento de materiais, serviços e o estabelecimento de melhores canais de compra e venda.

4.3.4 Modelo Cooperativista

Uma das categorias que emergiu durante a análise de conteúdo foi sobre o modelo cooperativista existente em cada localidade. A cooperativa consiste em uma associação autônoma de pessoas unidas, de forma voluntária, com o objetivo de atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais. Isso é feito por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada (INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE - ICA, 2018). Nesse sentido, entende-se que a cooperativa consiste em um espaço de compartilhamento entre os produtores, seja ele material, como máquinas e produtos, seja ele imaterial, como informações e objetivos. Podendo, portanto, apresentar diferenças conforme o perfil de seus participantes.

Dos produtores do Cerrado entrevistados, somente a Prod. Cerrado 4 afirmou não fazer parte de cooperativa, mas pretende tornar-se cooperada em breve, pois para ela os cafeicultores são muito beneficiados por esse tipo de organização.

A visão geral dos entrevistados é que as cooperativas desempenham um bom papel na região. Conforme os Prod. Cerrado 2 e 3, as cooperativas em que eles participam não comercializam insumos, não compram café e não recebem os grãos como parte do pagamento dos serviços prestados.

"[...] a nossa cooperativa é bem diferente do modelo de cooperativa do Sul de Minas. Nós não vendemos defensivos, nós não recebemos pagamento em café, na verdade a nossa cooperativa... ela existe para o produtor e presta serviço para o produtor [...]" (Prod. Cerrado 2)

"[...] lá nós temos um cara que cuida de insumo para descobrir onde tem o mais barato [ele] trata com os cooperados 'você quer?', 'eu vou comprar pra você, tá', 'aqui, se você não quer então não vamos comprar'. Então nós temos um diferencial de preço, mas independente a cooperativa não compra [os insumos], ela simplesmente tem um cara lá dentro para cuidar disso [...]" (Prod. Cerrado 3)

A diferença na forma como as cooperativas trabalham também é apontada pelo entrevistado Coop. Cerrado/Sul:

"Por exemplo, conheça [a cooperativa do Cerrado] tá, e venha em uma cooperativa do Sul de Minas, [...] você vai ver a diferença, vai ser nítida a diferença. Se você conversar com o gerente de uma e o gerente de outra você também vai notar uma diferença nítida no que acontece. [...] o Cerrado, ele foi feito por migrante que já tinham uma bagagem negativa com a cafeicultura, por exemplo os paranaenses tiveram um problema sério na década de 70 com a cafeicultura. Tudo o que eles fizeram de errado [anteriormente] eles quiseram fazer da forma correta, né? Mudaram a mentalidade [...]" (Coop. Cerrado/Sul)

O Coop. Cerrado/Sul, que trabalhou em uma das cooperativas do Cerrado, reafirma que nela não existe a comercialização de insumos e que seu negócio é café "[...] ela é focada no café, tá [...]".

Deve-se ressaltar que essa realidade não se aplica a todas as organizações. Uma pesquisa rápida nos portais das cooperativas filiadas à Federação dos Cafeicultores do Cerrado mostrou que algumas delas possuem a comercialização de insumos em seu portfólio de serviços.

Outro ponto que deve ser ressaltado é a opinião divergente dos outros entrevistados em relação às cooperativas. Para o Prod. Cerrado 1 há a necessidade da cooperativa se aproximar mais do cafeicultor:

"Cooperativa precisaria apoiar o produtor. Da forma que ele precisar. É impossível a cooperativa atender cada cooperado personalizado, mas precisava do entendimento do que acontece na região." (Prod. Cerrado 1)

A Prod. Cerrado 4 relatou um clima de desconfiança em relação a classificação do café feita pela cooperativa:

"Vou ser muito sincera com você, eu não confio [nos compradores] portanto eu fiz o curso de classificação [...] eu fiz por tanto que eu não confiava na classificação das cooperativas." (Prod. Cerrado 4)

Ainda segundo a Prod. Cerrado 4, após a realização do curso de classificação e a obtenção dos conhecimentos necessários para classificar seu café e de sua família, a produtora percebeu divergências nas avaliações recebidas. Para a Org. do Cerrado 1, tanto as cooperativas

quanto as associações necessitam de uma melhor gestão, apesar dessas organizações, juntamente com a Federação constituírem um dos pontos fortes da região:

"[...] a gente vê a necessidade geral de uma melhor gestão nas cooperativas também tá, [a gente] vê que necessita ter uma melhora na gestão tanto das associações como nas cooperativas [...]" (Org. Cerrado 1)

"[...] [pontos fortes do Cerrado] é as associações que eu falei, cooperativas, apesar que tem que ser melhorada na parte de gestão, eu considero que é um ponto forte também porque nós temos a Federação dos cafeicultores aqui que briga pela imagem da cafeicultura do Cerrado, que eu também acho que é um ponto forte [...]" (Org. Cerrado 1)

A Federação é responsável pelo controle da origem e da qualidade dos grãos, pela representação dos produtores e por ações de *marketing* para a promoção dos cafés (ALMEIDA et al., 2016).

Para o Prod. Cerrado 3, a Federação foi constituída para organizar a atividade na região e melhorar a venda dos cafés para os produtores. Segundo a Org. Cerrado 1, a Federação trabalha muito bem a imagem do café do Cerrado, tanto a nível nacional quanto internacional, o que é um ponto positivo para o cafeicultor. Porém, a entrevistada ressalta que a organização precisa se aproximar mais dos cafeicultores familiares:

"Olha a Federação, ela trabalha muito na imagem do Café do Cerrado, sabe. Então essa parte, ela tem trabalhado muito com a imagem do café lá para fora, no Brasil, na Europa. Essa parte é bom, da imagem, certo? Embora eu, na minha opinião, eu acho que eles precisam olhar mais para agricultura familiar [...]" (Org. Cerrado 1)

Para a Org. Cerrado 2, as ações da Federação acabam atingindo a todos os cafeicultores, mesmo que de certa forma beneficie mais os grandes produtores:

"Eu acho que a cafeicultura no geral ganha com as ações da federação. É claro que atinge mais os grandes né, a gente sabe disso. Mas é para a cafeicultura, então, assim, vai muito do interesse também, né [...] mas atinge

todo mundo no geral, é para o bem da cafeicultura do Cerrado." (Org. Cerrado 2)

Independentemente dos principais beneficiados das ações da Federação, é observado que as ações da organização são capazes de inspirar os cafeicultores para trabalharem melhor suas lavouras. A Prod. Cerrado 4, que possui sua propriedade em uma cidade onde a Federação ainda não atua, afirmou que acredita que a chegada dela vai promover um maior entrosamento entre os produtores e proporcionar a eles a oportunidade de produzirem cafés melhores, além de participarem do concurso de qualidade. Para ela, os concursos são importantes para que o cafeicultor seja reconhecido e valorizado.

A partir das informações coletadas, percebe-se que no Cerrado há tanto cooperativas que trabalham nos moldes conhecidos pelos produtores do Sul de Minas, com a comercialização de insumos e há aquelas organizações que não oferecem esses serviços aos seus cooperados, dando a eles a opção de realizar cotações e comprar de fornecedores que possuam melhores preços. Observa-se que há uma satisfação dos cafeicultores em relação a essas cooperativas, o que se percebe, por exemplo, nas falas dos Prod. Cerrado 2 e 3:

"É, é uma cooperativa de produtores na melhor acepção da palavra e dentro da nossa visão, da nossa missão, é trabalhar para o produtor, nunca para exportadores, exportador é nosso cliente." (Prod. Cerrado 2)

"[...] ela é nossa [a cooperativa] né, ela tá ali pra trabalhar para nós." (Prod. Cerrado 3)

A Federação também tem o seu papel reconhecido na região, sendo considerada como peça importante para a valorização dos cafés produzidos ali com ações de *marketing* e controle da Denominação de Origem. Nota-se, no entanto, que mesmo em escala menor, a região possui alguns problemas pontuais, como a necessidades de as cooperativas atenderem melhor os cafeicultores e se aproximarem dos pequenos produtores, conforme apontado pelos entrevistados.

Assim como no Cerrado, no Sul de Minas as cooperativas também são apontadas como importantes para a atividade cafeeira. Segundo Andrade (1994), a cafeicultura desenvolvida na região se apoia em uma parceria sólida com essas organizações. No entanto, conforme o autor, a transformação das cooperativas em grandes empresas afasta elas dos seus propósitos originais.

A insatisfação com o atual modelo cooperativista existente no Sul de Minas é apontada pelo Prod. Sul 1, que participa de duas cooperativas:

"[...] as cooperativas hoje também estão deixando muito a desejar. As cooperativas, elas falam que não tem fins lucrativos, mas isso aí a gente sabe que é conversa mole, porque ela tem a mesma visão lucrativa das empresas particulares, os associados mesmo não têm muitas vantagens não, tanto faz se você vender particular ou na cooperativa, é a mesma coisa." (Prod. Sul 1)

Uma cooperativa possui vários proprietários que financiam suas operações comerciais e exercem controle de acordo com os seus interesses. Os membros são, de forma simultânea, proprietários (financiam a organização), diretores (exercem papel de liderança e controle da cooperativa), clientes (vendem, compram e trabalham) e beneficiários (recebem o excedente) (NILSSON, 1996). Dada a complexidade do sistema corporativista e os múltiplos papéis exercidos pelos produtores, os objetivos de cada membro, bem como as motivações para participar dessa organização podem ser divergentes (ARCAS-LARIO; MARTÍN-UGEDO; MÍNGUEZ-VERAC, 2014).

Os conflitos presentes nas cooperativas podem surgir das relações entre os cooperados e, também, do relacionamento entre os membros e a gerência, resultante da divergência de interesses entre eles (ARCAS-LARIO; MARTÍN-UGEDO; MÍNGUEZ-VERAC, 2014). No caso dos cafeicultores do Sul de Minas entrevistados as divergências apontadas podem ser resultantes desse conflito de papéis e interesses existentes nas cooperativas.

Um exemplo de conflito de interesses que pode ser citado é em relação a venda do café pelo produtor. O cafeicultor busca repassar seu café para a cooperativa pelo maior valor possível, visto que uma maior remuneração lhe garante, também, um maior lucro. As cooperativas, no entanto, ao assumirem o papel de compradoras desejam obter o melhor produto pelo menor preço. O que lhe permite também, ao final das contas, receber um maior lucro após a venda. Tal situação gera uma relação de desconfiança entre os pares, conforme relatado pelos cafeicultores:

"É muito difícil. Ainda temos muita dificuldade em relação a isso [venda], chega no final você trabalha, trabalha, trabalha, você faz tudo e chega no finalzinho você fica preso. Você sai de uma cooperativa e cai na mão de outra, não muda muito o sistema sabe, você fica preso a eles [...]." (Prod. Sul 2)

"[ponto negativo da região] falta de cooperativas que são [verdadeiramente cooperativas], ela tem aquela visão de só ganhar e não favorecer o produtor então isso aí forma um conjunto de coisas que acaba restringindo o crescimento do produtor do Sul de Minas." (Prod. Sul 1)

Outro ponto relatado nas entrevistas como problemático na relação cooperativa e cooperado, e que também é outra fonte de conflito de interesses, é a revenda de insumos.

"[...] as cooperativas têm cumprido um papel de assistência técnica, mas [...] também procura muito vender produto, empurra muito produto para o produtor, acaba endividando o produtor, né? [...]." (Org. Sul 2)

Diante desse cenário de incerteza, muitas vezes a assistência da Emater surge para suprir as necessidades dos cafeicultores e conforme o Org. Sul 1 mantém um relacionamento de confiança com eles:

"[...] a Emater é diferente das cooperativas, diferente das revendas que tem agrônomos porque nós não vendemos nada e as revendas que vendem, as cooperativas vendem produtos, máquinas, equipamentos, então nós somos imparciais, as vezes produtores [...] compara alguma informação tecnológica da cooperativa, uma recomendação do agrônomo da cooperativa com a recomendação do agrônomo da Emater [...] porque a Emater não tá forçando a ele a consumir coisa que ele não precisa ou produto caro ou produto que não tem eficiência. O que os outros [fazem] eles têm metas, o salário é em cima de meta [...] então fica um negócio mais complicado. Então por isso que o pessoal [...] [tem] um respeito com relação aos técnicos da Emater quando eles recomendam [...] eles acham aquilo é bom porque eles não tão precisando vender, eles não vão ganhar dinheiro com venda, eles não vão receber comissão de venda de produto nenhum, enquanto que a cooperativa, as lojas de insumo sabe que o sujeito tem que desovar estoque." (Org. Sul 1)

Em relação a esse problema da venda de insumos, o Org. Sul 1 acredita que ele seja proveniente do próprio sistema. Para o entrevistado, atualmente a maior fonte de receita para as cooperativas são as lojas de insumos. A comercialização do café, a assistência técnica e o laboratório não proporcionam para as organizações a mesma lucratividade que a revenda de produtos. Ainda segundo o Org. Sul 1, a ideia de que as cooperativas precisam funcionar como

empresas, proporcionar altos salários aos dirigentes e funcionários e, ainda, gerar lucro, a afasta da filosofia do cooperativismo e ocasiona os problemas relatados acima.

O Coop. Cerrado/Sul também compartilha o pensamento de que no Sul de Minas as cooperativas não estão focadas apenas no café. Conforme o entrevistado, somente a venda do café não é suficiente para a lucratividade das cooperativas, fazendo com que elas trabalhem, também, com a venda de produtos. Para ele, a razão para que essas organizações não consigam direcionar seu foco apenas para o café se dá pelo fato delas trabalharem com grãos de menor qualidade e menor preço, desse modo torna-se necessário diversificar a fonte de receitas. Em sua opinião, o que ocasionou isso foi a falta de inovação, de procura por mercados futuros e mercados no exterior.

Diferente dos Prod. Sul 1 e 2, o Prod. Sul 3 relatou uma relação diferente na cooperativa em que faz parte:

"[...] eu acho que ela tem esse interesse de ouvir os cooperadas e atender, ela tem uma boa gestão [...] a gestão da cooperativa é bastante boa nesse sentido, mas o que eu sinto falta são de mecanismos de participação mais direta com reuniões, assembleias, grupos de trabalho, esse tipo de coisa que não existe."

(Prod. Sul 3)

Conforme o Prod. Sul 3, a cooperativa funciona bem, no entanto os mecanismos de participação dos cooperados são poucos. Para ele, as assembleias são muito formais e burocráticas, por conta disso não há espaço para discussão dos assuntos que realmente interessam aos produtores.

Apesar das cooperativas apresentarem alguns problemas que interferem na satisfação dos cooperados, a sua presença também é importante e ajuda, principalmente os pequenos produtores, a escoarem sua produção, conforme relatado pelo Prod. Sul 4, que mora em uma pequena cidade do interior que não possui nenhuma cooperativa ou associação de produtores:

"Cooperativa mesmo aqui não tem, quem tá tomando frente para montar uma cooperativa aqui [é o Senar] mas por enquanto tá meio complicado, tá engatinhando ainda sabe [...] não tendo a cooperativa funcionando, por exemplo, prova de café, por exemplo, quem prova café aqui é quem compra, a gente não tem um provador, a gente [tem que] sair com a prova do café na mão para poder vender entendeu?" (Prod. Sul 4)

A partir das discussões anteriores, observa-se que não há um modelo generalizável de cooperativa para todo o Sul de Minas e nem um nível de satisfação para todos os cafeicultores. São muitas as organizações presentes na região e, conforme os entrevistados, trabalham de forma diferente. Outro ponto notável é que, independentemente dos conflitos existentes entre cooperativa e cooperado, a sua presença é, em muitos casos, fundamental para que os pequenos produtores tenham acesso a serviços importantes para a atividade, como a classificação do café e as análises químicas.

Seria importante que todos os membros trabalhassem em conjunto, de forma a construir uma verdadeira relação ganha-ganha. Neste caminho, as associações *Fairtrade*, também presentes na região, mostram-se mais interessantes para o cafeicultor, pois tem uma visão de compartilhamento entre os produtores.

Conforme o Org. Sul 2, para que a associação receba a certificação *Fairtrade*, bem como seus associados, os cafeicultores precisam se organizar e trabalhar em conjunto. De acordo com o entrevistado, a cada saca de café vendida uma premiação vai para a associação. De posse desse prêmio, a associação pode definir em assembleia como utilizá-lo com o intuito de beneficiar toda a comunidade. O Org. Sul 2 acredita que esse modelo estimula os produtores a trabalharem coletivamente. Outro benefício apontado pelo entrevistado diz respeito à remuneração, sendo melhor que a recebida pela venda de cafés *commodity*.

A certificação *Fairtrade* é direcionada para os pequenos cafeicultores, justamente aqueles que possuem maiores dificuldades para enfrentarem a atividade sozinhos e são mais dependentes das organizações de produtores.

As organizações de produtores se mostram importantes tanto no Cerrado Mineiro quanto no Sul de Minas. Da mesma forma como apresentaram problemas em cada região estudada. De acordo com North (1994), as organizações presentes em determinada localidade são reflexos da matriz institucional vigente. Nesse sentido, entende-se que a forma como uma organização trabalha está diretamente relacionada ao ambiente e as instituições em que ela está submetida.

No caso das duas regiões estudadas, nota-se diferenças entre o perfil das organizações de produtores desenvolvidos. Tal divergência foi percebida pela Prod. Cerrado 2, que relatou sobre a entrada de uma cooperativa sul mineira no Cerrado e o choque cultural resultante:

"[...] [uma cooperativa do Sul de Minas] *montou uma unidade aqui na nossa região [...] no primeiro ano ela fez um sucesso louco, no segundo ano começou a dar briga. Porque o produtor que tá aqui não estava acostumado a trabalhar desse jeito, então no momento em que esse modelo, porque o*

primeiro ano qualquer café para eles dava [boa qualidade] [...] já no segundo ano não era bem assim, aí você entregou o café, mas você não podia mais tirar o café e virou uma anarquia danada, no final das contas voltamos ao nosso velho modelo." (Org. Cerrado 2)

Os problemas relatados pela entrevistada entre os cafeicultores do Cerrado e a cooperativa sul mineira é resultante de um conflito que envolve hábitos, costumes e cultura diferentes entre cada região. Entende-se que a estrutura das organizações de produtores sejam, assim como North explanou, um reflexo das oportunidades existentes no ambiente institucional. Nesse sentido, é possível inferir que no Cerrado existe um ambiente mais propício para que haja a coordenação das atividades, exercida pela Federação; que permitam ao produtor o maior senso de propriedade das cooperativas e o melhor relacionamento. Apesar de ainda existir a necessidade de melhorias na gestão de algumas organizações.

No Sul de Minas, o surgimento das cooperativas foi pautado pelas condições de mercado, que interferiram diretamente na renda do produtor (ROLLO, 2009). Desse modo, infere-se que a sua estrutura organizacional tenha sido estabelecida de forma a auxiliar os cafeicultores a superar tais dificuldades. Os dois cenários distintos em que essas organizações de produtores foram criadas refletem as condições em que os cafeicultores estavam inseridos e as oportunidades ou ameaças presentes no ambiente.

4.3.5 Perfil dos Cafeicultores

Por fim é apresentado o perfil dos cafeicultores de cada região com base nas percepções dos entrevistados. Nas categorias anteriores já é possível observar a descrição de algumas características dos produtores. Neste tópico, elas são discutidas com mais profundidade e novos atributos são inseridos no debate.

Mafra (2008) descreve o perfil dos cafeicultores que iniciaram a atividade no Cerrado. Conforme o autor, eles eram migrantes com experiência no cultivo de café; empreendedores, que saíram de suas regiões de origem para desbravar novas terras; possuíam baixo capital para investimentos, pois grande parte havia vendido suas propriedades e adquiriram áreas extensas e mecanizáveis, o que proporcionava facilidades ao trabalho na lavoura.

Ainda segundo Mafra (2008), essas características iniciais no período de intensificação da cafeicultura na região contribuíram para que o Cerrado se diferenciasse das demais regiões cafeicultoras de Minas Gerais. Enquanto nessas regiões o tradicionalismo se matinha na

atividade, presente nas técnicas de produção, comercialização e organização; no Cerrado atributos primários influenciaram para que a região despontasse como forte produtora de cafés, tanto em quantidade quanto em qualidade.

O Prod. Cerrado 3, presente no Cerrado desde a década de 1970, relatou as dificuldades iniciais na chegada à região. Conforme o entrevistado, no início os cafeicultores não entendiam a dinâmica da cafeicultura na localidade e precisaram da ajuda de órgãos públicos, como o IBC, para superar os obstáculos. Ao ser indagado se em algum momento, diante de tantas dificuldades, o cafeicultor pensou em abandonar a atividade, foi obtida a seguinte resposta:

“Não, não, não, não, pelo contrário, cada vez mais a gente apanhava e mais apaixonava.” (Prod. Cerrado 3)

Nota-se na fala do produtor a persistência para se manter na atividade. Para tanto, foi necessário desde início a parceria com órgãos de pesquisa, que auxiliaram os produtores no desenvolvimento de técnicas de produção apropriadas para a região. Entende-se que o trabalho em conjunto com tais organizações tenha contribuído para um perfil mais aberto a inovações, como visto atualmente. Já para o Coop. Cerrado/Sul essa abertura se dá pelas dificuldades anteriormente enfrentadas pelos produtores em outras regiões do país:

“Os produtores do Cerrado, eles têm uma visão diferenciada né, daqui do Sul de Minas. Por eles, eles vierem de uma outra região, eles vieram do Paraná, são gaúchos, com uma outra experiência de agricultura [...] por lá [...] eu conheço assim pessoal que teve grandes problemas no Paraná e no Rio Grande do Sul e em outras regiões com a cafeicultura. Eles chegaram lá com outras ideias, com ideias mais modernas [...]” (Coop. Cerrado/Sul)

Para o Prod. Cerrado 1, o fato de serem migrantes também contribuiu para que fossem desenvolvidas práticas e processos específicos para a região. O que culminou no entendimento das fazendas como empresas rurais.

Diante disso, os entrevistados retratam o perfil atual dos cafeicultores da região como profissional (Prod. Cerrado 3), sempre em busca de inovações tecnológicas ou de instrumentos de proteção de valores (Prod. Cerrado 1) e visionário, que busca enxergar as oportunidades antes que elas passem (Prod. Cerrado 2).

"O perfil de produtores empresarial, eles são altamente tecnificados, querem investir, né? Então eles são motivadores, eles mesmos são os motivadores, então eles apostam tudo nas suas produções, é o perfil de um produtor que já está sabendo que a qualidade é essencial hoje para atingir mercado, senão não vai conseguir. Eles já têm essa ideia [de] qualidade no geral, não só qualidade de bebida, qualidade da sua lavoura, dos seus grãos, tudo, qualidade do seu serviço, esse eu acho que é o perfil deles, eles querem mais, mais e mais. Eles não se contentam mais com pouco, eu acho que é mais ou menos por aí." (Org. Cerrado 2)

A Org. Cerrado 1 concorda que, no geral, os cafeicultores da região apresentam um perfil mais aberto a tecnologias e inovações. No entanto, a entrevistada comenta que há um número pequeno de produtores que possuem um perfil mais tradicional:

"[...] eu considero o cafeicultor da região do Cerrado, de maneira geral, ele é bem aberto a tecnologias e inovações. Existe um percentual mais tradicional, mas é pequeno. Muito pequeno." (Org. Cerrado 1)

Conforme a Org. Cerrado 1, há cafeicultores que apresentam resistência às instruções fornecidas pela assistência técnica. Nesses casos, a entrevistada diz que é perceptível a diferença entre aqueles que colocam em prática as orientações dos técnicos e os que não colocam. Para ela, dada a exigência da cafeicultura na região, principalmente em relação a pragas e doenças, aqueles que não se adequam e trabalham de forma séria acabam abandonando a atividade.

A Org. Cerrado 1 ressalta que há um pequeno número de produtores que não se preocupam em anotar os custos de produção. Eles pertencem a uma parcela dos cafeicultores que não possui certificação. Como as certificadoras exigem a gestão das propriedades, os produtores certificados realizam a gestão, enquanto os não certificados apenas sabem se tiveram lucro, ou não, ao final da safra.

Conforme a Prod. Cerrado 4, em sua cidade há produtores que não estão comprometidos em gerenciar corretamente seus custos e não procuram ferramentas de auxílio à gestão. Alguns produtores afirmam que a gestão não é importante, que não precisam saber disso ou que sabem de cor o tanto que investiram na produção.

Percebe-se que, no geral, os produtores do Cerrado possuem um perfil mais profissional e aberto, tanto às inovações tecnológicas quanto às orientações para a lavoura. No entanto, esse

não é um perfil homogêneo. Há cafeicultores com uma postura menos empresarial e mais resistente às práticas de gestão e orientações técnicas. Conforme os relatos dos entrevistados, o número deles é pequeno e não altera o perfil médio da região.

Em relação ao perfil dos cafeicultores do Sul de Minas, os entrevistados apresentaram visões mais diversificadas. Para o Prod. Sul 1, os pequenos produtores sul mineiros são mais fechados:

"[...] os pequenos produtores, eles estão assim fechado ali, cada um para si. Buscar que nem uma associação, por exemplo, ele só vai se a associação tiver vendendo café para ele. Ele acha que a associação é obrigada vender o café dele bem e isso não é verdade né? Porque a associação é para unir os cafeicultores e ela não tem a obrigação de vender o café, então quando ele vê que não tá tendo vantagem para ele, ele já se afasta. Quando ele não enxerga vantagem ele se isola, volta a ficar sozinho [...] ele não tem essa visão [...] de buscar a união e trabalhar em conjunto." (Prod. Sul 1)

Para a Prod. Sul 2, os cafeicultores ainda precisam buscar mais informações e conhecimento. Conforme a entrevistada, eles devem conhecer o funcionamento da cadeia produtiva da porteira para fora, como forma de identificar melhor as oportunidades.

"[...] porque se ele conhecer, cada vez mais ele se capacitar, ele conhecer o produto dele, conhecer o café que ele está produzindo e tudo, ele sabe qual é o valor do café dele, ele vai ter condições de tá brigando, tá agregando valor no café tudo e tá buscando lá fora, até mesmo conhecendo como é o mundo do café [...]." (Prod. Sul 2)

Para o Org. Sul 2, o perfil dos cafeicultores está ligado ao tamanho da propriedade. Os grandes produtores são mais tecnificados, possuem uma gestão profissional e são mais abertos às inovações. Os médios produtores, geralmente, se aproximam do perfil dos grandes e utilizam mais tecnologias. Já os pequenos cafeicultores possuem um perfil mais resistente às inovações tecnológicas, a gestão da propriedade e a introdução de novas cultivares.

Outro ponto relatado pelos membros de organizações é relacionado à gestão. Conforme o Org. Sul 1, o produtor não costuma realizar as anotações dos custos de produção. A dificuldade de fazer o produtor controlar seu custo de produção também foi relatada pelo Org. Sul 2:

"[...] é de praxe que eles não anotam nada e agora os técnicos estão forçando que eles a anotarem e computarem os gastos diários com talhão ou adubação, controle fitossanitário [...] junto com isso aí a gente oferece para esses grupos e outros também né os cursos de capacitação [...]" (Org. Sul 2)

O Org. Sul 2 ressalta que o Senar tem trabalhado para difundir alguns conceitos aos produtores, de forma que eles possam fazer uma gestão mais profissional de suas propriedades. Conforme o entrevistado, além do custo operacional os cafeicultores também precisam entender sobre depreciação, custo de oportunidade, como fazer inventário. A partir da gestão completa, os produtores conseguirão determinar o custo real da saca produzida.

Para o Org. Sul 3 é importante que os produtores tenham conhecimento dos seus custos. Segundo o entrevistado, quando o cafeicultor não possui nenhum controle fica difícil determinar se há ganhos ou perdas, além de quantificá-los. O controle também auxilia os produtores a direcionar os investimentos em áreas mais necessitadas.

Apesar dos cafeicultores do Sul de Minas serem vistos, em sua maioria, como fechados, menos abertos a inovações e tecnologias e menos propensos a realizarem uma gestão adequada da propriedade, tem se observado nos últimos anos uma mudança de postura por parte de alguns.

Segundo o Org. Sul 1, alguns produtores já perceberam a necessidade de certificar a propriedade, o que resulta num melhor gerenciamento da atividade. Para o Coop. Cerrado/Sul tem surgido algumas ideias em relação a qualidade, que acabam influenciando a busca por inovações. De acordo com o Prod. Sul 1, os produtores têm buscado mais informações, têm realizado cursos e estão direcionando esforços para a produção de cafés especiais. Outro ponto observado é a perseverança dos cafeicultores sul mineiros mesmo em cenários desfavoráveis.

"Tem [perfil otimista], sempre teve, apesar de sempre ter uma avaria, uma seca, uma geada, mas o pessoal que mexe com café é sempre muito otimista. Isso aí sempre foi." (Prod. Sul 4)

"[...] [o produtor do Sul de Minas] ele quer andar, quer caminhar, mesmo com todas as dificuldades, às vezes época de preço ruim, época de clima ruim. O produtor, ele é ativo, é participativo, ele é ávido a informação, tecnologia, mesmo com as falhas que a gente comentou durante a entrevista aqui [...] problemas que eles passam no dia a dia, mas eles correm atrás, eles querem

permanecer na atividade, eles gostam do que eles fazem, sabem fazer, fazem com carinho." (Org. Sul 1)

O Org. Sul 1 ainda aponta que muitos produtores querem crescer e se desenvolver na atividade. Esses cafeicultores, que buscam a assistência técnica da Emater e trabalham de acordo com as orientações dos técnicos extensionistas, geralmente conseguem mudar de vida e proporcionar melhores condições aos seus familiares.

Percebe-se que no Sul de Minas, no geral, ainda há um certo tradicionalismo na condução da atividade. Isso pode estar relacionado à sua existência na região, datada de séculos. Muitos cafeicultores aprenderam o cultivo do café com seus pais. Pode ser que daí tenha surgido a inclinação a adotar uma postura menos aberta, visto que, os cafeicultores confiam naquilo que lhes foi ensinado. Mas também pode ser daí que tenha surgido essa perseverança, otimismo e vontade de permanecer na atividade. Valores repassados, igualmente, de pais para filhos durante os ensinamentos sobre como administrar uma lavoura.

5 CONCLUSÕES

O objetivo principal do trabalho foi verificar as diferenças existentes no ambiente institucional da cafeicultura nas regiões do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas. Para atendê-lo, foram propostos três objetivos, cada um com uma metodologia distinta, com o intuito de analisar a matriz institucional de cada região e caracterizar a sua influência na atividade.

O primeiro objetivo definido foi o de apresentar a trajetória histórica da cafeicultura nas regiões estudadas. A análise da história permite entender em qual contexto a cafeicultura foi inserida em cada localidade e como se deu seu desenvolvimento. Tais circunstâncias são importantes para compreender o estado em que ela se encontra atualmente.

Os cafeicultores que iniciaram a atividade possuíam suas próprias instituições que, ao longo do tempo, foram combinadas com as de demais atores envolvidos na região, modificadas conforme a evolução da atividade e que influenciaram no surgimento de novas instituições. Aqui, pode-se substituir instituições por cultura, hábitos ou valores. Nesse sentido, entende-se que desde o início da atividade até os dias atuais a cultura, os hábitos e os valores dos cafeicultores estiveram sempre presentes, influenciando a forma como eles se relacionam com os demais, reagem a novas tecnologias e inovações, buscam por informações e conhecimento. O cenário encontrado atualmente em cada localidade é reflexo das mudanças institucionais ocorridas no passado.

O segundo objetivo proposto foi o de verificar a existência de fatores institucionais que determinam diferenças entre as regiões. Para atendê-lo foi empregada a regressão logística que permitiu determinar, estatisticamente, a existência de diferenças nos modos de pensar e agir dos cafeicultores. Tais divergências são resultantes da matriz institucional vigente em cada região.

A partir do modelo econométrico empregado, foi possível observar que os produtores do Cerrado possuem o hábito de realizar com maior frequência as análises foliares e de solo, tecnologias importantes para uma melhor condução da lavoura. Ainda conforme a regressão, os produtores do Cerrado tendem a participar de um número maior de treinamentos, se mostraram mais satisfeitos com as cooperativas das quais fazem parte e realizam um planejamento prévio para a venda dos cafés, o que confirma a utilização de ferramentas de gestão.

O único resultado da regressão logística que não atendeu ao esperado foi em relação a postura diante de novas inovações e tecnologias. Esperava-se que o Cerrado tivesse uma relação positiva com tal variável, visto que a região possui um perfil mais aberto para essas novidades. No entanto, o maior interesse por essas questões foi demonstrado pelos cafeicultores sul

mineiros. Há duas possibilidades para este resultado. A primeira diz respeito a própria estrutura tecnológica presente no Cerrado, o que indica que os cafeicultores de lá já conhecem e adotam as práticas e inovações existentes na cafeicultura. A segunda é relacionada ao aumento do interesse dos produtores sul mineiros por inovações, motivados principalmente pelas preocupações relacionadas ao custo, com o intuito de minimizá-los.

O terceiro objetivo foi o de investigar como o ambiente institucional influencia os atores da cafeicultura em cada região. Para tanto foram realizadas entrevistas com atores diretamente ligados à atividade, como produtores, membros de organizações de extensão e pesquisa, além de um membro de cooperativa que já teve a oportunidade de trabalhar em ambas as localidades.

As informações obtidas nas entrevistas confirmam os resultados apresentados pela regressão logística, além de apresentarem detalhes sobre como a cafeicultura é organizada em cada região. Conforme os entrevistados, os cafeicultores do Cerrado realmente são mais abertos a tecnologias, fazem um maior uso de técnicas de manejo e de ferramentas de gestão, possuem um bom relacionamento com os demais produtores e com as cooperativas.

No entanto, alguns pontos levantados na pesquisa de campo demonstram que esse perfil não é disseminado em toda a região e que alguns problemas pontuais existem, como a falta de comprometimento de alguns produtores, o não compartilhamento de informações em algumas ocasiões, a necessidade de melhorar a gestão das cooperativas e a existência de um pequeno percentual de cafeicultores mais resistentes às tecnologias e orientações dos extensionistas.

No Sul de Minas, a visão geral obtida é que os pequenos produtores, que compõem a maior parte dos cafeicultores na região, ainda não têm o costume de adotar novas tecnologias em suas propriedades, como as análises químicas e as cultivares recentemente desenvolvidas. Foi verificado que os cafeicultores sul mineiros dificilmente fazem a gestão dos custos de produção e possuem um nível menor de satisfação com as cooperativas.

Mas as informações revelam também que esta é uma realidade que tem mudado na região. Os cafeicultores estão buscando mais informações, têm participado de treinamentos, estão se organizando em associações para obter maiores benefícios e procuram trabalhar com cafés especiais. Apesar de ainda possuírem um perfil individualista e tradicionalista, as novas demandas dos consumidores e a necessidade de reduzir custos estão influenciando tais mudanças.

Com o uso de uma abordagem multimetodológica foi possível obter resultados que convergem no sentido de confirmar o papel do ambiente institucional nas diferenças existentes entre as duas regiões. Foi observado que a cafeicultura começou e evoluiu em cada localidade de forma distinta. Tais distinções podem ser confirmadas pelas estratégias de pesquisa

estabelecidas e, principalmente, por meio das falas dos entrevistados, que serviram para estabelecer uma ideia geral de como cada região está organizada e como os produtores se portam diante de questões importantes, como relacionamento, gestão, educação, manejo, entre outros levantados. Cabe aqui reafirmar que tal postura é resultado da cultura, hábitos e valores estabelecidos, que indicam os caminhos a serem trilhados pelos empreendedores do café.

Os resultados mostram a importância de organizações como a Emater e o Senar na difusão de conhecimentos entre os produtores, principalmente os sul mineiros. Diante disso, a primeira sugestão proposta é que estes órgãos continuem aprimorando suas metodologias de ensino de forma a capacitar os produtores e, também, que promovam a disseminação de informações sobre inovações tecnológicas, a relevância da gestão de custos e das possibilidades de comercialização do café.

A segunda sugestão é relacionada às cooperativas. Conforme os resultados, sugere-se que estas organizações melhorem a sua gestão, promovam um maior compartilhamento de informações entre os produtores, realizem de forma correta a classificação dos cafés e proporcionem uma assistência técnica efetiva, realizada a partir de dados devidamente coletados sobre as lavouras e com prescrições precisas acerca dos insumos utilizados. Também é sugerido que as cooperativas trabalhem para promoverem o conhecimento entre os produtores, podendo atuar em conjunto com a Emater e o Senar para melhorar as competências dos cafeicultores.

A principal limitação da pesquisa consiste na amostra utilizada para a aplicação dos questionários e realizações das entrevistas, sendo empregada uma amostragem não probabilística. Desse modo, os resultados obtidos não podem ser extrapolados para todos os produtores do Sul de Minas e do Cerrado, porém, ressalta-se que em ambas metodologias foram encontradas similaridades. Ou seja, as entrevistas ajudaram a confirmar os resultados encontrados com a regressão logística.

Para pesquisas futuras sugere-se a realização de estudos que explorem como as instituições interferem nas estruturas de governança das organizações de cafeicultores presentes nas duas regiões, que aprofundem as discussões sobre o relacionamento entre cooperativas e cooperados, além de trabalhos que busquem verificar a influência do ambiente institucional em demais regiões cafeeiras do Brasil e do mundo.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D. **Introduction to Modern Economic Growth**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. The Rise of Europe: Atlantic Trade, Institutional Change and Economic Growth. **The American Economic Review**, v. 95, n. 3, p. 546–579, 2005.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. **The American Economic Review**, v. 91, n. 5, p. 1369–1401, 2001.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam**: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALENE, A. D.; MANYONG, V. M. The effects of education on agricultural productivity under traditional and improved technology in northern Nigeria: an endogenous switching regression analysis. **Empirical Economics**, v. 32, n. 1, p. 141–159, 17 abr. 2007.

ALMEIDA, L. F.; ZYLBERSZTAJN, D.; GIORDANO, S. R.; VITA, C. L. R. Direcionadores de mudança na cafeicultura: passado, presente e desafios futuros. In: ZYLBERSZTAJN, D.; GIORDANO, S. R.; VITA, C. L. R. (Orgs.). **Cadernos Universidade do Café 2016**, v. 8, p. 53-75, 2016. Disponível em: <<http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Cadernos-UDC-BRASIL-2016.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2017.

ALVIM, M. I. S. A.; OLIVEIRA JÚNIOR, L. B.; SANTOS, D. F. Competitividade da Produção de Café na Região do Cerrado de Minas Gerais. In: XLIII Congresso da SOBER, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Ribeirão Preto, SP.: 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/193.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2017.

ANDRADE, R. G. R. **A Expansão da Cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do estado a liberalização do mercado**. 1994. 164f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARCAS-LARIO, N.; MARTÍN-UGEDO, J. F.; MÍNGUEZ-VERAC, A. Farmers' satisfaction with fresh fruit and vegetable marketing spanish cooperatives: An explanation from agency theory. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 17, n. 1, p. 127–146, 2014.

AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BARBOSA, J. N.; BORÉM, F. M.; ALVES, H. M. R.; VOLPATO, M. M. L.; VIEIRA, T. G. C.; OLIVEIRA, V. C.; SOUZA, K. R. Fatores climáticos e a espacialização dos cafés do estado de Minas Gerais e sua relação com a qualidade da bebida. In: 35º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, Araxá. **Anais...** Araxá: 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. [s.l.] Lisboa: edições, v. 70, 1977.

BATISTA, C. G. **Dinâmica dos setores industriais na integração da Amazônia: uma análise a partir da teoria institucionalista de Douglas North**. 2016. 106f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

BENNETT, D. L.; FARIA, H. J.; GWARTNEY, J. D.; MORALES, D. R. Economic Institutions and Comparative Economic Development: A Post-Colonial Perspective. **World Development**, v. 96, p. 503–519, 2017.

BLISKA, F. M. M.; MOURÃO, E. A. B.; AFONSO JÚNIOR, P. C.; VEGRO, C. L. R.; PEREIRA, S. P.; GIOMO, G. S. Dinâmica fitotécnica e socioeconômica da cafeicultura brasileira. **Informações Econômicas**, v. 39, n. 1, p. 5–18, 2009.

BORÉM, F. M.; FRIEDLANDER, D. Navigatin Origins. **Roast Magazine**, v. 4, p. 94–95, 2009.

BRASIL. Banco Central do Brasil - BACEN. **Resolução nº 4.174, de 27 de dezembro de 2012**. 2012. . Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49042/Res_4174_v3_P.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Série Histórica da Produção**. 2017a. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=>>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de Café**. 2017b. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&ordem=M%EAs/Ano da publica%E3o>>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Guia básico de indicação geográfica**. 2017c. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Indicações de Procedência Reconhecidas**. 2017d. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 31 maio 2017.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Perguntas frequentes - Indicação geográfica**. 2017e. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/servicos/perguntas-frequentes-paginas-internas/perguntas-frequentes-indicacao-geografica>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Denominações de Origem Reconhecidas**. 2017f. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 31 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Sumário executivo do Café**. 2018a. Disponível em: <<http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/2016-07-18-14-42-22>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. **Exportação Brasileira: Minas Gerais**. 2018b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-unidades-da-federacao?layout=edit&id=3060>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira: café**. 2018c. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BROGGIO, C.; DROULERS, M.; GRANDJEAN, P. A dinâmica territorial da cafeicultura brasileira: dois sistemas de produção em Minas Gerais. **Revista Território**, ano IV, n. 6, p. 73–91, 1999.

BRAZIL SPECIALTY COFFEE ASSOCIATION - BSCA. **Cerrado Mineiro**. Disponível em: <<http://brazilcoffeenation.com.br/region/show/id/4>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a Nova Economia Institucional. **Economia**, v. 5, n. 2, p. 361–420, 2004.

CARVALHO, J. G.; GUIMARÃES, R. J.; BASTOS, A. R. R.; BALIZA, D. P.; GONTIJO, R. A. N. Sintomas e Desordens Nutricionais em Cafeeiro. In: GUIMARÃES, J. R.; MENDES, A. N. G.; BALIZA, D. P. (Orgs.). **Semiologia do cafeeiro: sintomas de desordens nutricionais**. 1ª ed. Lavras: UFLA, 2010.

CARVALHO, V. B.; PARTELLI, F. L.; VIEIRA, H. D.; FREITAS, P. S. Diagnóstico nutricional do cafeeiro arábica da região de Manhuaçu - MG. In: 4º Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, Londrina. **Anais...** Londrina: 2005. Disponível em: <<http://www.sbicafe.ufv.br/handle/123456789/2015>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CASTILHO, F. F. A. **A transição da mão de obra no Sul de Minas**. 1ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

CASTRO JÚNIOR, L. G.; ANDRADE, F. T. Aspectos da gestão e da comercialização nas propriedades cafeeiras. In: VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. (Orgs.). **Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010.

CASTRO JÚNIOR, L. G.; TEIXEIRA, F. A.; OLIVEIRA, D. H.; SILVA, E. C. Cafeicultura. In: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (Org.). **Campo Futuro: resultados 2017**. Brasília: CNA, 2017.

CAVALCANTE, C. M. **A viticultura no Vale do São Francisco: evolução institucional no sertão nordestino**. 2010. 286f. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CAVALCANTE, C. M. An institutional approach to the history of wine in Brazil. In: 39th World Vine and Wine Congress, 2016, Bento Gonçalves (RS), Brasil. An institutional approach to the history of wine in Brazil, 2016. v. 7.

CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ DE MINAS GERAIS - CCCMG. **Certifacé**, 2017. Disponível em: <<http://cccmg.com.br/certifacé/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

COASE, R. H. The New Institutional Economics. **The American Economic Review**, v. 88, n. 2, p. 130–133, 1998.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, Crescimento e Mudança na Ótica Institucionalista**. Porto Alegre: Heuser, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel, 2002.

CONSÓRCIO PESQUISA E CAFÉ. **Cooperativa de café de Minas Gerais incentiva produção de alta qualidade**, 2014. Disponível em: <<http://www.consorciopesquisacafe.com.br/index.php/imprensa/noticias/442-cooperativa-de-cafe-de-minas-gerais-incentiva-producao-de-alta-qualidade>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE PATROCÍNIO - COOPA. **Região do Cerrado Mineiro**, 2017. Disponível em: <<http://www.coopa.com.br/paginas/cooperativismo/regiao-do-cerrado-mineiro>>. Acesso em: 31 maio 2017.

CORRÊA, J. B.; REIS JÚNIOR, R. A.; CARVALHO, J. G.; GUIMARÃES, P. T. G. Avaliação da fertilidade do solo e do estado nutricional de cafeeiros do Sul de Minas Gerais. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 25, n. 6, p. 1279–1286, 2001.

COSTA, C. H. G. **Fatores internos da gestão de risco de produtores de café do Sul e Sudoeste de Minas Gerais**. 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal de Lavras, Lavras.

COSTA, C. H. G.; CASTRO JÚNIOR, L. G.; CALLEGARIO, C. L. L.; ANDRADE, F. T.; OLIVEIRA, D. H. Fatores condicionantes da gestão de riscos de cafeicultores do Sul de Minas. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 40–55, 2015.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA ZONA DE TRÊS PONTAS - COCATREL. **A Cocatrel**, 2017a. Disponível em: <<https://www.portalcocatrel.com/institucional>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA ZONA DE TRÊS PONTAS - COCATREL. **Estrutura**, 2017b. Disponível em: <<https://www.portalcocatrel.com/copia-produtos-1>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE GUAXUPÉ - COOXUPÉ. **Relatório Financeiro**, 2016a. Disponível em: <<https://www.cooxupe.com.br/relatorios-de-gestao-e-demonstracoes-financeiras/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE GUAXUPÉ - COOXUPÉ. **Relatório Socioambiental**, 2016b. Disponível em: <<https://www.cooxupe.com.br/relatorios-de-gestao-e-demonstracoes-financeiras/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE GUAXUPÉ - COOXUPÉ. **Quem somos**, 2017. Disponível em: <<https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

DAVIS, L.; NORTH, D. C.; SMORODIN, C. **Institutional Change and American Economic Growth**. New York: Cambridge University Press, 1971.

DI LIBERTO, A.; SIDERI, M. Past dominations, current institutions and the Italian regional economic performance. **European Journal of Political Economy**, v. 38, p. 12–41, 2015.

DRUMOND, V. R. S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. In: I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, Brasília. **Anais...** Brasília: 2010.

DUTRA, D. R.; MACHADO, R. T. M.; CASTRO, C. C. Ações Públicas e Privadas na Implantação e Desenvolvimento da Indicação Geográfica do Café em Minas Gerais. **Informe Gepec**, v. 13, n. 1, p. 90–106, 2009.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS - EMATER-MG. **A Emater de Minas**, 2017. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=2#.Wleaub9zLIU>. Acesso em: 11 jan. 2017.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO - EXPOCACER. **Certificações**, 2017. Disponível em: <<http://www.expocaccer.com.br/cafecerrado.html>>. Acesso em: 31 maio 2017.

FAIR TRADE LABELLING ORGANIZATIONS. **What is Fairtrade?** 2018a. Disponível em: <<https://www.fairtrade.net/about-fairtrade/what-is-fairtrade.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FAIR TRADE LABELLING ORGANIZATIONS. **Aims of Fairtrade Standards**, 2018b. Disponível em: <<https://www.fairtrade.net/standards/aims-of-fairtrade-standards.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FARNEZI, M. M. M.; SILVA, E. B.; GUIMARÃES, P. T. G.; PINTO, N. A. V. D. Levantamento da qualidade da bebida do café e avaliação do estado nutricional dos cafeeiros do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, Através do DRIS. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 34, n. 5, p. 1191–1198, 2010.

FARUQ, H. A.; TAYLOR, A. C. Quality of Education, Economic Performance and Institutional Environment. **International Advances in Economic Research**, v. 17, n. 2, p. 224–235, 2011.

FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. **A região**, 2017a. Disponível em: <<http://www.cafedocerrado.org/index.php?pg=regiao>>. Acesso em: 31 maio 2017.

FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. **Denominação de Origem**, 2017b. Disponível em: <<http://www.cafedocerrado.org/index.php?pg=denominacaodeorigem>>. Acesso em: 31 maio 2017.

FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO. **A Federação e seu papel**, 2017c. Disponível em: <<http://www.cafedocerrado.org/index.php?pg=regiao#group5>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

FEUSER, N. S. A. **Instituições e adoção de tecnologias no campo**. 2016. 158f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos) — Universidade Estadual

de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã.

FIANI, R. **Cooperação e Conflito: Instituições e Desenvolvimento Econômico**. 1ª ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

FIELD, A. **Descobrimo a Estatística usando o SPSS**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FILETTO, F. **Trajatória Histórica do Café na Região Sul de Minas Gerais**. 2000. 133f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) — Universidade Federal de Lavras, 2000.

FILETTO, F.; ALENCAR, E. Introdução E Expansão Do Café Na Região Sul De Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 3, n. 1, p. 1–10, 2001.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. 1ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONTES, R. E. **Estudo Econômico da Cafeicultura no Sul de Minas Gerais**. 2001. 94f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal de Lavras, Lavras.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Instituto brasileiro do café - IBC**, 2017. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cafe-ibc>>. Acesso em: 05 junho 2017.

FURUBOTN, E. G.; RICHTER, R. **Institutions & Economic Theory: The Contribution of the New Institutional Economics**. 2ª ed. [s.l.] University of Michigan Press, 2005.

GARCÍA-RAMOS, C.; GONZALEZ-ALVAREZ, N.; NIETO, M. Institutional framework and entrepreneurial failure. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 24, n. 4, p. 716–732, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995a.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995b.

GOGUETO, J. V. **Indicação Geográfica e Cafés Especiais: Circuito Espacial Produtivo e Círculos de Cooperação dos Cafés da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais**. 2014. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

GORODNICHENKO, Y.; ROLAND, G. Culture, Institutions and The Wealth of Nations. **Review of Economics and Statistics**, v. 99, n. 3, p.402-416, 2017.

GREIF, A.; TABELLINI, G. Bifurcation : Cultural and Institutional China and Europe Compared. **American Economics Review**, v. 100, n. 2, p. 135–140, 2013.

GROENEWEGEN, J.; KERSTHOLT, F.; NAGELKERKE, A. On Integrating New and Old Institutionalism: Douglass North building bridges. **Journal of Economic Issues (Association for Evolutionary Economics)**, v. 29, n. 2, p. 467, 1995.

GUARÇONI M., A. Nutrição e Adubação do Café. In: TOMAZ, M. A.; AMARAL, J. F. T.; JESUS JUNIOR, W. C.; FONSECA, A. F. A.; FERRÃO, R. G.; FERRÃO, M. A. G. (Orgs.). **Tecnologias para a sustentabilidade da cafeicultura**. Alegre: CAUFES, 2011.

HAIR JUNIOR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JUNIOR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate Data Analysis**. 7ª ed. [s.l.] Pearson, 2010.

HAMILTON, W. H. The Institutional Approach to Economic Theory. **The American Economic Review**, v. 9, n. 1, p. 309–318, 1919.

HODGSON, G. M. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, n. 1, p. 166–192, 1998.

HODGSON, G. M. What Is the Essence of Institutional Economics? **Journal of Economic Issues**, v. 34, n. 2, p. 317–329, 2000.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE - ICA. **Co-operative identity, values & principles**, 2018. Disponível em: <<https://ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

JANUÁRIO, E. C. **Mudanças Institucionais e as Relações entre Produtores Rurais e o Segmento Processador de Leite no Brasil**. 2014. 104f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KHERALLAH, M.; KIRSTEN, J. F. The New Institutional Economics: Applications for agricultural policy research in developing countries. **Agrekon: Agricultural Economics Research, Policy and Practice in Southern Africa**, v. 41, n. 2, p. 110–133, 2002.

KLEIN, P. G. New Institutional Economics. **Encyclopedia of Law and Economics**, July, p. 456–489, 1998.

LANNA, G. B. M.; TEIXEIRA, E. C.; REIS, R. P. Determinantes da adoção da tecnologia de despulpamento na cafeicultura: estudo de uma região produtora da Zona da Mata de Minas Gerais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 3, p. 352–362, 2011.

LI, J.; TAN, Y.; CAI, Z.; ZHU, H.; WANG, X. Regional differences in a national culture and their effects on leadership effectiveness: A tale of two neighboring Chinese cities. **Journal of World Business**, v. 48, p. 13–19, 2013.

LIMA, J. H. **Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. 1977. 135f. Dissertação — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LUZ, M. P. S. **Estudo da relação de fatores climáticos com a qualidade do café na Mantiqueira de Minas**. 2014. 84f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) — Universidade Federal de Lavras, Lavras.

MAFRA, L. A. S. **Indicação Geográfica e construção do mercado: a valorização da origem no Cerrado Mineiro**. 2008. 123f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MALAVOLTA, E. **História do Café no Brasil: agronomia, agricultura e comercialização**. São Paulo: Ceres, 2000.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MANEVSKA-TASEVSKA, G. Farmers' Knowledge Attributes Contribute to Attaining Higher Farm Technical Efficiency: A Transition Economy Case. **The Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 19, n. 1, p. 7–19, 2013.

MANTIQUEIRA DE MINAS. **A região**, 2018a. Disponível em: <<http://www.mantiqueirademinas.com.br/region>>. Acesso em: 05 maio 2018.

MANTIQUEIRA DE MINAS. **Como estamos organizados**, 2018b. Disponível em: <<http://www.mantiqueirademinas.com.br/organization>>. Acesso em: 05 maio 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MAROŠEVIĆ, K.; JURKOVIĆ, Z. Impact of informal institutions on economic growth and development. **Interdisciplinary Management Research**, v. 9, p. 701–716, 2013.

MARTINS, A. L. **Império do café: a grande lavoura no Brasil 1850 a 1890**. 7ª ed. São Paulo: História em Documentos, 1999.

MARTINS, M. L. A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 287–320, 2014.

MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. Introduction. In: MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. (Orgs.). **Handbook of New Institutional Economics**. 1ª ed. Dordrecht: Springer, 2005. p. 884.

MINAS GERAIS. Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. **Portaria nº 165/95, de 27 de abril de 1995**. Belo Horizonte, MG, 1995. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/portarias/doc_download/69-portaria-165>. Acesso em: 27 maio 2017.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 38.559, de 17 de dezembro de 1996**. Belo Horizonte, MG,

1996. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1445>>. Acesso em: 31 maio 2017.

MINAS GERAIS. Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. **Portaria nº 397, de 21 de julho de 2000**. Belo Horizonte, MG, 2000. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/portarias/doc_details/172-portaria-no-397-de-21-de-julho-de-2000>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MINAS GERAIS. Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. **Portaria 437, de 23 de maio de 2001**. Belo Horizonte, MG, 2001. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/portarias/doc_details/597-portaria-no-437-de-23-de-maio-de-2001>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MINAS GERAIS. Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. **Portaria 561, de 17 de dezembro de 2002**. Belo Horizonte, MG, 2002. Disponível em: <http://www.ima.mg.gov.br/portarias/doc_details/227-portaria-no-561-de-17-de-dezembro-de-2002>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MINAS GERAIS. **O Certifica Minas Café assina acordo de equivalência com a Associação 4C e oferece nova oportunidade aos produtores**. 2015. Disponível em: <<http://www.ima.mg.gov.br/acontece-no-ima/1839-o-certifica-minas-cafe-assina-acordo-de-equivalencia-com-a-associacao-4c-e-oferece-nova-oportunidade-aos-produtores>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MINAS GERAIS. Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais. **Agronegócio**. 2017a. Disponível em: <<http://www.indi.mg.gov.br/minas-gerais/setores-de-destaque/agronegocio/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MINAS GERAIS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. **Agenda: cadeia de valor da cafeicultura**. 2017b. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=18713>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MONTE, E. Z.; TEIXEIRA, E. C. Determinantes da adoção da tecnologia de despulpamento na cafeicultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n. 2, p. 201–217, 2006.

NABLI, M. K.; NUGENT, J. B. The New Institutional Economics and its applicability to development. **World Development**, v. 17, n. 9, p. 1333–1347, 1989.

NAGAI, D. K. **O Processo de Inovações para a Criação de Valor em Denominação de Origem em Café no Cerrado Mineiro**. 2016. 128f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) — Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Tupã.

NASCIMENTO, R. C. **Os cafés especiais no Cerrado Mineiro: o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação no município de Patrocínio/MG**. 2014. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**, v. 33, p. 48–90, 1995.
- NIFO, A.; SCALERA, D.; VECCHIONE, G. The rule of law and educational choices: evidence from Italian regions. **Regional Studies**, v. 51, n. 7, p. 1048–1062, 2017.
- NILSSON, J. The nature of cooperative values and principles: Transaction cost theoretical explanations. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 67, n. 4, p. 633–653, 1996.
- NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97–112, 1991.
- NORTH, D. C. Institutions and Economic Theory. **The American Economist**, v. 36, n. 1, p. 3–6, 1992.
- NORTH, D. C. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359–368, 1994.
- NORTH, D. C. The New Institutional Economics and Development. In: Reinventing the Commons, The 5. IASCP Conference., **Anais...**1995.
- NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.
- NORTH, D. C. **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- OLIVEIRA, A. A. S.; GOMES, M. F. M.; RUFINO, J. S. L.; SILVA JÚNIOR, A. G.; GOMES, S. T. Estrutura e dinâmica da cafeicultura em Minas Gerais. **Revista de Economia**, v. 34, n. 1, ano 32, p. 121–142, 2008.
- OLIVEIRA, J. G. R.; GRINBERG, L. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O que é Cooperativismo**. 2017. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território, certificação de procedência e a busca da singularidade: o caso do Café do Cerrado. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 19, p. 305–330, 2011a.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território café do Cerrado: transformações na estrutura produtiva e seus impactos sobre o pessoal ocupado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 3, p. 771–800, 2011b.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. **Café e Território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro**. 1ª ed. Campinas: Alínea, 2012.
- ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M.; MOURO, M. C. Mecanização E Emprego Na Cafeicultura

Do Cerrado Mineiro. **Revista ABET**, v. VIII, n. 2, p. 58–82, 2009.

ORTEGA, A.; JESUS, C. Café do Cerrado: Certificação de origem, nova sociologia econômica e desenvolvimento territorial rural. **XIV Encontro Nacional de Economia Política**, n. Vii, p. 1–17, 2008.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. **Núcleo de Estudos e pesquisas do Senado**, p. 1–50, 2008. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-REVISTAS/Extensao_Rural_no_Brasil_-_uma_abordagem_historica_da_legislacao._pdf.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PEREIRA JUNIOR, M. **Ambiente institucional e desempenho diferenciado na agropecuária norte-rio-grandense: quais as relações?** 2011. 70f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

PEROBELLI, F. S.; ARAÚJO JUNIOR, I. F.; CUNHA, R. M.; PIO, J. G.; SILVA, J. A. G.; PEREIRA, L. V.; BARBOSA, G. H. R. Indicador de atividade econômica para os municípios mineiros. Texto para discussão nº 02-2017. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lates/files/2017/04/TD-LATES-02-2017.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

PIERCE, J. C.; LOVRICH, N. P.; BUDD, W. W. Social capital, institutional performance, and sustainability in Italy's regions: Still evidence of enduring historical effects? **Social Science Journal**, v. 53, n. 3, p. 271–281, 2016.

PIKE, A.; MARLOW, D.; MCCARTHY, A.; O'BRIEN, P.; TOMANEY, J. Local institutions and local economic development: the Local Enterprise Partnerships in England, 2010-. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 8, n. 2, p. 185–204, 2015.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do cerrado. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1, p. 111–131, 2000.

PUPERI, M. **Sistema agroindustrial da carne bovina: uma comparação entre padrões distintos de aquisição de gado para abate**. 2014. 111f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

QUEIROZ-VOLTAN, R. B.; CABRAL, L. P.; PARADELA FILHO, O.; FAZUOLI, L. C. Eficiência da poda em cafeeiros no controle da *Xylella Fastidiosa*. **Bragantia**, v. 65, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/908/90865309/>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

RANTA, V.; AARIKKA-STENROOS, L.; RITALA, P.; MÄKINEN, S. J. Exploring institutional drivers and barriers of the circular economy: A cross-regional comparison of China, the US, and Europe. **Resources, Conservation and Recycling**, 2017.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIVERA, W. M.; QAMAR, M. K. **Agricultural extension, rural development and the food**

security challeng. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/006/Y5061E/y5061e00.htm#Contents>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RODRÍGUEZ-POSE, A. Do Institutions Matter for Regional Development? **Regional Studies**, v. 47, n. 7, p. 1034–1047, 2013.

ROLLO, M. A. P. **As novas dinâmicas do território brasileiro no período técnico-científico-informacional: o circuito espacial de produção do café e o respectivo círculo de cooperação no Sul de Minas.** 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

RUFINO, J. L. S.; SILVEIRA, V. S.; RIBEIRO JÚNIOR, A. C. Introdução e Metodologia de Estudo. In: VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. (Org.). **Caracterização da Cafeicultura de Montanha de Minas Gerais.** Belo Horizonte: INAES, 2010.

RUS, A.; IGLIČ, H. Trust, Governance and Performance: The Role of Institutional and Interpersonal Trust in SME Development. **International Sociology**, v. 20, n. 3, p. 371–391, 2005.

RUTHERFORD, M. **Institutions in economics: the old and the new institutionalism.** New York: Cambridge University Press, 1996.

RUTHERFORD, M. Understanding Institutional Economics: 1918–1929. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 22, n. 03, p. 277–308, 2000.

RUTHERFORD, M. Institutional Economics: Then and Now. **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 3, p. 173–194, 2001.

SAES, M. S. M. **A Racionalidade Econômica da Regulamentação no Mercado Brasileiro de Café.** 1995. 164f. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAES, M. S. M.; JAYO, M.; SILVEIRA, R. L. F. CACCER : Coordenando ações para a valorização do café do Cerrado. In: VII Seminário Internacional Pensa de Agribusiness **Anais...1997.**

SAES, M. S. M.; NAKAZONE, D. **Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio.** Nota Técnica, 2002. Disponível em: <<http://pensa.org.br/relatorios-projetos/estudo-da-competitividade-de-cadeias-integradas-no-brasil-impactos-das-zonas-de-livre-comercio-cadeia-cafe/>>. Acesso em: 27 maio 2017.

SAES, M. S. M. **Estratégias de diferenciação e apropriação da quase renda na agricultura: a produção de pequena escala.** 2008. 162f. Tese (Livre Docência) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário nas áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, v. 3, n. 2, p. 297–342, 1986.

SANTOS, M. A.; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. J. **O Cerrado Brasileiro: Notas Para Estudo**. Texto para discussão n° 387. 2010. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20387.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

SCARE, R. F. **Escassez de água e mudança institucional: análise da regulação dos recursos hídricos no Brasil**. 2003. 135f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.
SHIRLEY, M. M. Institutions and Development. In: MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. (Org.). **Handbook of New Institutional Economics**. 1^a ed. Dordrecht: Springer, 2005.

SILVA, E. C. **Fatores determinantes da adoção de certificações socioambientais em propriedades cafeeiras**. 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal de Lavras, Lavras.

SILVA, E. C.; GUIMARÃES, E. R. **A Terceira Onda do Consumo de Café**, 2012. Disponível em: <[http://www.icafebr.com.br/publicacao2/26287A Terceira Onda do Consumo de Cafe.pdf](http://www.icafebr.com.br/publicacao2/26287A%20Terceira%20Onda%20do%20Consumo%20de%20Cafe.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2018.

SILVA, S. A.; LIMA, J. S. S. Avaliação da variabilidade do estado nutricional e produtividade de café por meio da análise de componentes principais e geoestatística. **Revista Ceres**, v. 59, n. 2, p. 271–277, 2012.

SILVA, S. M. **Competitividade do agronegócio do café na região sul de Minas Gerais**. 1998. 125f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) — Universidade Federal de Lavras, Lavras.

SILVA, F. M.; REZENDE, F. A.; ALVES, H. M. R.; ALVES, M. C.; MOREIRA, M. A.; SILVA, A. C. Potencialidade de mecanização da região sul e sudoeste de Minas Gerais, visando a lavoura cafeeira. In: VI Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, Vitória/ES. **Anais...** Vitória/ES: 2009.

SILVA, S. M.; SANTOS, A. C.; LIMA, J. B. Competitividade do agronegócio do café na região sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 3, n. 1, 2001.

SIMÕES, J. C.; PELEGRINI, D. F. **Diagnóstico da cafeicultura mineira - regiões tradicionais**: Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010.

SINGULANO, M. A. **Desregulamentação e Mudança Institucional no Mercado de Café: Um Estudo de Caso na Região das Matas de Minas**. 2015. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOARES, L. D.; SILVA, R. B. V.; FERREIRA, E. B. Percepção dos efeitos do cooperativismo no Sul de Minas Gerais. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 1, p. 749–763, 2016.

SOUZA, D. L.; FERRUGINI, L.; PRADO, A. S. Cooperativismo no agronegócio: uma investigação sobre o alinhamento estratégico entre dirigentes e cooperados. **Revista Agrogeoambiental**, v. 7, n. 3, p. 39–49, 2015.

SOUZA, M. C. M. **Cafés Sustentáveis e Denominação de Origem: A Certificação de Qualidade na Diferenciação de Cafés Orgânicos, Sombreados e Solidários**. 2006. 177f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) — Universidade de São Paulo, São Paulo.

TABELLINI, G. Culture and Institutions: Economic Development in the Regions of Europe. **Journal of the European Economic Association**, v. 8, n. 4, p. 677–716, 2010.

TALMACIU, M. Study on the relationships between institutions, governance and leadership and regional development policy in Romania. **Procedia Economics and Finance**, v. 15, p. 1281–1288, 2014.

TARIFA, M. R.; SCHALLENBERGER, E. Gestão Cooperativa, Ambiente Institucional e Sociocultural: o caso Brasil-Paraguai. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 4, p. 615–634, 2016.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 225–254, 2003.

VALENTE, M. E. R.; PEREZ, R.; FERNANDES, L. R. R. D. M. O processo de reconhecimento das indicações geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. **Ciência Rural**, v. 43, n. 7, p. 1330–1336, 2013.

VERGARA, S. C. Tipos de pesquisa em administração. **Cadernos EBAP**, n. 52, p. 1–9, 1990.

VIANA, C. **Condições Edafoclimáticas**, 2007. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/condicoes-edafoclimaticas/21084>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

WILLIAMSON, C. R. Informal institutions rule: institutional arrangements and economic performance. **Public Choice**, v. 139, n. 3–4, p. 371–387, 2009.

WILLIAMSON, O. E. **The Mechanisms of Governance**. 1ª ed. New York: Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, O. E. The Institutions of Governance. **The American Economic Review**, v. 88, n. 2, p. 75–79, 1998.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, September, p. 595–613, 2000.

WIRTH, S.; MARKARD, J.; TRUFFER, B.; ROHRACHER, H. Informal institutions matter: Professional culture and the development of biogas technology. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 8, p. 20–41, 2013.

ZACCARELLI, L. M.; GODOY, A. S. Perspectivas do uso de diários nas pesquisas em organizações. **Cadernos Ebape**, v. 8, n. 3, p. 550–563, 2010.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]; CAPES; UAB, 2009.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições**. 1995. 241f. Tese (Livre Docência) — Faculdade de Economia Administração e Contabilidade Departamento, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZYLBERSZTAJN, D.; GIORDANO, S. R.; VITA, C. L. R. de. Estudo de caso - Denominação de Origem do Cerrado - DO. In: **Estudos de caso sobre inovação na cafeicultura brasileira - 2016**. [s.l.: s.n.]p. 84–105. Disponível em:

ANEXOS

ANEXO A – Questionário aplicado aos cafeicultores.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Pesquisa sobre o perfil dos cafeicultores do Cerrado Mineiro e Sul de Minas

Mestranda: Angélica da Silva Azevedo - angelica.soad@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Castro Junior

- | | |
|--|--|
| 1- Região onde está localizada a propriedade
() Cerrado () Sul de Minas | Confiança e Cooperação |
| 2- Em qual cidade fica a sua propriedade?
_____ | 9- Você participa de cooperativa ou associação?
() Sim () Não |
| 3- Qual o tamanho da área cultivada com café?
_____ ha | Se a resposta for NÃO, ir para a pergunta nº 14. |
| Educação | 10- Se sim, qual o seu nível de satisfação com os serviços prestados pela cooperativa ou associação?
() Muito insatisfeito
() Insatisfeito
() Satisfeito
() Muito satisfeito |
| 4- O que você acha da participação em feiras, treinamentos e dias de campo?

() Sem importância
() Pouco importante
() Importante
() Muito importante | 11- Em 2017, você participou de quantas assembleias de cooperativa ou reuniões de associação de produtores?
() Nenhuma vez
() 1 vez
() 2 vezes
() 3 vezes ou mais |
| 5- Em média, quantas vezes ao ano você participa de dias de campo ou treinamentos?

() Não participo
() 1 a 3 vezes
() 4 a 6 vezes
() 7 vezes ou mais | 12- A cooperativa/associação consulta os cooperados/associados antes de tomar decisões?
() Sim () Não |
| 6- Em 2017, seus funcionários participaram de quantos treinamentos?

() Nenhum
() 1 vez
() 2 vezes
() 3 vezes ou mais
() Não tenho funcionários | 13- Em relação aos líderes da cooperativa ou associação, você:
() Desconfia muito
() Desconfia parcialmente
() Confia parcialmente
() Confia plenamente |
| 7- Qual o seu nível de satisfação com a extensão rural estadual (Emater)?

() Muito Insatisfeito
() Insatisfeito
() Satisfeito
() Muito satisfeito | 14- O que você acha sobre trocar informações com outros produtores?
() Não acho importante
() Acho pouco importante
() Acho importante
() Acho muito importante |
| 8- Quantas vezes por ano um técnico ou agrônomo visita a sua lavoura para fazer recomendações?

() Nenhuma vez
() 1 vez
() 2 vezes
() 3 vezes ou mais | 15- Você costuma trocar serviços ou ajudar outros produtores?
() Sim () Não |

16- Quando precisa tomar alguma decisão, você costuma consultar a opinião de algum outro produtor?

Sim Não

Inovações e Tecnologia

17- Você utiliza a internet como fonte de informações sobre café?

Sim Não

18- Você utiliza a internet/redes sociais para promover seu café?

Sim Não

19- Você enviou amostras para algum concurso de qualidade em 2017?

Sim Não

20- Você produziu café com pontuação acima de 80 (padrão SCA) em 2017?

Sim Não

21- Com que frequência você realiza análise de solo?

1 vez a cada 4 anos
 1 vez a cada 3 anos
 1 vez a cada 2 anos
 1 vez por ano

22- Com que frequência você realiza a análise foliar?

Não realizo análise foliar
 1 vez por ano
 2 vezes por ano
 3 vezes por ano

23- O que você faz quando conhece uma nova tecnologia ou produto?

Não tenho interesse, pois já possuo rotinas de trabalho e técnicas definidas
 Espero outros produtores experimentarem e observo os resultados
 Busco mais informações sobre a tecnologia / produto
 Adoto em minha propriedade para analisar os resultados

Gestão

24- Como é feita a comercialização do café?

Vendo conforme a necessidade
 Faço um planejamento prévio de venda

25- Com qual frequência você se informa sobre os preços do café e as condições do mercado na época da comercialização?

1 vez por semana
 2 vezes por semana
 3 vezes por semana
 4 vezes por semana ou mais

26- Você faz o custo de produção, detalhado por talhão, anualmente?

Sim Não

27- Qual a participação da cafeicultura na renda total da família (%)?

até 25%
 de 26% a 50%
 de 51% a 75%
 de 76% a 100%

Instituições formais

28- A prefeitura de seu município organiza eventos para a promoção do café?

Sim Não

29- Em relação as ações governamentais de sua região para a promoção da cafeicultura, você considera:

Não acredito que as ações governamentais promovam a cafeicultura da minha região
 Insuficientes
 Ajudam, mas ainda precisa melhorar
 Suficientes

30- Sobre a obtenção dos financiamentos oferecidos pelo governo, você considera:

Muito difícil de conseguir
 Difícil de conseguir
 Fácil de conseguir
 Muito fácil de conseguir

Caso você tenha interesse em receber os resultados dessa pesquisa, favor acrescentar seu e-mail abaixo:

Muito obrigada!

ANEXO B – Roteiro de entrevistas com produtores.

- 1- Conte-me um pouco da sua história na cafeicultura. Quando começou? Quais as dificuldades você enfrentou e como você as superou?
- 2- E atualmente, como está sua situação? Você trabalha com cafés especiais? Comercializa diretamente com os compradores?
- 3- Você participa de dias de campo, feiras e treinamentos? Por quê?
- 4- Qual sua opinião sobre a extensão rural estadual (Emater)? Por quê?
- 5- Como é o seu relacionamento com outros produtores?
- 6- Você costuma trocar informações com outros produtores? Você confia em outros produtores?
- 7- Quando você tem alguma dúvida ou quando precisa tomar alguma decisão, você costuma recorrer a alguém? Quem? Por quê?
- 8- Como os produtores da sua região se relacionam entre si? Por quê?
- 9- Você confia na avaliação que o seu café recebe dos compradores? Por quê?
- 10- Você possui algum talhão ou lavoura cultivado com alguma cultivar mais moderna? Por quê?
- 11- O que você acha da produção de cafés especiais? Por quê?
- 12- Nos próximos 5 anos, você pretende aumentar, diminuir ou manter o tamanho das suas lavouras? Por quê?
- 13- O que você acha das ações governamentais para a cafeicultura? Por quê?
- 14- Você participa de associação ou cooperativa? Como é o relacionamento dos produtores com a cooperativa/associação? A cooperativa/associação respeita a opinião dos cooperados/associados?
- 15- Qual o maior problema da cafeicultura brasileira? Por quê?
- 16- Descreva o perfil dos cafeicultores de sua região.
- 17- Quais os maiores problemas da cafeicultura na região? E quais os pontos fortes? Por quê?
- 18- Qual sua opinião sobre a produção de café na região (Sul de Minas ou Cerrado)? Quais conselhos você daria aos produtores dessa região?

ANEXO C – Roteiro de entrevistas com membros de órgãos de pesquisa, extensão e organização de produtores.

- 1- Conte-me um pouco da sua história na cafeicultura. Quando começou? Há quanto tempo trabalha no órgão de extensão? Ou há quanto tempo você trabalhou no órgão de extensão?
- 2- Como é o seu trabalho junto aos produtores? Quais as maiores dificuldades que você enfrenta? Quais são os desafios da sua atividade?
- 3- Como é (ou era) o seu relacionamento com os produtores?
- 4- Os produtores costumam (ou costumavam) aceitar suas indicações?
- 5- Como os produtores encaram (ou encaravam) as mudanças no setor? A introdução de novas tecnologias, novas cultivares, outros métodos de produção.
- 6- Você discute (ou discutia) sobre gestão com os produtores assistidos? Se sim, no geral, como é feita a gestão das propriedades? Se não, por que?
- 7- Como você define o relacionamento entre os produtores na sua região?
- 8- E o relacionamento entre os produtores e os órgãos de extensão? Eles participam das ações promovidas? Mostram interesse pelos eventos?
- 9- Descreva o perfil dos cafeicultores de sua região.
- 10- Quais os maiores problemas da cafeicultura na região? E quais os pontos fortes? Por quê?
- 11- Qual sua opinião sobre a produção de café na região (Sul de Minas ou Cerrado)? Quais conselhos você daria aos produtores dessa região?

ANEXO D – Testes de multicolinearidade

Tabela 1D - Resultados do teste de multicolinearidade da Equação 1

Variáveis	Tolerância	VIF
Satisf_Emater	0,964	1,037
Satisf_coopass	0,945	1,059
Análise_solo	0,899	1,112
Análise_foliar	0,819	1,222
Comercialização1	0,909	1,100

ANEXO E – Testes de multicolinearidade

Tabela 1E - Resultados do teste de multicolinearidade da Equação 2

Variáveis	Tolerância	VIF
Qtd_part_trein	0,924	1,083
Análise_foliar	0,960	1,041
Tecno_prod	0,974	1,027
Part_renda	0,973	1,028